

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-POSGRAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL-PROFIAP**

ROSANGELA DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E
IDENTIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO
CULTURAL DA HUMANIDADE CONCEDIDO À PRAÇA SÃO FRANCISCO, EM
SÃO CRISTÓVÃO-SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2016**

ROSANGELA DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E
IDENTIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO
CULTURAL DA HUMANIDADE CONCEDIDO À PRAÇA SÃO FRANCISCO, EM
SÃO CRISTÓVÃO-SERGIPE**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao
Mestrado Profissional em Administração Pública em
Rede Nacional da Universidade Federal de Sergipe
(PROFIAP/UFS), como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Rosangela dos
Políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural e identidade: considerações acerca do título de patrimônio cultural da humanidade concedido à praça São Francisco, em São Cristóvão-Sergipe / Rosangela dos Santos; orientador Rivaldo Sávio de Jesus Lima - São Cristóvão, 2016.
141 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Administração Pública. 2. Políticas públicas. 3. Patrimônio cultural. 4. São Cristóvão (SE). I. Lima, Rivaldo Sávio de Jesus, orient. II. Título.

CDU 35 (813.7)

ROSANGELA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE CONCEDIDO À PRAÇA SÃO FRANCISCO, EM SÃO CRISTÓVÃO-SERGIPE

Este Trabalho de Conclusão Final foi julgado adequado para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Sergipe (POFIAP/UFS) e aprovado em 19 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias
(Coordenador do PROFIAP-UFS)

Apresento à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima
(Orientador-Departamento de Psicologia/UFS)

Prof. Dr. Napoleão dos Santos Queiroz
(Membro Interno-Departamento de Administração/UFS)

Prof. Dr. André Faro Santos
(Membro Externo-Departamento de Psicologia/UFS)

Dedico esta pesquisa aos familiares e amigos, joias raras que Deus nos presenteia para repartirmos as conquistas e experiências da nossa incrível e maravilhosa jornada que é a vida.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção do conhecimento durante o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública foi muito exaustivo e, acima de tudo, extremamente reflexivo. Trouxe consigo uma série de pensamentos que nos fazem enxergar, com indubitável clareza, o quanto importante é acreditar no nosso potencial. Ao lidar com a ação inesgotável e incansável de “conhecer”, se faz necessário distinguir, com uma imensa sensação de gratidão, a crença de que tal conhecimento causará o efeito benéfico e direto na vida real, ou seja, na vida das pessoas, principalmente daquelas sensivelmente mais carentes, que compõem parte fundamental do nosso contexto social.

Agradeço ao **Prof. Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima** por ter acreditado na minha ideia, me incentivado e esclarecido muitas nuances, sem as quais não atingiria meus objetivos. Personalidade que me mostrou, a cada dia de diálogo e debate, que no mundo acadêmico é possível ser sempre o humano em nós e, mais importante, nunca deixar de entender o quanto imanente isso é.

Agradeço aos meus colegas de curso que provaram a existência de uma força intensa e transformadora que se comunica quando todos nos unimos em prol de algo maior, uma causa válida e justa pela qual lutar.

Durante o percurso da vida temos pilares fundamentais que nos lembram de que não estamos sós e que, por vezes, a vida pode e deve ser leve! Aos meus familiares, com todo carinho possível, agradeço.

Em especial a meu companheiro Júnior, que tanto me ajudou nas horas de desespero ao manipular aplicativos, que muitas vezes me irritavam. Obrigada de coração!

À minha mãe (Mainha), Maria Rosa, exemplo de luta e coragem, a primeira e mais importante educadora da minha vida!

À Ana Maria, irmã maravilhosa, melhor não há! Ajuda imprescindível durante todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos queridos, Marcos e Clécio, que ajudam e torcem pelo meu crescimento sempre e sempre.

Agradeço também aos moradores de São Cristóvão que tanto me ajudaram na pesquisa, fornecendo a mim e a comunidade acadêmica algo tão precioso e rico, como é o saber compartilhado, vivido e sentido de maneiras multifacetadas.

Enfim, a todos que de alguma forma ajudaram na consecução desta pesquisa, muito obrigada!

Cicerone de São Cristóvão

Tenho repetido a saudação de cicerone
aos novos e aos velhos amigos, e a desconhecidos

São Cristóvão, São Cristóvão
Cidade minha, metáfora de todos
Esfinge de quatro séculos
A lançar enigmas imemoriais
Aos professores, turistas, pesquisadores...

São Cristóvão, São Cristóvão
Quem não a conhece repete o erro do convertido
Que não vai a Meca depois de aceitar Alá
Pra mim, sempre Patrimônio da Humanidade
Tempo e templos para debulhar um terço da vida

São Cristóvão, São Cristóvão
Tenho encenado Gonçalves Dias
“Todos cantam sua terra
também vou cantar a minha”

São Cristóvão, São Cristóvão
Lembro o conselho de Leon Tostoi
“Queres ser universal, canta tua aldeia”

Ah! São Cristóvão...
Tenho repetido a saudação de cicerone
aos novos e aos velhos amigos, e a desconhecidos.

Thiago Fragata

RESUMO

SANTOS, Rosangela dos. Políticas Públicas de Proteção ao Patrimônio Cultural e Identidade: considerações acerca do título de patrimônio cultural da humanidade concedido à Praça São Francisco, em São Cristóvão-Sergipe. 2016. 141 f. **Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional)** – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima

Defesa: 19/12/2016.

O presente trabalho se propõe a analisar o processo de implementação de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural e sua possível relação com a identidade da comunidade de São Cristóvão-SE, tendo como ponto de partida a concessão à Praça São Francisco do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, ocorrida no ano de 2010. Buscou-se, no decorrer da pesquisa, identificar as ações públicas que de alguma forma envolveram aspectos da gestão do patrimônio cultural tombado e estímulo à identidade da população, ou seja, dos cidadãos. Durante a realização do levantamento de dados, em campo, foi possível apreender elementos relativos ao alheamento da população e compreender uma identidade fragilizada e desconectada do contexto da cidade. Denotando descontentamento com a realidade atual do bem cultural e pouco ou nenhum sentido de identidade; embora tenham sido identificadas algumas ações públicas relativas à proteção da Praça São Francisco, além daquelas relativas à educação patrimonial. Também como objetivo da pesquisa foram estudados recursos para uma maior participação popular nas decisões acerca do patrimônio cultural tutelado; apontando para o aprimoramento da educação patrimonial e para a gestão compartilhada da Praça São Francisco, que está em processo de implantação e contribuirá sobremaneira com o referido escopo. Ao realizar as entrevistas, foi possível captar a percepção das pessoas acerca da execução de tais políticas, obter um contraponto social para elucidar caminhos e abordagens a fim de viabilizar o tema em tela. Foi utilizada como metodologia, a aplicação de entrevistas semiestruturadas à população e aos gestores públicos, com o emprego do método da análise de conteúdo de Bardin para a execução do exame dos dados obtidos, além da pesquisa documental.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Patrimônio Cultural; Identidade; Praça São Francisco; São Cristóvão-SE.

ABSTRACT

SANTOS, Rosangela dos. Políticas Públicas de Proteção ao Patrimônio e Identidade: considerações acerca do título de patrimônio cultural da humanidade concedido à Praça São Francisco, em São Cristóvão-Sergipe. 2016. 141 f. **Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional)** – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima
Defesa: 19/12/2016.

The present work proposes to analyze the process of implementation of public policies for the protection of cultural heritage and its possible relation with the identity of the community of São Cristóvão-SE, considering that the starting point of the study is the concession to São Francisco Square of the title of Cultural Heritage of Humanity, occurred in the year 2010. In the course of the research, it was sought to identify the public actions that somehow involved aspects of the management of the cultural heritage listed and stimulation the identity of the population, that is, of the citizens. During the data collection, in the field, it was possible to apprehend elements related to the alienation of the population and to understand a fragile identity disconnected from the current context of the city. Denoting discontent with the current reality of the cultural heritage and little or no sense of identity; although public actions regarding the protection of the São Francisco Square were identified, as well as heritage education. Also as objective of the research were studied resources for a greater popular participation in the decisions about the protected cultural heritage; pointing out to the improvement of heritage education and shared management of São Francisco Square, which is in the process of being implemented and will contribute greatly to this scope. By conducting the interviews it was possible to capture people's perceptions about the implementation of such policies, obtain a social counterpoint to elucidate ways and approaches for the viability of the subject. It was used as methodology the application of semi-structured interviews to the population and public managers, using the Bardin content analysis method to perform the data exploration, as well as documentary research.

Keywords: Public Policies; Cultural Heritage; Identity; São Francisco Square; São Cristóvão-SE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Organização dos Participantes	34
Quadro 2 - Síntese das Categorias de Análise Encontradas	38
Figura 1 - Alguns exemplos de questões antigas e novas do patrimônio	60
Figura 2 - Enfoque Integrado.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SUBPAC-SE - Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATICA	17
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUNHO PATRIMONIAL: CONCEITOS E BREVE HISTÓRICO	17
1.2 PRAÇA SÃO FRANCISCO: CANDIDATURA A PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE	20
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
3 METODOLOGIA	32
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO	33
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	37
3.2.1 Categorias Introdutórias	38
3.2.2 Categorias Intermediárias.....	55
3.2.3 Categoria Final	59
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES.....	83
ANEXOS.....	92

INTRODUÇÃO

Na atualidade é crescente a necessidade de preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural das sociedades que, por sua vez, deve fomentar a integração e estímulo das populações que são afetadas por tal ação estatal; seja esse patrimônio material ou imaterial, a relevância de sua promoção e manutenção é premente.

Ao estudarmos a política de proteção ao patrimônio cultural podemos depreender as formas de implementação de ações que focam na preservação, desenvolvimento econômico e gestão de cidades que têm algum tipo de patrimônio cultural sob sua tutela. Afinal, a cidade é o *locus vivendi* onde as ações públicas se materializam de forma mais peculiar e aproximada dos cidadãos, de maneira que, ao afetá-los no seu dia a dia, aprimoram-se seus olhares diante de realidades que exigem um processo dinâmico de conhecimento.

Nesse contexto, nosso objeto aborda a compreensão dos efeitos das políticas públicas de proteção ao patrimônio no cotidiano da comunidade de São Cristóvão, em Sergipe, com vistas a analisar sua relação com o sentido de identidade, de vínculo com o lugar. Como expressa Simão (2006, p. 69):

Primeiramente, há que se promover um trabalho de promoção interna, almejando o resgate do orgulho pelo lugar. (...) O processo de identificação, formatação e divulgação da imagem da cidade pode tornar-se, também, uma forma de promoção interna, motivando os cidadãos ao (re) conhecimento de seu lugar.

As questões identitárias abarcam o emocional, o psicológico, o social, enfim permeiam uma série de perspectivas das quais se pode compreender a necessidade de interação entre os indivíduos e que auxiliam na relação entre aquilo que é pessoal com o que está estabelecido no meio físico. Inevitavelmente aborda-se a identidade de lugar, pois a cognição, por meio da interação social, ocorre em lugares que propiciam que a identidade seja definida e mantida. Assim, a referida cognição caracteriza-se pela representação de memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados e concepções que fundamentam o cotidiano das pessoas (PROSHANSKY, FABIAN & KAMINOFF, 1983).

Como marco referencial para compreensão da análise, tem-se a Praça São Francisco, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 01 de agosto de 2010.

No decorrer da tradição de políticas voltadas para a preservação do bem cultural, o processo de tombamento de bens históricos e culturais tem sido um meio bastante utilizado em muitas partes do mundo. Nas palavras de Pires (2003, p. 68): “Objetiva resguardar as culturas material e imaterial dotadas não apenas de pretenso valor histórico de determinado grupo social, mas sobretudo, aquelas carregadas de valor simbólico, por diferentes motivos”.

Transpondo as barreiras das meras ações de cunho político e legal que visam à efetiva guarda do patrimônio cultural protegido, busca-se algo mais, aquilo que se refere à forma com a qual a população recepciona esta situação, como é percebida e qual sua ação transformadora nos limites de seu entorno social. O reconhecimento do patrimônio que, obviamente também é construído pela prática cotidiana das pessoas, fortalece e desenvolve técnicas, saberes que estimulam o incremento da localidade e a apreensão daquilo que é seu. Partindo desse contexto, a identidade das pessoas se harmoniza com as características do seu espaço, que é produto desse referido reconhecimento e que deve ser observado e almejado pela gestão pública responsável. Assim, há um incentivo a analisar cada vez mais as políticas públicas aqui destacadas e seus impactos sociais e demais fatores decorrentes delas.

O presente estudo apresenta-se de forma relevante em função da importância dada à proteção do patrimônio cultural nacional, desde o início século XX, bem como ao estímulo ao desenvolvimento e identidade dos indivíduos no contexto de cidades com patrimônios culturais preservados. Avaliando a teoria vigente, a exemplo de Simão (2006) é possível identificar de que forma essas políticas de proteção ao patrimônio cultural foram implantadas e as ações subsequentes para promoção do desenvolvimento social; atreladas à crescente cultura de valorização dos patrimônios nacionais.

Nesse contexto, a existência da Praça São Francisco em São Cristóvão, no Estado de Sergipe, como um importante espaço público, representa a materialização desse tipo de política pública que traz consigo uma série de outras necessidades, a exemplo do fomento da percepção da população que diretamente se beneficia com tal monumento. Além disso, há que se contemplar toda a exigência de manter as estruturas de prestação de serviços que são fundamentais nos espaços urbanos das cidades de uma forma geral.

Como moradora e estudante da cidade em questão, sinto-me impulsionada a investigar o processo ocorrido no município e considerar as características dos diversos atores sociais, durante o período de busca pelo tombamento, no momento de obtenção e no contexto posterior à titulação; bem como os elementos que envolveram a comunidade na maneira de recepcioná-

lo. Afinal, é no espaço da cidade que presenciamos o dia a dia das pessoas, sua rotina, suas necessidades que envolvem bens e serviços diversos, assim como todo o crescimento dos seus moradores como indivíduos ligados a algo que, de acordo com sua significação, os identifica e os projeta.

A forma como a cidade é vista, percebida “por dentro”, ou seja, a partir de seus moradores, e conseqüentemente sua visibilidade “por fora”, como reflexo da ação pública, é parte fundamental de toda e qualquer política pública que se presta a executar a gestão de cidades e, mais especificamente, a gestão de bens culturais com importância resguardada através de um processo jurídico de tombamento. Tal discussão nos remete a conceitos peculiares e pertinentes acerca da identidade social, educação patrimonial, políticas públicas, que por sinal abrangem aspectos fundamentais para o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Sergipe. À Administração Pública, na figura de seus gestores, cabe o planejamento e definição adequados de ações referentes aos bens coletivos, a exemplo da Praça São Francisco que hoje representa algo de valor para toda a humanidade.

Dessa maneira, a iniciativa apropriada para uma gestão responsável dos bens requer administradores públicos que lancem um olhar mais apurado sobre o objeto gerido, viabilizando uma política pública mais ativa e transformadora da sociedade, a exemplo da Educação Patrimonial. Assim, acertadamente Wenceslau e Oliveira (2008, p. 32) esclarecem sobre um dos empreendimentos de tal política:

A metodologia da Educação Patrimonial não busca apenas estimular a conservação física dos lugares históricos, como prédios, monumentos, praças, bens naturais, entre outros, busca também resgatar a memória e os valores que levaram a comunidade a reconhecer naquele personagem, objeto ou prédio histórico como patrimônios de uma coletividade. A Educação Patrimonial, portanto, pretende resgatar a relação de afeto entre a comunidade e seus patrimônios, estabelecendo entre eles um processo de aproximação, fazendo com que a comunidade tenha um sentimento de pertencimento em relação a seus bens patrimoniais, desejando, assim, seu resgate e preservação.

A educação patrimonial é um dos caminhos que a Administração Pública pode percorrer, dentre um leque de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural; no processo de promoção e sensibilização da sociedade como um todo para preservação e desenvolvimento dos bens tombados e das regiões onde se encontram.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUNHO PATRIMONIAL: CONCEITOS E BREVE HISTÓRICO

Ao se tratar de Patrimônio Cultural se faz necessária a compreensão do que representa a tradição nesse contexto. Segundo Castriota (2009, p. 21) a tradição se desenvolve através da ligação entre passado e presente, mas não é executada de forma estática “(...) são permanências do passado” que exercem a função de “emprestar sua chancela de autoridade aos atos do presente”. Entender o poder e importância da tradição, conceito que enriquece os valores humanos sem se tornar inerte, pelo contrário, só reforça a concepção de conhecimento que se constrói a cada etapa de desenvolvimento da cultura dos povos.

A Política Pública Patrimonial ou, por assim dizer, a progressiva compreensão do conceito de patrimônio cultural foi pensada e gradativamente implantada, no Brasil, no ano de 1937, após a efetivação dos procedimentos de valorização e preservação do patrimônio cultural tombado. Traz consigo apreciações relevantes a respeito de identidades e diferenças, pois com a devida compreensão dessa política pública, os indivíduos ampliam sua concepção de patrimônio cultural, valorizando a diversidade regional em busca possivelmente de uma identidade nacional.

Tal política iniciou-se especificamente com a implantação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, mais adiante chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, teve como aspectos motivacionais a função de promover atividades pedagógicas, educação popular, com vistas à preservação dos bens patrimoniais e artísticos sob sua responsabilidade. Essa iniciativa recebeu influências de empreendimentos institucionais regionais, de artistas e intelectuais do calibre de Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo de Capanema e outros promotores da Semana de Arte Moderna, de 1922. No ponto de vista da legislação, destaca-se o Decreto-Lei 27/37, de 30 de novembro de 1937, que efetivamente instituiu o SPHAN demonstrando sua preocupação com o patrimônio cultural no Brasil. Contudo, alguns aspectos relativos ao conceito de patrimônio foram deixados de lado pelo referido decreto, quais sejam: os bens considerados imateriais, a exemplo das manifestações populares, folclóricas, danças, histórias populares, lendas entre outras.

No período que antecedeu a expedição do referido decreto, o intelectual e artista Mario de Andrade elaborou um anteprojeto em que foram incluídas de forma visionária aquelas manifestações. Assim nas palavras de Rodrigues (2006, p.4):

Mário de Andrade antecipou-se a sua época, propondo a preservação de bens culturais imateriais, aspecto rejeitado pelo Decreto-lei nº 25/37 e que somente no final do século XX veio a ser regulamentado pelo Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Já na década de 1970 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC, sob o comando de Aloísio de Magalhães, buscou-se uma discussão mais efetiva sobre a promoção de uma política educacional de preservação cultural que indicasse para fins de educação patrimonial o seguinte tema:

Em termos amplos, sua proposta se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos de preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômicos autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos de homogeneização e perda da identidade cultural da nação. (IPHAN, 2014, p.7).

O intuito de tais ações era o fortalecimento da cultura brasileira a fim de preservá-la diante do avanço do desenvolvimento econômico e dos meios de comunicação de massa. Acreditava-se, dessa maneira, na aproximação dos indivíduos das comunidades, na dinâmica da produção, movimentação e o uso dos bens culturais em todo Brasil.

Nesse processo, o crescente avanço de manifestações políticas, dos movimentos sociais, de órgãos de cultura, bem como de intelectuais que acreditavam na transformação do até então patrimônio cultural restrito aos bens de ordem material; lograram êxito com a Constituição de 1988. Desse modo, o conceito de patrimônio cultural, com o advento da nova Carta Magna, moldou-se ao que já preconizava Mario de Andrade nos primeiros passos de uma jornada longa rumo à integração de aspectos mais populares e ligados à cidadania. O patrimônio cultural tal como explicitado na Constituição Federal é:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em destaque a cultura do Brasil que passa a ter um olhar mais voltado para o chamado “Patrimônio Cultural” que pelo próprio conceito compreende aspectos intangíveis que correspondem aos anseios da população na inclusão de suas manifestações culturais de forma mais ampla. Essa nova perspectiva vem restaurando fatores esquecidos pelos instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio, até então vigentes no Brasil. Assim, nas palavras de Fernandes (1992, p. 268) “(...) pretende-se a mais aberta e abrangente possível, pois a produção humana, como sabemos, constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, cuja diversidade e riqueza ultrapassam sempre os limites de qualquer modelo teórico”.

Também corroboram Soares e Klamt (2008, p. 171): “Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural”.

Dentro do arcabouço das Políticas de Proteção ao Patrimônio, temos a educação patrimonial em destaque visto que a preparação das comunidades para a sensibilização e conscientização para os bens culturais é um dos começos para o exercício de cidadania. Os gestores públicos ao fomentarem também a educação patrimonial potencializam o agir da sociedade e a reconstrução desse agir. Para Itaqui (1998 apud Wenceslau e Oliveira, 2008, p. 32) é o que caracteriza o chamado “processo ativo de conhecimento”.

Da mesma forma, na concepção de Horta, Grunberg e Monteiro (1999 apud KLAMT e MACHADO, 2008, p. 119-120):

Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas

manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania.

A educação patrimonial ganha destaque por atingir aquele público que necessariamente tende a ser o melhor protetor de um bem cultural, ou seja, a população. Essas ações coordenadas propiciam uma maior promoção de sentimentos que ligam as pessoas às histórias, memórias e ao constante processo de formação de cidadãos cômicos de seus direitos e deveres na sociedade.

1.2 PRAÇA SÃO FRANCISCO: CANDIDATURA A PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

Praça São Francisco das lembranças
O batismo foi na igreja
Primeiro beijo aconteceu ali, no banco da praça
Atrás da árvore ou à frente?
Tem cruzeiro que abençoa a todos

Praça São Francisco das lembranças
Não havia calçamento, era só terra e mato
Que virava lama com a chuva
Era menino e brincava de manja e pelada
Quando não tinha o reisado para entreter nem o chefe do
quarteirão a nos perseguir

Praça São Francisco das lembranças
Era na praça a quermesse
Era na praça o namoro
Quase tudo acontecia ali
No mundo quadrado da praça...

Thiago Fragata

Iniciaremos esse capítulo escrevendo acerca da cidade de São Cristóvão que é o local onde a referida Praça localiza-se. Faz-se necessário contemplar de forma breve um pouco de sua história a fim de entender o caminho percorrido até o reconhecimento da Praça São Francisco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O município de São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil, fundada por Cristóvão de Barros em 1590, se tornando a primeira capital do Estado de Sergipe. Com a clássica divisão entre cidade baixa e cidade alta, tendo sua fundação às margens do rio Paramopama, que é afluente do rio Vaza Barris. A história da cidade está intimamente ligada à história da formação de Sergipe, pois era preciso estabelecer comunicação entre Salvador e Olinda, que à época eram um dos mais importantes centros urbanos da colônia; bem como

aplacar resistência dos povos indígenas e assegurar proteção à região devido à ação dos contrabandistas de origem francesa.

A cidade é o quinto maior colégio eleitoral do Estado e possui um quantitativo estimado de 88.118 (oitenta e oito mil, cento e dezoito) habitantes, conforme dados do IBGE-Cidades, como também possui um Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com IDHM-2010-IBGE, no valor de 0,662, avaliado como um índice médio, o que o coloca somente atrás de Aracaju, capital do Estado, e de Nossa Senhora do Socorro.

No município há vários edifícios com valor histórico tombados, de forma individualizada pelo IPHAN, no período de 1941 a 1942, a exemplo da Igreja e Convento São Francisco, Igreja Nossa senhora da Vitória, Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Conjunto Carmelita, Igreja Nosso Senhor dos Passos, além de outros. A sua importância ganha mais destaque quando no ano de 1967, o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional-IPHAN concedeu o título de Patrimônio Nacional à Cidade de São Cristóvão, pois o conjunto arquitetônico urbano, artístico e histórico possui características raras exemplificando símbolos de arquitetura religiosa e civil. Percebe-se que o povo são-cristovense tem a sua disposição em cada esquina, em cada quarteirão, em cada praça da cidade, um patrimônio cultural que abrange seus prédios, manifestações, clima, crenças e valores.

O processo de titulação da Praça São Francisco ocorreu após algumas tentativas anteriores, pois os primeiros passos são dados quando o Estado-parte interessado, nesse caso o Brasil, solicita a inclusão do bem na lista indicativa, para posteriores análises dos conselhos consultivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO. Os referidos conselhos são o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS, que julga os patrimônios culturais, e a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais-IUCN, que por sua vez julga os patrimônios naturais.

Ocorreram reiteradas reuniões do Comitê de Patrimônio Cultural da Humanidade, datadas no período de 2006 a 2010, a fim de analisar a solicitação por parte de Brasil da inclusão da Praça São Francisco na ilustre lista de Patrimônio da Humanidade. O processo requereu algumas adequações estruturais executadas no referido espaço público, com recursos do “Programa Monumenta”, como parte de algumas exigências da UNESCO para facilitar sua candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade. Essas adequações ou “intervenções” nas palavras de Bonduki (2010) resgataram a praça seca, em que são eliminados elementos que de

alguma forma interrompem a fruição do espaço, dando mais destaque aos monumentos, a exemplo de canteiros, pequenas árvores, tufos de vegetação. Além dessas mudanças, a rede elétrica e de telefone foram enterradas e o piso foi trocado por pedra lisa.

A Administração Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal uniu esforços a fim de direcionar recursos e ações para o efetivo atendimento do requerido pela Organização das Nações Unidas; ocorrendo, em 01 de agosto de 2010, a concessão ao referido monumento da chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade. A Praça São Francisco com seu valor universal e excepcional para a humanidade projetou o Estado de Sergipe a olhares além das fronteiras nacionais. Ressalta-se que atualmente no Brasil há 20(vinte) sítios tombados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, desse total 13(treze) estão na categoria Patrimônio Cultural, sendo que a Praça São Francisco, em Sergipe, é o quinto da região nordeste e o único do Estado. Isto representa a importância que o Estado e a cidade de São Cristóvão têm para a história, memória e cultura da humanidade.

A cidade de São Cristóvão possui um conjunto arquitetônico e urbanístico que se configura em um aglomerado de riqueza histórica e cultural, em especial a Praça São Francisco que é composta pela Igreja e Convento São Francisco, Museu de Arte Sacra de Sergipe; antiga Santa Casa da Misericórdia, atual Lar da Imaculada Conceição e Museu Histórico de Sergipe. Sendo o Museu de arte Sacra considerado o terceiro mais importante do país na sua categoria, abrigando um acervo de mais de 500 peças, datadas entre os séculos XVII ao XX; com destaque para a qualidade artística, valor histórico e, em muitos casos, pela que riqueza do material utilizado na criação.

A Praça São Francisco é composta por um conjunto de prédios públicos e privados com forte influência religiosa, datada do século XVII, época sob o controle da coroa de Portugal e Espanha (1580-1640). Diversos estudos demonstram que sua estrutura se caracteriza pelo predomínio de aspectos arquitetônicos de influência ibérica em terras da América portuguesa, representando assim um modo de viver das cidades nos séculos XVII e XVIII. Palco marcante, no decorrer da história de São Cristóvão e de Sergipe, de manifestações culturais das mais variadas e de festas religiosas, a exemplo da centenária festa do Senhor dos Passos. Assim, ressaltando a importância da Praça São Francisco e de São Cristóvão, Bonduki (2010, p. 102) afirma:

O sistema de espaços públicos de São Cristóvão é valorizado pela presença de uma praça de excepcional valor artístico, que equivale em relevância formal e centralidade do poder às *plazas mayores* das colônias hispano-americanas, ao reunir um monumento religioso de primeira grandeza e edifícios onde a autoridade provincial era exercida. A composição urbana e arquitetônica da praça São Francisco permite situá-la entre os principais conjuntos urbanísticos do país. [grifo nosso].

O documento que oficializa a candidatura da Praça São Francisco é a Carta de Proposição que consta no anexo deste estudo. Nela as características do urbanismo hispânico, advindas das Ordenações Filipinas foram fundamentalmente ressaltadas a fim de demonstrar as suas singularidades históricas e culturais, bem como arquitetônicas, em relação aos demais monumentos semelhantes.

A possibilidade de identidade da população com o lugar, ou seja, com a Praça São Francisco envolve feições relacionadas com “[...] história, memórias e sociabilidades partilhadas [...]” (CORDEIRO, 2001, p. 127) que são objetos de uma política pública específica, assim torna-se viável os estudos acerca de meios para a melhoria do acesso da população à prática da gestão urbana e engajamento social.

Pode-se ainda compreender a maneira como as políticas são planejadas e aplicadas e a detecção de eventuais falhas, com o intuito de apontar caminhos para a avanço do processo. Assim, nas palavras de Simão (2006, p. 17) “A proteção do patrimônio cultural e, especificamente, dos núcleos urbanos preservados, extrapola hoje os muros do Estado e alcança a sociedade”.

A partir dessas considerações, os indivíduos que são beneficiados com tais políticas públicas podem ter a noção de pertencimento ao lugar de modo a transformar o desenvolvimento local. Da mesma forma, corrobora com a ideia, Martins (2006, p. 39):

Apenas o que o espaço físico proporciona não é suficiente para a condição de lugar especial. A própria percepção de especial é dada por quem percebe o lugar. Quem vê, avalia, partindo de seus sentidos e experiências. Mas o que de verdade dá sentido a um lugar é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu nele, e é isso que leva o outro a sentir, partindo dos seus valores, o local o qual se visita.

Diante do que foi exposto, coloca-se a seguinte pergunta à teoria, ou seja, tem-se como problema de pesquisa: As políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural efetivamente

têm fomentado a identidade da comunidade de São Cristóvão-SE, principalmente após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido à Praça São Francisco?

Como hipótese da pesquisa, acredita-se que existe a possibilidade de verificação das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural que fomentam na comunidade da região estudada o fenômeno da identidade.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O Objetivo Geral de pesquisa é analisar o processo de implementação de políticas públicas relativas à proteção patrimonial que promovam a identidade dos cidadãos, tomando como ponto de referência a concessão do título de Patrimônio Cultural da Humanidade à Praça São Francisco, em São Cristóvão-SE.

Como objetivos específicos têm-se:

a) Identificar as políticas públicas de proteção patrimonial realizadas na Cidade de São Cristóvão, incluindo aquelas relativas à educação patrimonial, que funcionam como instrumento de gestão urbana do patrimônio tombado e como estimuladoras da identidade dos cidadãos;

b) Levantar em campo a percepção das pessoas em relação ao seu papel como agente na preservação e desenvolvimento do bem tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade;

c) Estudar meios de acesso mais facilitado à população de formas de participação na gestão da Praça São Francisco.

A seguir demonstraremos a fundamentação teórica para o objeto de estudo, abarcando autores, trabalhos que abordaram os conceitos relacionados ao tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se em Simão (2006) o tema da preservação de patrimônio cultural das cidades, abordando aspectos vinculados ao desenvolvimento de políticas públicas relativas a melhor gestão dos municípios pequenos e médios, indicando caminhos para a melhor preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural construído e promovendo a identidade dos indivíduos dentro deste contexto. Da mesma forma Castriota (2009) aborda as políticas implementadas na preservação de patrimônios culturais, ressaltando em seus conceitos, políticas e instrumentos, que reforçam o entendimento da importância do tema relativo aos bens tombados como marcos da cultura humana. Na concepção de Martins (2006, p. 43-44) apresentam-se também as perspectivas da ampliação do conceito de patrimônio cultural direcionando-o para uma maior participação da sociedade:

O conceito de participação, que, enfatizado no princípio democrático, no qual todos os que são atingidos por medidas sociais e políticas devem participar do processo decisório, não importando o modelo político ou econômico adotado, não é massificação nem manipulação ou cooptação dos grupos populares. Busca o comprometimento dos grupos envolvidos num projeto de gerência e decisão dos assuntos de seu maior interesse.

Com Soares e Klamt (2008) as leituras efetivadas através do uso amplo da Educação Patrimonial ressaltam os elementos constitutivos da cidadania e apropriação do patrimônio cultural. Assim nas palavras de Klamt e Machado (2008, p. 120):

Tem-se, nesse sentido, uma Educação Patrimonial definida através de uma metodologia, em que os bens culturais são o foco e o ponto de partida para o ensino, cujo objetivo é a obtenção de um processo em que todos (educando e educador) deverão ser os sujeitos da história através da observação, registro, da exploração e da apropriação com a consequente valorização da diversidade que o patrimônio oferece.

Na perspectiva de identidade Hall (2011), ou seja, na teoria social, a modernidade externa o sujeito fragmentado, aquele sem referências, que se perde diante de estruturas complexas, sendo definitivamente absorvido na sua totalidade. Nesse panorama, surge o termo descentramento que se dá pelo deslocamento do sujeito de seus alicerces sólidos, originado do processo de ruptura dos discursos das diversas correntes teóricas do conhecimento moderno, a saber: a teoria marxista sendo revisitada pelos teóricos das Ciências Sociais e Humanas; a

descoberta do inconsciente por Freud; a teoria da linguística estrutural de Ferdinand Saussure; a perspectiva do poder disciplinar de Foucault e o feminismo como uma crítica teórica quanto movimento social. Tal descentramento é representado pela “perda de um sentido de si” (HALL, 2011, p. 09) que promove um movimento de insegurança e fragilidade diante do contexto social.

Assim como em Lopes (2002) e Lima et al. (2016) compreende-se o viés multifacetado que o conceito de identidade pode comportar, abarcando aspectos da sociologia, psicologia, antropologia, exigindo que a pesquisa seja enriquecida pela visão e abordagens mais integradas e complexas.

Em se tratando de pesquisas empíricas, tem-se a Dissertação de Mestrado de Medeiros (2013) da Faculdade de Psicologia de Lisboa, que trabalha as questões de identidades com foco na percepção de lugar. Abordando conceitos relativos à identidade entrelaçada dialeticamente entre o viés sociológico e o psicológico. O Estudo é realizado com aplicação de questionários padronizados em oito regiões de Ponta Delgada na Ilha de São Miguel, região dos Açores, em que são verificados aspectos como identidade social, vínculo ao lugar, entre outros relevantes ao assunto. Assim, segundo (TAJFEL, 1972 apud MEDEIROS, 2013) “a identidade social está associada ao conhecimento de pertença de grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo dessa pertença”.

O ato de discutir a identidade de uma comunidade obviamente não deve ser encarado de forma simplista, devido à variedade conceitual a que esta categoria está sujeita, requer atentar adequadamente para as vertentes que fluem do entendimento de identidade social.

Durante nossa pesquisa nos deparamos com a necessidade de delinear sob quais aspectos trabalharíamos a discussão sobre identidade. Por conseguinte, o fenômeno identitário é aquele que apresenta o aspecto essencialmente repleto de plurideterminações, fazendo com que tal conceito transite e traga consigo a necessidade de multidisciplinaridade e abordagens que integram as concepções. Nas palavras de Lopes (2002, p.20) “(...) a categoria identidade tem seu caráter substantivo ampliado, e o campo científico do pesquisador passa a ser adjetivado ou requalificado na sua adjetivação”.

Reiterando a perspectiva do elemento multifacetado, Lima et al (2016) esclarece que a identidade é um fenômeno social essencialmente polimorfo e plurideterminado, por isso faz-se necessária a busca por abordagens teórico-metodológicas de forma integrativa.

Acima de tudo, falar da identidade dos indivíduos nos faz depreender que tal fenômeno possui ligação com os grupos humanos e dessa maneira configura-se num processo de construção constante e dinâmico.

Retomando o ponto de vista de Hall (2011) a identidade do sujeito pós-moderno encontra-se fragmentada em função de descontinuidades históricas, sociais que impulsionaram os movimentos igualitários, bem como as correntes teóricas que, por sua vez, desafiaram o conceito de sujeito/identidade modernos de cunho cartesiano e em essência universal. Os indivíduos colheram na modernidade tardia a experiência da perda de conceitos que serviam de alicerces para suas certezas em relação de como se definiam e a que pertenciam.

Assim, diante da teoria de fragmentação do sujeito são apreendidas três categorias determinadas pelas doutrinas relativas à identidade e sujeito, a saber: o sujeito do iluminismo; sociológico e o pós-moderno. O primeiro está centrado, unificado, dotado de razão e de consciência do agir e constitui o paradigma de identidade na modernidade. Já com o sujeito sociológico tem-se o significado de relação, em que agem valores, sentidos e símbolos que fazem parte da cultura. Por consequência, na concepção sociológica a identidade é formada pelo intercâmbio entre o eu e a sociedade. Há nessa perspectiva o alinhamento dos nossos sentimentos, que são obviamente subjetivos, com os lugares objetivos onde desempenhamos nosso papel no mundo social e cultural.

Num cenário da chamada fluidez das fronteiras da identidade, temos o sujeito pós-moderno que abarca toda uma herança de contestações a respeito das certezas que unificavam as identidades ao tecido social. Todavia, emergem as concepções de culturas nacionais em Hall (2011, p. 49) em que: “As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação tal como representada em sua cultura nacional”. As pessoas estão envoltas em uma simbologia que imprime a percepção de sentimento de identidade e confiança. Essa identidade nacional, apreendida dessa forma, é imagem, discurso, bem como é composta por memórias do passado, desejo por viver em conjunto e perpetuação da herança.

Reiterando a perspectiva de sujeito pós-moderno, Giddens esclarece que a modernidade, através do processo de globalização, transforma o binômio espaço e tempo evidenciando a dinâmica presente na supressão do primeiro; contribuindo sobremaneira para a fluidez dos conceitos e percepções relativas às identidades, a exemplo das identidades nacionais.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 27).

Pensar a identidade e não a vincular ao espaço e tempo vividos é tarefa árdua, pois são elementos fundamentais para os sistemas de representação. As manifestações humanas que cunham a cultura, história e demais valores estão repletas de significado se, obviamente, inseridas em contextos espaciais e temporais.

Partindo da análise de identidade sob a óptica da psicologia social, temos em Vala (2004) a proposta de utilização de dois processos básicos, a saber: categorização social e comparação social. Sendo que o primeiro nos permite compreender as noções de grupos e identidade social que denota pertencimento do indivíduo a seu grupo ou grupos sociais e seu o valor emocional; bem como o segundo processo nos ajuda a entender como se conduzem as representações dentro do grupo social, ao qual o indivíduo pertence, em relação a outros grupos externos.

Um conceito de identidade social bastante utilizado é o de Tajfel (1972, apud Vala, 2004, p. 496) que parte da relação entre a citada categorização e a identidade social:

E é no quadro dessa relação que esse autor define a identidade social como o reconhecimento da pertença a certos grupos ou categorias sociais, reconhecimento esse que é acompanhado de significações emocionais e avaliativas.

A percepção e organização do ambiente proporciona a divisão de categorias (categorização social) em classes de objetos, acontecimentos e grupos de pessoas. Ao utilizar esses conceitos, torna-se possível verificar a pertinência ou não de aspectos que demonstram o sentimento e o reconhecimento de pertença da comunidade em estudo e a devida verificação dos objetivos propostos na pesquisa.

Buscou-se, adicionalmente, a partir de algumas teorias, descobrir a importância da vinculação ao lugar, visto que esta representa as relações que as pessoas desenvolvem com os lugares ou ambientes físicos onde vivem. O lugar representa um conjunto de fatores físicos e

sociais que remetem aos sentimentos de pertencimento e envolve aspectos emocionais dos indivíduos. Há um arcabouço teórico amplo dentro da Psicologia, desenvolvido principalmente a partir do século XX, que eventualmente abarca conceitos conflitantes, aproximando-os e os distanciando e que fluem para outras áreas do saber; de maneira similar ao que ocorre com as discussões conceituais acerca da identidade.

Temas de tal nível de complexidade trazem dificuldades de precisão conceitual e acabam perpassando por outras disciplinas, ou seja, são temas multifacetados. Diante da pluralidade de conceitos referentes à relação da pessoa e o lugar, podemos encontrar na teoria vigente termos como: identidade de lugar, identificação com o lugar e vinculação com o lugar. Sob vários aspectos, representam coisas distintas e similares a depender da perspectiva adotada.

Segundo Speller (2005) muitos estudos realizados abordam as concepções de identidade de lugar relacionadas com a concepção de vinculação ao lugar, a exemplo de Proshansky (1978), Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) e Proshansky e Fabian (1987) que acabaram por despertar o interesse de outras disciplinas, a saber: sociologia e antropologia. A crítica que se faz a referida teoria, que inaugurou os debates sobre a identidade de lugar, é o fato de centralizar a abordagem mais na identidade que propriamente nos elementos do lugar, sinônimo de espaço físico. O lugar possui a conotação de categoria social, em que o significado social é compartilhado, a interação dos integrantes de um grupo está presente e ele, o lugar, não é apenas um mero espaço onde ocorrem tais características.

Para Graumann (1983 apud Speller, 2005, p. 137) existem três critérios que conduzem à formação da identidade dos indivíduos, a saber: “identificar o ambiente”, “ser identificado” e “identificar-se com”. Para o referido autor o terceiro critério é o mais representativo, pois envolve o que ele chama de modulação a alguém ou a alguma coisa. Esta modulação ocorre por meio da função simbólica que fundamentalmente nos permite desenvolver a identificação com lugares e coisas.

Também segundo Belk (1992 apud Speller 2005, p. 142) a vinculação ao lugar ou de identidade se concretiza, através da ligação emocional que impulsiona a identificação dos indivíduos:

Para estarmos ligados ao ambiente que nos circunda este tem que fazer parte de uma extensão do nosso self (...) a posse envolve a extensão do self somente quando a base da vinculação é emocional; não o sendo quando esta é de origem funcional.

A identidade de lugar nos permite acreditar que o nível de vínculo que o indivíduo desenvolve com o espaço em que vive envolve aspectos emocionais de experiências ocorridas no passado e presente e representadas inclusive no futuro. Tais compreensões conduzem a depreender que a vinculação com lugar está imbuída de elementos de caráter emocional que estimulam o sentimento de pertença dos indivíduos e dos grupos nos seus espaços de interação.

Ao se explanar sobre a identidade social se faz necessária a discussão acerca da identidade de lugar ou do vínculo com o lugar. Tal situação mostra que os indivíduos têm necessidade de se relacionar intra e extragrupos, captam os reflexos que os nutrem de sentimentos e valores emocionais com significados que fortalecem seus laços de pertença. Isso é algo que reforça a nossa perspectiva de análise de identidade dos indivíduos ligados ao espaço da cidade de São Cristóvão, especificamente, na Praça São Francisco.

Na perspectiva da Geografia Humanística, a concepção de lugar ganha um viés de relação dialética entre globalização e localização, de maneira similar aos conceitos de globalização e fragmentação. Tal concepção possui características que realizam o intermédio entre mundo e indivíduo estimulando a necessidade crescente de visitar os lugares, as localidades a fim de encontrar novos significados e defrontá-los ao mundo atual.

As trocas simbólicas que segundo S.Laflamme (1995 apud SANTOS 2008, p. 319) acabam ligando a emoção e razão nas pessoas e que, por sua vez, nos remetem ao cotidiano da dimensão espacial. Assim, nos esclarece Santos (2008, p. 321):

[...] dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é ao mesmo tempo, uma condição para ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam.

Também nesse viés da geografia, temos o conceito de identidade territorial abordado por Pollice (2010, p. 18) em que as concepções das representações são criadas e desenvolvidas no espaço, como também são imbuídas de valor cultural produzido. O “elemento plasmante das disposições territoriais”, daí a ideia de apropriação daquilo que é produzido por parte dos indivíduos, que fazem parte da comunidade, e que por sua vez estimula o desenvolvimento local.

A identidade territorial segundo o autor em tela possui o que ele chama de “Interações Virtuosas entre Identidade e Desenvolvimento em Escala Local” (POLLICE, 2010, p. 18); que podemos caracterizá-las com os elementos a seguir:

- A identidade e valores sociais que correspondem a tendência que tal categoria realiza no reforço do poder normativo dos valores éticos e comportamentais compartilhados no local; afetando sobremaneira o “nível de relação produtiva e comercial”.
- Identidade e transferência do saber que corresponde a contribuição que a identidade realiza na transferência intrageracional e intergeracional dos saberes;
- Identidade e sentido de pertença que significa o exemplo significativamente emblemático de identidade com o desenvolvimento local. Pois “o sentido de pertença constitui, de fato, o cimento do sistema econômico-territorial e impele os atores locais a preferir, também na presença de algumas deseconomias, conter relações transacionais e colaborativas no interior do âmbito local”;
- Identidade e auto-reprodução que demonstra o processo auto-reprodutivo que reinterpreta criticamente e de forma inovadora os modelos e as destinações produtivas;
- Identidade e aquisição crítica do saber externo que se configura na capacidade autopoietica dos sistemas territoriais locais. É caracterizado pelo desenvolvimento de mecanismos de adaptação às solicitações externas;
- Identidade e valorização dos recursos territoriais que é a capacidade de valorização dos recursos locais que o autor chama de não localizáveis que acabam se tornando certos *plus* competitivos que são o eixo para a construção das estratégias de desenvolvimento local;
- Identidade e política é expressada de forma diversa e possui uma complexidade extensa de classificação específica. É o agir político que assegura um processo de apropriação por parte da comunidade local;
- Identidade e sustentabilidade se expressa de forma a determinar os sentimentos identitários que tendem a assegurar o apego aos bens paisagísticos, culturais do local. Esses bens podem ser considerados como tangíveis ou intangíveis, estes últimos caracterizados por valores éticos e culturais e expressões culturais de uma forma geral. O envolvimento ativo da comunidade local torna-se imprescindível para desenvolver constante dos modelos sustentável. Deve haver

integração entre os aspectos ambientais, econômicos e culturais, pois fortalece uma compreensão ampla de tais processos identitários.

O interessante na análise anterior é ponderar acerca das visões de localidade e globalidade presentes nas perspectivas das identidades, pois se faz necessária a manutenção de uma relação dialética que as envolva de forma a promover a coexistência dos elementos locais e os globais. O que fica claro na perspectiva da teoria da identidade territorial é que as visões do local e global são complementares no processo de construção e desenvolvimento identitário.

3 METODOLOGIA

A explicitação correta de regras e pressupostos teórico-metodológicos demonstra o rigor com o qual a pesquisa está sendo executada. Assim, o pesquisador na área da investigação qualitativa pode garantir critério de confiabilidade nas suas pesquisas principalmente no trato de material coletado no trabalho de campo. Assim, segundo Lakatos e Marconi (2012, p. 43):

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

O presente estudo tem natureza qualitativa, quanto a sua abordagem, e exploratória, em relação aos seus objetivos, visto que se busca analisar o resultado de políticas públicas de proteção ao Patrimônio Cultural executadas na comunidade da cidade de São Cristóvão, em Sergipe, tendo como foco a identidade da população impactada, ou seja, a partir da óptica subjetiva de tratamento dos dados. A pesquisa qualitativa neste caso torna-se relevante em função da possibilidade de ter como fundamento segundo Denzin e Lincoln (2010, p. 33) “a crença em um sujeito real, ou em um indivíduo real, que está presente no mundo e que, de certa forma, tem a habilidade de relatar suas experiências”.

Em relação à pesquisa exploratória segundo Malhotra (2012) se faz necessária à medida que pretendemos compreender o problema de pesquisa com maior precisão, bem como identificar cursos relevantes de ação, ou na obtenção de dados adicionais a fim de recomendar

uma determinada abordagem. Tendo como características adicionais o fato de apresentar flexibilidade em relação à estrutura, tamanho da amostra, que pode ser pequena; os dados analisados e tratados de forma qualitativa, assim como seus resultados tidos como pontos de partida para ação de pesquisas posteriores.

A partir da interpretação do fenômeno e atribuição de significados, utilizando a descrição, bem como pela busca de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas tem-se maior proximidade com o problema pesquisado para possíveis explicitações e verificação de hipóteses.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Optamos por efetivar levantamentos através de entrevistas individuais, semiestruturadas, conforme Bauer e Gaskell (2002), por serem técnicas muito indicadas a fim de se obter informações sobre opinião, concepções, expectativas e percepções acerca de fatos, objetos. O uso de entrevistas nos permite o contato com os pensamentos daqueles indivíduos que fazem parte da comunidade estudada; considerando cada um deles de acordo com o seu papel no grupo social. Nas palavras de Duarte (2004, p. 215) entende-se que “Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”.

Neste caso, a nossa pesquisa será realizada no ambiente livre em que os aspectos do dia a dia das pessoas estarão em plena confluência. Não há, conforme Yin (2010, p. 111) “confinamento controlado do laboratório ou limitações estruturadas de um questionário”, deste modo as entrevistas no campo são carregadas de dinâmica e expressividades típicas da vida real.

A proteção com os chamados por Yin (2010, p. 99) de “sujeitos humanos” obriga-nos a adotar uma postura diferenciada daquela de estudos específicos, tais como: “sistemas físicos, químicos ou outros não humanos”. A postura do pesquisador torna-se crucial para a aceitação do rigor ético da pesquisa apresentada. Trata-se de refletir a problemática de se ter como “objeto” de estudo aqueles que são sujeitos de sua história, que são atores nos processos de construção humana, compreendendo os elementos culturais, históricos e sociais.

A obtenção do consentimento dos entrevistados foi executada de forma clara e compreensível, explicitando o objetivo da pesquisa, bem como identificando o pesquisador, instituição e programa vinculado, destacando a necessidade da participação voluntária, conforme consta no modelo do termo de consentimento livre e esclarecido anexado a esta pesquisa.

Em seguida, organizamos primeiramente nossos participantes da maneira como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 - - Organização dos Participantes

PARTICIPANTE	SEXO	TEMPO DE RESIDÊNCIA EM SÃO CRISTÓVÃO	ATIVIDADE
1	Masculino	43 anos	Professor/Poeta
2	Feminino	72 anos	Doceira
3	Feminino	42 anos	Comerciante
4	Feminino	61 anos	Aposentada
5	Masculino	81anos	Artesão
6	Feminino	55 anos	Artesã
7	Masculino	43 anos	Professor
8	Feminino	54 anos	Professora
9	Feminino	55 anos	Professora
10	Masculino	42 anos	Músico/Professor
11	Feminino	58 anos	Aposentada
12	Feminino	44 anos	Artesã
13	Feminino	46 anos	Artesã
14	Feminino	-	Representante do IPHAN
15	Feminino	18 anos	Estudante
16	Feminino	18 anos	Estudante
17	Masculino	-	Representante do IPHAN
18	Feminino	43 anos	Professora

Fonte: elaborado pelo autor após realização das entrevistas (2016).

Foram identificados os indivíduos pelos critérios de sexo, tempo de residência e função ou atividade sem uma classificação apriorística acerca dos quantitativos de tais critérios. Conforme as entrevistas foram sendo executadas, tal distribuição de quantidades foi se formando. A escolha da aplicação das entrevistas se deu para duas categorias distintas, a saber: moradores e gestores públicos a fim de mapear, dentro dessas duas vertentes como as políticas públicas interferem no dia a dia, a partir da percepção da referida comunidade e das informações obtidas dos gestores.

As entrevistas à população foram guiadas com um roteiro formado por algumas questões que remeteram a sentimentos, memórias, histórias, ações e que funcionaram como gatilhos para possíveis associações das suas narrativas. Além desse, foi estruturado um roteiro com a linha de investigação adequada a fim de contemplar a categoria gestores públicos. Ressalta-se que tais documentos foram devidamente elencados a essa pesquisa na seção chamada apêndices.

Foi deliberado um quantitativo de dezoito entrevistas, com duração média de 30 minutos, pois segundo Bauer e Gaskell (2002), em certos casos tais quantitativos, não tão representativos, se tomados pelo viés da pesquisa qualitativa como contraponto, demonstram a recorrência de temas e compartilhamento de experiências. Essa referida recorrência direciona ao entendimento de que a amostra escolhida se encontra saturada. O grupo selecionado foi de maiores de idade, de ambos os sexos e numa escala etária não muito heterogênea. Considerando a incidência em relação ao tempo de residência em São Cristóvão, distribuem-se da seguinte forma: a) sete moradores entre 42 a 46 anos; b) quatro moradores entre 54 a 58 anos; c) dois moradores no intervalo de 61 a 72 anos; d) um morador de 81 anos e e) dois moradores de 18 anos cada.

Duas entrevistas foram realizadas com representantes do IPHAN em Sergipe, o ex-superintendente interino e uma representante do Escritório Executivo do IPHAN, em São Cristóvão, comumente chamado de Casa do IPHAN. Essas entrevistas foram necessárias a fim de saber quais foram as ações vinculadas ao Instituto que corroboraram para o tombamento do bem em questão, e as políticas atuais de valorização, conscientização e preservação do patrimônio tombado. Tentativas foram realizadas de entrevista com a Secretaria da Cultura de São Cristóvão, porém sem êxito. No entanto, o conteúdo da pesquisa não foi comprometido, pois o foco nas políticas públicas foi obtido nos demais processos do estudo, a saber, as entrevistas e pesquisa documental.

O método proposto para análise das entrevistas foi o de Bardin (2011, p. 44), ou seja, análise de conteúdo, que se trata da técnica de descrever e interpretar o conteúdo de textos e documentos e que é bastante utilizada nas pesquisas referentes às ciências sociais. A análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”.

No entanto, a autora complementa a informação ressaltando a característica peculiar da análise de conteúdo.

Mas isto não é o suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo. Retomemos os dois exemplos, mais ou menos metafóricos, anteriormente citados. Nos dois casos (objetos contidos nas malas de uma senhora e dejetos encontrados nos caixotes de lixo), o interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a “outras coisas”. (BARDIN, 2011, p. 44).

O que a análise de conteúdo pode dizer permeia o campo dos saberes psicológico, sociológico, histórico, econômico entre outros e abre um leque de interpretações que fortalece os estudos principalmente de natureza qualitativa.

A referida análise é compreendida por três fases distintas: a pré-análise, a exploração do material; a inferência e a interpretação. A execução dessas fases pressupõe uma etapa de organização que se desdobra em três missões, segundo Bardin (2006, p. 111): a escolha dos documentos, para serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a constituição de indicadores que fundamentem a interpretação final. O processo de categorização é intenso, repleto de agregações por meio das quais as diferenças e semelhanças dos conteúdos se organizam e conduzem aos objetivos buscados. Nas palavras da mesma autora “a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo género (analogia), com critérios previamente definidos”.

Atendo-se mais às questões de categorização Bardin nos faz recordar que a atividade de “categorizar”, de classificar é algo muito do nosso cotidiano, desde a infância aprendemos a separar, classificar e ordenar e isso é algo muito do mundo real e da atividade científica. Então, categorizamos quando estabelecemos este ou aquele aspecto a ser levado em consideração diante de um rol de elementos disponíveis, de acordo com o viés adotado para o estudo.

As entrevistas escolhidas aqui como corpus, bem como o material documental, a exemplo de leis, portarias, resoluções, inclusive as pesquisas realizadas na internet, podem revelar os objetivos da pesquisa de forma profunda e enriquecida. Também foram realizadas buscas nos sites em função de localização de notícias relativas à Praça São Francisco, as quais abarcam eventos realizados no referido espaço público, bem como decisões, deliberações acerca de sua gestão, denúncias, entre outros. Essas técnicas são bastante úteis, pois auxiliam, acentuadamente, no que se refere ao exame de materiais que não receberam tratamento com o objetivo de obtenção de uma informação agregadora e redescoberta.

Além do disso, durante o processo de coleta de dados torna-se necessário seguir alguns aspectos importantes e destacados na visão de Yin (2010), a saber: formular boas questões, ser um bom ouvinte, exercitar a adaptabilidade e a flexibilidade, ter uma noção clara sobre os assuntos em estudo e evitar o viés. O Autor utiliza esses elementos empregando-os ao Estudo de Caso, porém acreditamos que tais pré-requisitos abarcam toda e qualquer pesquisa científica.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Após a execução das entrevistas que foram devidamente transcritas, lidas e exploradas, conforme a elaboração das unidades de registro que representam, por sua vez, a codificação do material; emergiram 11(onze) categorias introdutórias, a saber: história/memória, lugar, orgulho/respeito/afeição, desconhecimento/distanciamento/apatia, educação, comparação com Laranjeiras, segurança, iluminação, limpeza, desenvolvimento social e econômico e eventos na Praça São Francisco. Tais categorias são oriundas da habilidade criativa e intuitiva daquele que pesquisa, bem como do arcabouço teórico utilizado, e significam as opiniões mais expressivas destacadas pelos trechos das entrevistas.

Nesse ponto, faz-se a ressalva da liberdade que é conferida ao pesquisador a fim de adequar os objetivos e o problema da pesquisa, anteriormente apresentados, aos resultados alcançados. As categorias introdutórias foram determinadas após a execução da leitura flutuante e exploração do material, conforme consta da estrutura de Análise de Conteúdo de Bardin.

Dando seguimento as análises, foram construídas as categorias chamadas de intermediárias devidamente identificadas como: Cidadania/Identidade e Ação Política/Serviços. Enfim, como categoria final tem-se a Gestão Compartilhada da Praça São

Francisco. Tais categorias foram resultado de análises e associações relativas às categorias introdutórias, que por sua vez, foram reduzidas para as intermediárias e que na fase conclusiva foram transformadas na categoria final, numa sequência de inferências, agregações e criação, mas que se acredita ter aglutinado bastante significado para os objetivos da pesquisa.

A fim de melhor explicitar as categorias trabalhadas no presente trabalho, elaboramos um quadro no qual se pode ver a sequência categorial adotada.

Quadro 2 - Síntese das Categorias de Análise Encontradas

CATEGORIAS INTRODUTÓRIAS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIA FINAL
1.História/Memória	Cidadania/Identidade	Gestão compartilhada da Praça São Francisco
2. Lugar		
3 Orgulho/Afeição/Respeito		
4.Desconhecimento/Distanciamento/Apatia		
5. Educação		
6. Comparação com Laranjeiras		
7.Segurança	Ação Política/Serviços	
8.Iluminação		
9.Limpeza		
10.Desenvolvimento Social e Econômico		
11. Eventos na Praça São Francisco		

Fonte: adaptado de Silva e Fossá (2013, p. 11-12).

3.2.1 Categorias Introdutórias

As categorias introdutórias foram dispostas da seguinte maneira:

- História/ Memória;
- Lugar;
- Orgulho/ Afeição /Respeito;
- Desconhecimento/Distanciamento/Apatia;
- Educação;
- Comparação com Laranjeiras;
- Segurança;
- Iluminação;

- Limpeza;
- Desenvolvimento Social e Econômico
- Eventos na Praça São Francisco;

Essas categorias representam o esquema de valores, crenças que se manifestam nas pessoas entrevistadas e que necessariamente precisam ser analisadas de forma qualitativa. Ressalta-se que elas correspondem às respostas obtidas através dos questionamentos dispostos no roteiro de entrevista, elaborado para objetivar o processo de execução de entrevistas semiestruturadas, bem como a livre manifestação dos participantes.

Dessa maneira, o uso do instrumento da Análise de Conteúdo se faz fundamental. A codificação em unidades de registro se deu em função da presença de ideias, queixas e concepções, num processo de comparação entre os dados coletados; exercendo o cuidado de observar a adequação do que estava sendo analisado aos vieses da nossa pesquisa.

A seguir elencaremos cada categoria introdutória delineada por alguns trechos das entrevistas que corroboram com a concepção do pesquisador acerca do conteúdo estudado.

3.2.1.1 Categoria História/Memória

Para a categoria “História/Memória”, podemos destacar a necessidade dos moradores de relembrar fatos importantes da cidade que tinham quase sempre a Praça São Francisco como cenário, numa escala de importância determinada conforme o olhar de quem falava. Exemplos dessa memória que lembra a história:

A Praça São Francisco sempre foi um respeito de São Cristóvão. Onde nasceu a nossa cidade. A cidade nasceu na Praça São Francisco. Ali tem uma história. Por que aquele cruzeiro no meio da Praça? As cidades históricas que eu conheço no Brasil, todas “existe” um “cruzeirozinho”, mas não bonito igual ao nosso! (Participante 5) [grifo nosso].

As nossas raízes culturais, o início da colonização. Naquela praça você pensa que você voltou ao período colonial. A arquitetura, é uma viagem, é uma janela ao passado, ao período colonial. É bom para hoje a sombra do passado da história a fim de referenciar o legado artístico e cultural e religioso que Sergipe construiu ontem. Por isso que na Praça São Francisco a gente faz essa viagem. (Participante 7) [grifo nosso].

Quando ainda existia o Festival de Artes a gente utilizava, primeiramente a Praça São Francisco, a praça da cachaça, que é conhecida a praça da bandeira, a praça do Carmo e até a própria praça da matriz. Então utilizava as quatro praças. Então São Cristóvão ficava completamente lotado! Ali pra mim eu tava em outro mundo! Eu tava junto com o povão, tava junto com o povão! Tava vendo seus comerciantes trabalhando...O vendedor de pipoca, o vendedor de capeta, o vendedor de cerveja, o vendedor de espetinho. Então tava todo mundo trabalhando... Coisas que hoje eu não vejo mais! (Participante 10) [grifo nosso].

Me lembro que eu morava ali vizinho, criança. A gente brincava ali. Essa praça era cheia de gente. Eu achava ela mais bonita antigamente do que agora. Tinha muita árvore! A gente vinha e brincava era de bola, era de corda. Aquelas coisas “livre” e muita gente e era qualquer hora, não era só de dia não! Era de dia e de noite! Cansava de ficar aqui até...(Participante 6) [grifo nosso].

Assim, é possível depreender aspectos destacados por Carneiro (2006) em trecho referenciando o Fórum da UNESCO que a memória se transforma em elemento motriz da criatividade, pois patrimônios, naturais e culturais, material e imaterial são referências identitárias e inspiradoras para as pessoas. O aspecto da memória aqui explorado ganha destaque na própria Constituição Federal ao remeter grande importância da memória “dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Essa memória remonta vivências na cidade ou *locus vivendi*, sem as quais a história não se fortaleceria, destacando-se, principalmente, em locais de uso coletivo, como é o caso da Praça São Francisco, como rememora o participante 4, “A única coisa boa que eu me lembro nessa praça foi a época da Seresta. Juntava muita gente! A gente via muita gente vendendo. Porque a preocupação da gente é que o povo precisa. Muita gente vendendo ali. E o transporte a gente pegava aí”.

Essa importância também é referenciada por Castriota (2009) ao estimular os processos que promovam a ligação entre história social e história arquitetônica que renovam a importância da “memória do lugar” para os moradores da localidade. Bem como em Cabecinhas et al. (2006, p. 04):

Vários factores contribuem para o carácter social da memória: o processo de recordar é social, visto que é necessário que haja dicas de contexto que evoquem as recordações; os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente; e a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados. [grifo nosso].

3.2.1.2 Categoria Lugar

Para categoria “Lugar” depreende-se que este representa para os indivíduos suas experiências, vivências, aspectos simbólicos que imprimem um significado afetivo, assim nas palavras de Martins (2006): “Esse processo não é breve e nem tem um final. Ele reúne história, conhecimento e demonstra em várias linguagens a relação que o sujeito tem com o espaço geográfico, lugar que é identificado como extensão de si mesmo”.

O lugar é assim visto como o espaço de construções simbólicas repletas de representações e significados. Assim, na visão de um morador, “É muito importante porque a história de São Cristóvão nasceu ali. Foi assim, construíram o palácio ali na Praça São Francisco, construíram uma igreja, que foi construída pelos jesuítas, a Igreja de São Francisco”. (Participante 5).

O relato do participante 6 corrobora a ligação com o lugar, mas com um sentimento de nostalgia em relação a uma outra época, “Eu gosto de morar em São Cristóvão, gostava mais, agora as coisas a cada dia piorando! Não tô gostando mesmo! Mas que jeito, tem que ficar aqui mesmo. ”

Da mesma forma o participante 8 explica seu sentimento de apego: “Eu moro há 54 anos. Eu nasci aqui. Eu amo a cidade. Eu acho que a gente se apega porque nasceu, né? A cidade que conhece, minha família toda é daqui...amigos. ” [grifo nosso]. O mesmo ocorre com os seguintes:

Eu gosto da cidade. A cidade em si, hoje porque você tá vendo a violência tá demais em todo canto. Mas a cidade já foi muito, muito boa pra morar. Eu não tenho o que me queixar. Ela não é a minha cidade de nascida, mas é a minha cidade que eu tenho no coração é São Cristóvão. Foi nela que eu formei minha família, foi nela que formei a minha vida inteira porque aqui eu fiz concurso público, trabalho, já tenho 32 anos de prefeitura, tá entendendo? (Participante 9) [grifo nosso].

Eu acredito que se você mora num lugar e você quer bem dos seus, de quem mora no lugar, né? Você vai lutar com todas as suas forças e com seus conhecimentos para que isso seja conquistado. E é isso que eu fiz e que tenho feito, né? Eu na verdade quando eu percebo que São Cristóvão tem um nó que é possível de ser desatado, que é transferir esse potencial e benefício...Eu vou insistir e eu insisto...eu sou um torcedor que eu não vou torcer para perder, né? (Participante 1) [grifo nosso].

3.2.1.3 Categoria Orgulho/Afeição/Respeito

Pode-se apreender que nas narrativas dos participantes, o sentimento de orgulho, respeito e afeição que molda as pessoas aos ambientes foi deixado num momento de memória em que a cidade e a Praça São Francisco possuíam mais desenvolvimento e eram mais convidativas.

Tá por esquecida a praça. E assim quase abandonada! Eu considero ela quase abandonada! Porque a gente não vê estímulo nenhum, a gente não vê vir alguém para pintar ali, pra olhar aquele poste apagado. Teve um dia que e ficou apagado a noite toda. Tem gente que tem medo de assalto. Fazer caminhada, visitar pra quê? De início ficou muito bonita. A iluminação era linda. Mas depois foi apagando uma lâmpada, apagando outra. Às vezes não tinha a reposição. Então dá desgosto até de morar aqui. (Participante 4). [grifo nosso].

Então a nossa cidade vai morrendo dia a dia por falta de respeito. Os governantes que chegam, só visa o dinheiro. O salário que é grande. (...) Então esse orgulho que nós de São-Cristovense “tem” é no coração, porque a sociedade expulsou esse direito nosso. (Participante 5) [grifo nosso].

A Praça São Francisco ela talvez seja a única no Brasil, da primeira metade do século XVII, com traçado tipicamente, traçado urbanístico, tipicamente espanhol. É uma raridade! Agora o porquê, qual a explicação? É a questão da união ibérica, né? A gente vê aqui resquícios da cultura espanhola mesclada à cultura lusitana, especialmente aqui em Sergipe. E vem a chancela de 18º Patrimônio Mundial no Brasil, em São Cristóvão! É uma honra! (Participante 7) [grifo nosso].

Então assim, quando eu tô na Praça, eu costumo exercitar o meu lado poético e meu lado de memorialista. Por exemplo, quando eu vejo aquela árvore, aquela árvore única na praça; eu percebo ela como um oásis. [...] Então toda vez que eu vou na Praça ou no Centro de São Cristóvão eu desperto para esse lado poético, sentimental. (Participante 1) [grifo nosso].

Há 46 anos que eu moro em São Cristóvão, sou filha da terra. Ave! Eu amo minha cidade, eu amo, amo mesmo a minha cidade! Infelizmente, assim...Devido ao que tá...Mas ainda a paz, né? Essa coisa bonita que é um a cidade histórica, eu acho muito lindo. Retrata assim muito a nossa cultura, retrata assim o que meus pais viveram. Não eram daqui, mas vieram pra cá,

enterraram o umbigo aqui! E são dez filhos tudo daqui, entendeu?
(Participante 13) [grifo nosso].

As narrativas elencadas exprimem uma oscilação sentimentos que vão de orgulho e respeito, nitidamente guardado na memória (Participantes 4 e 5) que é fruto do desalento da situação da Praça São Francisco e da Cidade. Porém alguns participantes sentem-se ligados emocionalmente e de forma positiva pelo orgulho (Participante 7), pela afeição e respeito pela cidade e pela Praça São Francisco, (Participantes 1 e 13). Assim, Simão (2006) ratifica que “[...] os valores impregnados nas coisas do passado precisam estar amplamente divulgados para que a população local consiga reaver o seu orgulho por algo que é deles e que é valorizado. O gosto e o amor são fundamentais para que o cuidado realmente exista”.

3.2.1.4 Categoria Desconhecimento/Distanciamento/Apatia

Para a categoria “Desconhecimento/Distanciamento/Apatia”, tornou-se expressivo em nossas pesquisas o desconhecimento da população e até certo desinteresse relacionado a questões concernentes à Praça São Francisco. Atribui-se ao fato de que várias etapas do processo de titulação foram realizadas sem que a maior parte da população entendesse o real significado de tal chancela, bem como à ocorrência de tantas outras necessidades básicas para a população, que a cultura foi colocada em segundo plano.

No entanto, tal política pública tem que estar imbuída de outros sentidos, mais amplos e fomentadores, pois segundo Martins (2006, p. 44) “Mas é possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, com problemas econômicos, de saúde e sem informações, interessar-se pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais ou de uma floresta? ”

Assim conforme os seguintes participantes:

Saber do significado, pra que ia servir. Que ninguém sabe. Faltou e falta!! Dá o conhecimento. Que ninguém entende e ninguém sabe. Ninguém sabe nem o significado dessa praça. O povo conhecer, saber...Ensinar o povo como é o significado da praça. Que as pessoas não sabem a importância da praça e da cidade. (Participante 2).

Moro aqui, sou filha daqui e não vejo essa cidade crescer em nada, nem com esse título. Não cresceu, não desenvolveu. Não vi vantagem nenhuma pra adquirir esse título. [...] E o povo precisa de título? Não precisa de título! Desse jeito não! O povo precisa de desenvolvimento! Mas título? Eu não acho necessário. (Participante 4) [grifo nosso].

E assim também a gente não pode usar muito a praça, em termos o turismo sim, os carros vem e param por ali. Mas, assim a população ela pouco usufrui da praça é mais pra quem é de fora. Assim mesmo “pras” pessoas que vêm ver, a primeira vista, acham até bonito, porque realmente é bonito. Agora o trato mesmo, quem mora aqui é que sabe muito bem. (Participante 8) [grifo nosso].

Eu não considero mais a minha cidade como a cidade da capital da cultura. Eu não tenho mais esse sentimento, perdi esse sentimento, não só por ser artista, mas como morador. Eu tô falando como artista, como músico, Eu nasci numa família de músicos, meu pai é professor, meu irmão é professor. Então eu não tô usando com essa questão profissional, eu tô usando como pessoa, como morador. Eu não tô vendo nada de resultado. Por que botou as fiações por debaixo da terra? E morreu? Aqui se chegou até a gente, como morador, que o carro pesado não pode passar na praça. Mas adiantou o quê? Falar? Eu quero prática! [...] Já me perguntaram “Professor se a praça perdesse o título de cidadã?” Se eu não tô vendo resultado é melhor deixar do jeito que está! Que na verdade já está do jeito que está! (Participante 10) [grifo nosso].

Bom, importante é porque a cidade é antiga, histórica não só a praça deveria receber esse título, como a cidade inteira. Pena que foi um título que não fez jus, devido aos governantes, ninguém levou a sério e a praça, coitada, ficou no esquecimento. A gente criou muita expectativa.... Isso tudo devido a quê? Devido aos governantes. O prefeito que ele já vem há anos... Não deu a mínima importância. Pra ele foi como não tivesse título nenhum, não preservou e não deu importância. No dia do aniversário que ela recebeu o título, pra o IPHAN foi uma festa, mas pra nós moradores, a gente nem sabia por falta de motivação do governante da cidade. (Participante 11) [grifo nosso].

Só que muitos moradores, inclusive que moram no quadrado, naquele entorno, muitas pessoas que moram ali realmente não entendem a importância desse espaço. Pode ser por ignorância? Pode ser! Pode ser por que se sentem tão abandonados, que eles que são pessoas estão abandonadas, imagine os logradouros, as praças, enfim! Não há por parte de algumas pessoas esse laço! (Participante 18) [grifo nosso].

3.2.1.5 Categoria Educação

Para categoria Educação percebeu-se a necessidade constante dos entrevistados de alertar para o incentivo de medidas necessárias à implantação de projetos vinculados à educação, não só patrimonial, mas também ao planejamento de cursos de cunho profissionalizantes, possivelmente com vinculação à atividade turística. Com essas medidas os moradores acreditam na melhora da cidade como um todo.

Podemos experimentar isto nas palavras do Participante 5 “Hoje eu me sento ali dois minutinhos na Praça São Francisco e fico olhando para aquele orfanato fechado, que devia estar uma escola ali funcionando!” [grifo nosso]. Assim como na perspectiva muito bem apreendida pelos seguintes participantes:

Tem que ter divulgação, iluminação. Ensinar o povo o que é aquela praça. Dizer ao povo o que significa aquela praça e o que significa a quarta cidade mais velha. O povo daqui não entende, não “sabem” de jeito nenhum. Nem todo mundo é preparado pra emprego, né? Nem todo mundo estudou, quem não estudou tem que viver de sua “bagaçadinha”, suas cocadinhas, vendendo sua “aguinha” de coco. É isso!! E não tem gente na praça, em momento nenhum. (Participante 2) [grifo nosso].

O que faltou foi conscientização da parte do IPHAN com a população. Todo mundo dizia “pra quê receber um título?” Se a cidade, a gente sabia que ia ficar do jeito que ficou, do jeito que está. A gente sabia porque o próprio IPHAN não conscientizou a população. Exatamente pra que cada um conservasse. Mesmo que o governante não fizesse nada, mas o morador tinha consciência e ele mesmo preservar. [...] É uma pena que a cidade não tenha nem o que oferecer. Assim, uma cidade tão linda, mas... Também a gestão não motiva em nada ninguém e nem a própria cidade. A população fica meio por fora. O povo ia ter noção que mora num acidade histórica. Porque o que falta é a conscientização do povo que São Cristóvão é importante, é histórica e que tem o que se vê. Porque se a gente viaja, vai pra Mariana, vai pra Ouro Preto e Salvador é a mesma coisa daqui. É a mesma estrutura de São Cristóvão! Só que lá os governantes trabalham em cima disso e aqui não! E aqui não! (Participante 11) [grifo nosso].

Se sempre tivesse alguma coisa sendo feita lá. Se esse espaço fosse sempre ocupado com cultura, com arte, com informação, com ações educativas. Que sempre tivesse alguém lá, talvez os próprios moradores sentindo que há uma utilidade, uma sensação que é útil a eles, talvez eles mesmos começassem a não jogar lixo ali no entorno, não depredassem os bancos, não riscassem alguma coisa nas paredes dos prédios, talvez isso gerasse...Não sei...acho que é um conjunto de ações, a questão da educação patrimonial, que é importante

a gente precisa trabalhar, não só nas escolas. Não é só a escola! Mas em todos os grupos sociais que tenham esse entendimento, a família, igreja, clubes, enfim. Talvez essa educação patrimonial, talvez essa ocupação útil da Praça, é isso que eu sempre me questiono. Não é pra só ver, não é uma coisa só de figuração, de decoração! O povo tem que ocupar aquilo ali, o povo tem que sentir que é dele. “É minha eu posso ir, eu posso levar meus filhos”. (Participante 18) [grifo nosso].

A educação se faz de forma a integrar mais o povo ao contexto no qual pertence e em se tratando de uma cidade com o potencial extraordinário de história e cultura, isso pode acontecer de forma fecunda. Através de projetos vinculados às escolas pode-se aproximar a cultura patrimonial dos jovens e estes, por sua vez, entendendo a importância de tal conhecimento, se tornarem agentes multiplicadores nessa missão. Daí a importância incontestável dos museus, bibliotecas, arquivos, na concretização efetiva de uma educação patrimonial com tais objetivos. Essa fundamental atividade, que é de interlocução entre o povo e seu passado, deve ser exercida principalmente pelos museus. Estes devem manter e desenvolver com mais vigor esse papel de destaque da educação, atuando como instrumentos eficientes na fixação das identidades (AMARAL: 2006, p. 56).

Ao observar a Praça São Francisco, localizamos o Museu Histórico de Sergipe, o Museu de Arte Sacra e também a biblioteca municipal, que infelizmente em vários relatos dos participantes estavam quase sempre fechados em horários e dias que poderiam atrair mais pessoas, inclusive a população. A educação, tomada nesta análise, tem um valor de inclusão e identificação do patrimônio cultural nas sociedades envolvidas. Nas palavras de Dias e Soares (2008, p. 73), “Neste sentido, Educação popular é um processo dinâmico e muito mais eficiente, que, tomado a partir de objetos culturais, associa-se a educação patrimonial como catalisador do processo de autogestão”.

3.2.1.6 Categoria Comparação com Laranjeiras

A categoria “Comparação com Laranjeiras” foi pensada a partir das falas de alguns entrevistados ao realizarem comparações entre a situação da cidade de São Cristóvão e a cidade de Laranjeiras, visto que ambas têm um arcabouço artístico e histórico bastante expressivo no Estado de Sergipe.

Na psicologia social, o termo comparação social advém dos processos que os indivíduos realizam a partir de grupos fora do seu contexto, a fim de afirmar características do endogrupo, ou seja, a identidade social do grupo ao qual pertence. Assim para Cabecinhas e Lazaro (1997, p. 02), “Esta teoria estipula, ainda, que os indivíduos procuram construir sua identidade social positiva mediante comparações[...] baseadas em dimensões associadas a valores sociais dominantes e conduzindo ao favoritismo pelo grupo de pertença”.

No entanto, o que podemos observar que o favoritismo pelo grupo são-cristovense não se confirmou em alguns casos, a exemplo de: “Que eles invistam mais na praça já que tem um título tão bonito, né? Tão elegante até! “Patrimônio da Humanidade”! É um título elegante! Mas era mais merecido Laranjeiras que todo dia tem eventos. O festival de lá não acabou! (Participante 5) [grifo nosso].

Bem como na observação dessas narrativas:

Eu vejo todas as coisas e não posso fazer nada. A sensação de impotência... Então a própria segurança, os cuidados dos prédios históricos. Isso aí é fundamental! Poxa! Nós temos Laranjeiras, bem próximo praticamente de São Cristóvão, mas não é totalmente abandonada como São Cristóvão. [...] Laranjeiras se evoluiu em termo das festividades, do calendário festivo. Quem era o Festival de São Cristóvão? Dava, “vamo” dizer assim, de vinte a zero no de Laranjeiras! Então o que acontece, morreu! (Participante 10) [grifo nosso].

Então são essas coisas que precisa. Esses meninos ter uma escola, esses meninos viver arrumadinho. Eu fico orgulhoso de Laranjeiras porque eles (os guias) vivem todo arrumadinho. Lá tem uniforme!! Aqui já teve também. Olha aí que sabe, né?! Então tinha aula pra eles. E hoje não ligam para isto não. (Participante 5) [grifo nosso].

O berço da sergipanidade, pra muita gente é São Cristóvão, e você não vê! Laranjeiras tem uma cultura mais forte, nesse sentido, porque no mês de janeiro sempre faz esse bum! E você vê que atrai muita gente! E em São Cristóvão que tem essa coisa de ser a primeira capital, Sergipe ter nascido a partir de São Cristóvão, e não consegue gerar renda para as pessoas a partir disso! (Participante 18) [grifo nosso].

Ainda assim, no relato do participante 5, percebe-se o aspecto positivo da comparação, sem, no entanto, denotar a presença de “conflitos simbólicos” (FARO et al., 2016, p. 287):

É uma alquimia, uma alquimia íntima, uma coisa mística, a cidade tem muito isso, é uma cidade mística. Encantadora, uma cidade, assim, orante, né? A

religião, a arte, a história. Em todo canto, tá impregnada! Assim como Laranjeiras, é um museu a céu aberto! ” (Participante 5) [grifo nosso].

3.2.1.7 Categoria Segurança

As narrativas acerca da falta de segurança foram constantes e demonstraram a sensação dos moradores de que algo tem que ser feito para a proteção da Praça São Francisco e das pessoas que ainda desejam frequentá-la, como faziam em outros tempos. “Ninguém, à noite, pode ir pra lá. Porque tem assaltante, tem os trombadinhas. Ninguém pode ir pra aquela praça! Quem vai, vai usar droga. Todo mundo tem medo de ir prá lá, à noite” (Participante 2)[grifo nosso].

Bem como expressa o relato do participante 3, “O lugar não é mais tranquilo, não tem lugar mais tranquilo, não minha ‘fia’. É tudo na bênção! Já fui roubada aqui não sei quantas vezes. Já fui roubada de manhã cedo, de noite, ao anoitecer, seis horas da noite” [grifo nosso].

Os serviços básicos exigidos pelos moradores quando perguntados por qual ação eles optariam de imediato para ajudar o cuidado com a praça foram, entre outros: “Primeira coisa que tinha de fazer é fazer uma iluminação adequada. Bota uns...Aracaju tem guarda municipal e São Cristóvão não tem! O povo tem muito medo de sair por aí! [...] (Participante 6)[grifo nosso].

Já esse morador ressalta também a presença de marginais na Praça São Francisco. “Nada! Foi ao contrário a praça é escura, geralmente cheia de marginais usando drogas. A gente tem medo dez horas da noite porque é tudo escuro. Às vezes, acende uma lâmpada ou outra, mas iluminação não tem! ” (Participante 8) [grifo nosso].

A questão de falta de segurança foi sempre recorrente nas falas, “Então, se foi designado que não poderia passar carro pesado por cima da praça, pela praça ter se tornado Patrimônio da Humanidade. Então precisa de quê? Ter a segurança. Então isso deixa a desejar! Em vários aspectos ela deixa a desejar completamente. ” (Participante 10) [grifo nosso].

O povo é assim...de seis horas São Cristóvão em diante já tá deserto. Quem anda na rua tá sendo roubado. Tá entendendo? Então você chega seis horas, você já vê deserto! Eu desço aqui cinco e meia e já está deserto. Cinco seis

horas, às vezes a gente sai daqui seis horas já está deserto! O povo tem medo hoje de sentar ali e bater papo! (Participante 9).

Que deixou de existir aquela iluminação belíssima, de quando inauguraram a praça. As lâmpadas quebraram. Quando ela ganhou o título, era lindo, fazia gosto o turista vir à noite. Hoje, se vier vai ser assaltado porque o lugar que mais tem assalto é na Praça São Francisco. (Participante 11) [grifo nosso].

Nas ideias expressas pela população, há uma falta de ação por parte dos gestores que implica uma sensação de insegurança para todos aqueles que pretendem visitar e permanecer no espaço da Praça São Francisco, bem como na cidade de uma forma geral. Um espaço coletivo de valor cultural para a humanidade, de valor excepcional e universal, que deveria ser explorado pela população e pelos visitantes, mas que infelizmente está se tornando inóspito.

Corroborando com essa perspectiva Carneiro (2006, p.26):

Ainda dentro do plano da vida psíquica do sujeito, quando se trabalha com o enfraquecimento do *eu-cidadão*, pela destruição da estética imaginária das cidades, afrouxando-se os limites e a obediência às regras de convívio social, institui-se uma lógica perversa nas relações sociais, e os laços podem-se constituir dentro do aspecto mais retoricamente combatido, que é o da violência urbana.

3.2.1.8 Categoria Iluminação

Para categoria “Iluminação”, ao serem questionados sobre possíveis melhorias ocorridas no espaço público, as respostas obtidas demarcaram insatisfações variadas como a do participante 10, “A questão das praças: a Praça São Francisco é escura! Ela foi eleita Patrimônio da Humanidade, fez aniversário agora dia 01 e permanece ao abandono.” Os demais reforçaram tais descontentamentos:

Não fizeram nada!! Foi pior!! Tá pior porque tá escuro. Tá pior!! Ninguém, à noite, pode ir pra lá.[...]odo mundo tem medo de ir prá lá, à noite. Todo mundo!! Todo mundo tem medo!! Não tem quem fique lá, não!! É escuro, mas é escuro mesmo!! Ninguém vai não!! Não teve melhoria na praça. Foi pior até pela escuridão (Participante 2) [grifo nosso].

A iluminação tá precária mesmo, tá escuro! As lâmpadas que botaram não tá é prestando é nada. Às vezes, a gente nem pode passar por ali. Seis horas da

noite, nem passa mais, tá tudo escuro! [...]O pessoal quer fazer caminhada, nem faz, volta porque tá no escuro. (Participante 3) [grifo nosso].

A praça é escura. Não devia ter essa instalação subterrânea. A gente vai pra missa à noite e é caindo muito, não enxerga nada. “Foi” coisas que a administração fez sem pensar em nós que somos moradores da cidade. À noite, quando tem festas. Como teve agora a festa de São Francisco, foi à noite, as pessoas não acompanha a procissão com medo de cair. Que eu já caí uma porção de vezes! Dou topada e caio! Então eu achava o seguinte: se querem que a Praça São Francisco seja respeitada, mas ela tem que ser conservada. (Participante 5) [grifo nosso].

Alguns ressaltam a dificuldade de conviver na Praça São Francisco e frequentar os espaços religiosos, “Pronto não teve melhoria. Continua o mesmo. Quando tá no escuro pior ainda! Tem dias que tá um breu! Você passa por aqui, a gente tem que tá “arrodeando” quando vai pra igreja, por dentro das ruas. Porque é um breu! Tem missa toda terça-feira. É um breu!” (Participante 6).

3.2.1.9 Categoria Limpeza

Em relação à limpeza das ruas e do entorno dos monumentos históricos, é necessário um somatório de forças, principalmente dos gestores municipais e da população que, com frequência, contribuem para a sujeira presente na cidade e na Praça São Francisco. Alguns entrevistados relatam o sentimento de vergonha ao se depararem com os visitantes numa praça onde o esgoto e o lixo estão comumente presentes.

Os serviços ofertados pelos gestores municipais deixam muito a desejar em relação à limpeza adequada do monumento tombado:

A Praça São Francisco hoje em dia é um criatório de cachorros de rua. Eu vejo um monte de cachorros lá de rua. Uma pessoa sujando a praça. Tem uma árvore cheia de parasita, que devia ter podado aquela árvore, cuidado daquela árvore. O jardim? Tirou-se o jardim porque a Praça São Francisco nunca teve jardim. Botou aquele calçamento, mas não cuidam do calçamento. Está todo “rebetado”, ali passa as águas de fossa, ali passa tudo que é ruim em frente ao Museu, que é respeitado como um palácio. Ao lado da Sede do IPHAN, de lado. Ao lado de tudo que é importante. (Participante 5) [grifo nosso].

Fica chato eu ter que receber, eu também sou monitor de turismo, fica chato eu ter que receber equipes como já recebi aqui em São Cristóvão, pra ver o quê? Vai ali na praça da matriz, vê o prédio naquelas condições, caindo por cima dos moradores, do lado vizinhos, lá do lado. Aí vem aqui você passa pelo Museu Histórico de Sergipe e você vê uma rede de esgoto fora de série. (Participante 10) [grifo nosso]

Inclusive manter as praças, as ruas, a via pública limpa. Porque uma das coisas que tem incomodado bastante. E isso é em todo lugar é a questão da sujeira que a comunidade faz. Porque o lixo é produzido por todo ser humano, isso a gente já sabe por que o ser humano produz dois quilos de lixo todo dia. (Participante 1) [grifo nosso].

Teve uma pessoa que tava hoje dizendo assim “Eu sou de Carmópolis e tenho mais de trinta anos que moro aqui em São Cristóvão”, “mas eu sou de Carmópolis”. Ela disse: “Ói você vai nesses lugares em Carmópolis e você não vê uma sujeira e aqui é uma sujeira, uma cidade muito suja!” O turista reclama! Quando eu tava trabalhando nessa questão do patrimônio, que eu trabalhei muito tempo... Teve um homem que disse assim: “rapaz eu me arrependi de ter entrado nessa cidade porque quanto lixo, quanta sujeira!”. Eu fiquei morta de vergonha, você tá recebendo numa igreja o turista e você ouvir isso do turista! Eu não tinha argumento pra dizer, fiquei com a cara no chão e pedi desculpas ao rapaz. (Participante 12) [grifo nosso].

E um local que, quando a gente chega na cidade e vai subindo a ladeira do Museu de Arte Sacra, é o cartão de visita da cidade. E muitas vezes a gente percebe, nos dias que parece que é de coleta de lixo, a lateral do Museu de Arte Sacra e da Praça São Francisco viram uma verdadeira lixeira. (Participante18) [grifo nosso].

Na perspectiva de Simão (2006) é esclarecido que as cidades preservadas enfrentam as mesmas dificuldades encontradas em qualquer cidade, a exemplo de saneamento básico impróprio ou até ausência de tal serviço, infraestrutura escassa de serviços de uma forma geral, pouco ou nenhum desenvolvimento econômico, mão de obra sem qualificação, entre outras.

3.2.1.10 Categoria Desenvolvimento Social e Econômico

A Categoria “Desenvolvimento Social e Econômico” tem respaldo a partir das narrativas que incluem as lembranças de épocas em que a cidade era intensamente visitada, que não havia falta de emprego, e que a geração de renda para a maioria da população era presente.

Também na expectativa e na crença de que a cidade pode desempenhar papel importante, a partir do turismo e de outros empreendimentos frutos de uma ação planejada dos gestores.

A cidade tem um potencial, e isso é visível, né? Principalmente para as pessoas mais sensíveis, né? Quem... Quem chega a São Cristóvão e tem alguma sensibilidade nessa área, sabe que São Cristóvão tem potencial de viver do turismo, de ter um potencial, de ser um polo turístico. (Participante 1) [grifo nosso].

Podia, assim, um exemplo, não precisava ser todo dia, nem toda semana, uma vez no mês, reunir os artistas da cidade. Fazer um tipo de evento, fazer assim uma seresta, como já teve, né? Já teve, né? “A cidade da seresta”, no passado. Ali os artesãos “vende” um pouquinho. O pessoal, os “artista vende”. Aí fica o povo tudo sem renda. Faz falta! (Participante 6) [grifo nosso].

Da mesma forma podemos perceber no discurso dos seguintes participantes:

Então, foi uma alegria para o povo. Marinete na cidade é luxo. Mas todo mundo trabalhava, tinha dinheiro e passou a viajar meio dia, de dia para tarde. Isso era cada invento que tinha em São Cristóvão era uma alegria. Uma noite de Natal na praça da matriz, parque de diversão, os grupos folclóricos, chegança, reisado. (Participante 5) [grifo nosso].

No entanto, percebe-se a inquietude de alguns entrevistados pela ausência de ações efetivas para desenvolvimento da cidade, “Pra cidade foi divulgada, foi. Mas pra que eles vem aqui vê o quê? Só o Patrimônio? Devia ter uma coisa, mais atrativo. Pra o turista chegar e gostar de ficar aqui, de vê, de assistir alguma coisa. Acho que é falta de gestão pública mesmo”. (Participante 4).

Hoje a cidade ela não progride, ela regride. É triste a gente dizer isso pra os nossos filhos, os nossos netos, que tão vivendo. Quer dizer, os adolescentes não têm onde brincar, não têm uma quadra de esportes fora. Tá entendendo? Como já teve aqui a Lourival Baptista, ali “nos pinto” que tinha tudo, futebol de salão, natação, dança, tudo disso já teve em São Cristóvão. Infelizmente, hoje não tem nada disso. Quer dizer, os adolescentes não têm em que se apegar mais porque eles não têm assim onde se divertir. Antigamente tinha um clube recreativo, entendeu? Era tudo organizado. Quer dizer, a cidade infelizmente, é triste a gente dizer isso, ela regride, ela não progride. As pessoas que comandam a cidade, muitas vezes, não pensam nessa parte, não pensam em

desenvolver. Quer dizer, não tem onde o jovem trabalhar, não tem lazer, o jovem não tem lazer aqui. Já tivemos isso, mas hoje não tem. Infelizmente! (Participante 9) [grifo nosso].

A Praça São Francisco, por ser uma praça central, onde tinha todos os eventos. Nós temos a festa religiosa, a Festa de Senhor dos Passos que é uma das maiores festas do Estado de Sergipe, do Brasil e do mundo. Digo assim porque eu trabalho na área também e recebo romeiros, certo? Aqui vinha até romeiros pra dormir aqui na escola, aqui serve de abrigo “pra” eles mesmos. Recebendo romeiros de todas as cidades! Mas não temos uma pousada que é o mais social pra receber! Fica vergonhoso até pra mim, com que cara eu vou ficar para os visitantes se eu não tenho uma informação de onde colocar nossos visitantes, os nossos turistas! (Participante 10) [grifo nosso].

Tais questionamentos foram oriundos da necessidade real de movimentação da cidade de São Cristóvão. Muitos relembram os tempos em que a cidade era rodeada de turistas e havia prosperidade financeira, pois havia emprego e turismo. Assim, nas palavras de Cardoso (2006, p.69);

[...] concebe-se que o conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural possa gerar em cada grupo social distinto, a noção da sua experiência ao longo do tempo, a entender a preservação patrimonial como importante para a autoestima da comunidade e, assim, ajudar a planejar formas de organização e intervenção no processo de distribuição de riquezas geradas pelas atividades produtivas, sendo o turismo, então umas dessas atividades. [grifo nosso].

Na perspectiva dos moradores, o turismo viabilizaria o avanço, de uma forma geral, da cidade para aqueles que hoje se encontram sem perspectivas profissionais, “Se essa praça tivesse sucesso, quanta gente trabalhando, quanta gente com as banquinhas vendendo. Como eu não estava vendendo! A cidade ia melhorar! ” (Participante 2).

Ratifica essa percepção o participante 3, “Trazer turista, ‘botar’ alguma coisa mais lá pra ter, porque não tem nada! Ia ajudar o comércio porque que ele quer que a gente reforme, mas não ajuda em nada o IPHAN”.

Esclarece o participante 2, “A cidade já não tem nada, não tem emprego, só tem a maré e a prefeitura, e não dá ‘pro’ povo a prefeitura, só dá a maré. Só dá a maré!”. Nota-se que todos expressam a necessidade de desenvolvimento econômico para assim obter uma ampliação da qualidade de vida dos moradores, principalmente.

3.2.1.11 Categoria Eventos na Praça São Francisco

Para categoria “Eventos na Praça São Francisco” pensou-se captar a resposta dos entrevistados acerca da sua percepção de um possível aumento de eventos na Praça São Francisco, tendo em vista sua notoriedade em âmbito nacional. No entanto, através dos relatos percebe-se que as queixas são sobre vários aspectos, “A praça tem eventos, mas eles ‘botam’ e não divulgam. Não vai ninguém! Só eles ‘pronto mesmo’ e ‘fica’ lá! A população não sabe de nada! Não divulga nada!” (Participante 3).

Da mesma forma os participantes a seguir explicitam a falta não só de eventos na Praça, mas de uma forma geral a carência de turismo que, a partir do seu ponto de vista, atrairia mais turistas para a cidade e traria benefícios para toda a comunidade.

Com relação aos moradores, eu não vi vantagem nenhuma nesse título, até por que não existe nenhum evento produzido lá. Não existe nenhum turismo divulgado, desenvolvido depois dessa praça. O que deveria existir pra atrair mais turistas, já que existe esse título. Não fazem evento... Muito pouco! Até hoje nada! Tá aí parado. (Participante 4) [grifo nosso].

Tá a mesma coisa. Não teve diferença nenhuma. No começo teve, mas depois parou. Depois só foi aquele “negocinho” assim, “assanou o formigueiro”, como diz o povo, e depois acabou. Não vejo mais nada! (...) Tinha um cinema! Tinha o cinema na praça e acabou! Eu gostava de ver os “veio” bem de idade, vinha sentar, “de tardezinha”, os que “vinha” comer pipoca, assistir o filme. Acabou! Nunca mais! (Participante 6)

Os eventos diminuíram bastante. Quase não existe, quase não existe. Uma vez ou outra, mas...Sinto falta, com certeza! O Festival de Arte, por exemplo, era uma maravilha, a seresta. Quer dizer, na verdade não tem mais, não aconteceu mais nada, evento nenhum na praça. (Participante 8) [grifo nosso].

Assim corrobora e relembra o participante 7, “E o Festival de Artes de São Cristóvão? Por mais de vinte anos ininterruptos, a cidade de São Cristóvão foi palco de um dos festivais de artes mais importantes do Brasil e de projeção internacional”. Essa categoria remete a lembranças de eventos que de alguma forma marcaram a memória dos moradores e vincula essa memória à Praça São Francisco.

A importância de um espaço público como as praças, faz-se evidente nas palavras de Bonduki (2010, p. 55):

Nesse ambiente indissociável-espaço público contornado por uma massa contínua de edificações –, onde as mais importantes construções da cidade foram erguidas como verdadeiras obras de arte, não por acaso floresceu a vida pública. Graças a sua função, os edifícios do entorno das praças-igrejas, palácios governamentais, casas legislativas, repartições, prestadores de serviços e casas comerciais – sempre atraíram a população de todas as classes sociais, transformando o lugar em principal ponto de referência e motivo de orgulho da cidade. [grifo nosso].

3.2.2 Categorias Intermediárias

As categorias intermediárias foram extraídas de reflexões oriundas da análise e tratamento das categorias introdutórias, comparando-as e agrupando-as; de aspectos relativos à intuição, bem como das leituras também realizadas para a fundamentação teórica. Salienta-se que todo esse procedimento foi coadunado aos objetivos da pesquisa.

Assim, temos duas categorias que, a nosso ver, foram fruto de tais procedimentos metodológicos:

- Cidadania/Identidade;
- Ação Política/Serviços;

3.2.2.1 Cidadania/Identidade

A categoria “Cidadania/Identidade” é aglutinadora das categorias com generalidade mais baixa a exemplo de “História/Memória”, “Lugar”, “Orgulho/Afeição/Respeito”, “Desconhecimento/Distanciamento/Apatia”, “Educação” e “Comparação com Laranjeiras”.

Em questões relacionadas à categoria cidadania/identidade, a reflexão que se pode lançar é que tomá-la de forma mais ampla, a partir da percepção das pessoas acerca do seu papel diante da sociedade, da realidade que as circunda, é de suma importância. A cidadania pressupõe bem mais que a mera capacidade de exercícios de voto e de ser votado, exige o entendimento da real competência de agir na coletividade. Nas palavras de Martins (2006, p. 44) o qual explica que “No processo de preservação do patrimônio histórico e artístico, ou patrimônio humano, ou cultural, observa-se ausência de participação popular. Do processo de excluir a população do que é seu, advém uma série de outros desconhecimentos”.

A população de São Cristóvão hoje se sente excluída de uma forma geral do processo de dinâmica cultural da cidade, isto porque percebe que determinadas etapas não são democratizadas e divulgadas para que haja sua integração e para a plena compreensão do que realmente ocorre e qual a importância disso nas vidas das pessoas. À medida que tal compreensão se processa, a cidadania aflora e como consequência os processos de identidade afetam positivamente a vida dos moradores e da cidade. Vejamos a perspectiva de exclusão e desconhecimento pelos seguintes participantes:

Mas recebeu o título e parou, não teve nada, não melhorou em nada! Então não é importante! Não sente! Se recebesse o título e “viesses’ benefícios como em outras cidades que recebem, mas continuam cativando, aquela coisa toda! Não, aqui parou! Um dia desses, tava parecendo uma lagoa aqui. Tem gente que nem sabe. Muita gente aqui que é morador de São Cristóvão nem sabe que essa praça tem esse título. Muita gente não sabe pra que serve. (Participante 6) [grifo nosso].

Eu acho que até piorou porque antes se fazia eventos na praça, tinha eventos na praça. A praça é da cultura, é do povo! O que foi que aconteceu? Hoje não se pode fazer nada na praça, entendeu? Quando tem algum evento, é assim esporádico. Então a gente que tá mais aqui, no dia a dia, a gente percebe que muita coisa que tinha, antes... “Ah! porque não pode”, “Ah! não porque não pode” “não pode fazer um buraco aqui” “porque não pode isso aqui” “porque não pode isso aqui”. Na verdade, hoje a praça do jeito que ela tá, à noite, especialmente à noite, acaba sendo mais reduto de marginal do que de gente, do que da população mesmo! (Participante 10) [grifo nosso].

As frequentes exposições de necessidade de educação, escola e cursos principalmente para os jovens, foram as queixas de boa parte dos entrevistados, registradas na etapa de elaboração das categorias introdutórias. Isso obviamente relaciona-se com a obrigação do Estado de buscar e fornecer meios de capacitação e desenvolvimento de sua população. Essas exigências de ação pública demonstram que a população percebe os caminhos necessários para que se fortaleça os laços existentes com a Praça São Francisco e com os demais bens existentes na cidade de São Cristóvão.

Dessa maneira, evidencia-se a busca pela ratificação da identidade são-cristovense aliando-se a questões do tipo que envolvam a valorização dos bens culturais, com mecanismo de desenvolvimento de conhecimentos para esse fim. Por conseguinte, o entendimento dos conceitos de cidadania, participação e de patrimônio demonstram, segundo Martins (2006), que

a concepção de patrimônio é ampliada para o sujeito que percebe seu valor no contexto social em que atua.

Para fortalecer esse entendimento, a valorização do patrimônio cultural corresponde “Em tais circunstâncias, as evidências de sociedades do passado podem oferecer uma sensação de pertencimento e segurança para as sociedades modernas, sendo uma âncora em um mundo que se transforma rapidamente”. (UNESCO, 2016, p. 15)

A cidadania/identidade em questão está ligada a valorização daquilo que diz o que a população de São Cristóvão acredita ter como algo diferenciador e significativo do ponto de vista histórico e cultural e, por consequência, definidor de identidade. Como bem esclarece Fernandes (1992, p. 266) a respeito de tal tema “A memória social ou coletiva, evidenciada através de registros, vestígios e fragmentos do passado – os chamados bens culturais de uma dada coletividade –, constitui-se em referencial de nossa identidade cultural e instrumento possibilitador do exercício da plena cidadania”.

A identidade aqui destacada envolve aquele sentido de identifica-se com algo, na perspectiva de Graumann (1983 apud Speller, 2005, p.137) e nesse aspecto a cultura é a força que propicia tal intento. Ainda na concepção de Martins (2006, p. 49): “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, resultado obtido por meio do processo de viver”.

3.2.2.2 Ação Política/Serviços

A categoria “Ação Política/Serviços” foi erigida com agregação das categorias “Segurança”, “Iluminação”, “Limpeza”, “Desenvolvimento Social e Econômico” e “Eventos na Praça São Francisco”.

Compreendemos que a categoria “Ação Política/Serviços” é aglutinadora dos anseios e necessidades, explícitos e implícitos nas entrevistas efetivadas. Esses anseios representam a falta de preservação e de cuidados básicos com a Praça São Francisco e com a cidade de São Cristóvão, que afetam significativamente a autoestima dos moradores.

Critérios como limpeza, iluminação, segurança, estímulo a eventos culturais na Praça São Francisco são fatores que, se efetivados, fomentariam um maior bem-estar e convidaria a população a compartilhar mais de um espaço coletivo tão importante.

Os relatos destacam a carência de uma gestão mais eficiente dos bens culturais, além da Praça São Francisco, pois o argumento é que a cidade como um todo está precisando de cuidados a partir de uma Administração Pública mais sensível ao valor histórico e cultural que é tão presente em São Cristóvão.

Mas infelizmente, eu pensava que o município, aqui a cidade ia dar um salto quântico, mas realmente o fluxo de turista aumentou, agora falta muita coisa. A questão da manutenção, a manutenção. Você vê as igrejas, os monumentos tudo fechado, na maioria das vezes. É Falta de projeto porque tem que ter uma articulação, governo do Estado, o prefeito aqui, o município, a rede privada, a comunidade, o povo, tem que ter uma articulação! Tem que ter um projeto! (Participante 7) [grifo nosso].

Desde o momento que a praça se tornou Patrimônio da Humanidade, isso quer dizer que a gente tinha esperança de ver os benefícios do centro, principalmente do centro. Você chega aqui...muitas pessoas chegam aqui e não sabem nem quantas igrejas tem em São Cristóvão. Eu tiro até pelos próprios guias autônomos que não sabem nem, vamos dizer assim, receber um visitante direito. Por questão de apoio, da própria Secretaria, a própria Secretaria do Estado não tem parceria com o município, o próprio município não tem aquele interesse de chegar lá à Secretaria do Estado. (Participante 10) [grifo nosso].

A cidade morrendo.... Todo turista que chega na casa de minha mãe, que mora no foco do turismo. Os turistas todos passam pela porta dela e é só o que a gente vê “A cidade é linda, mas tá mal tratada”. “A cidade é linda”. E é verdade! Falta de quê? De um gestor. Eu peço a Deus assim, o que vai entrar, né? Governe com o coração que é o que falta em São Cristóvão. Alguém que ame! Pra depois governar, porque é o que falta. Todo mundo só vinha governar por dinheiro, infelizmente. (Participante 11) [grifo nosso].

Corroborando com a percepção de que os serviços dentro das cidades que possuem patrimônio tombado devem ser prestados de forma engajada e integrada para auxiliar na gestão do bem, expressa Simão (2006, p. 43),

Certamente as cidades que convivem rotineiramente com duas ou três instâncias diferenciadas do poder (Município, Estado e/ ou União), atuando todas sobre o uso do solo urbano, de forma desarmônica e desarticulada,

possuem uma dificuldade maior de entendimento da população quanto aos papéis a serem desempenhados por cada agente e ainda, de relacionamento entre estes.

3.2.3 Categoria Final

A categoria “Gestão Compartilhada da Praça São Francisco” representa a composição das várias categorias anteriores, cada uma com seus elementos ou unidades de registro que expressam vontades compartilhadas pelos moradores que participaram da pesquisa. As categorias introdutórias possuem o que Bardin (2006, p. 113) denomina de “generalidade mais fraca” em função disso foram reagrupadas para as categorias com caráter mais aglutinador; culminando na categoria em tela.

3.2.3.1 Categoria Gestão Compartilhada da Praça São Francisco

A concepção de gestão compartilhada, mais participativa, vem se delineando em função das mudanças iniciadas nas decisões da Convenção do Patrimônio Mundial/UNESCO corrida em 1972, pois na ocasião se compreendeu a amplitude dos fatores envolvidos no contexto de um Patrimônio Mundial, seja cultural ou natural. Em função disso, foi elaborado o Manual de Gestão do Patrimônio Cultural, no ano em curso, a fim de dar suporte aos entes das esferas do poder responsáveis por Patrimônio Mundial.

A figura 1 a seguir demonstra tais fatores que impulsionaram essa necessidade de um agir mais amplo acerca da gestão de um bem tombado:

Figura 1 - Alguns exemplos de questões antigas e novas do patrimônio

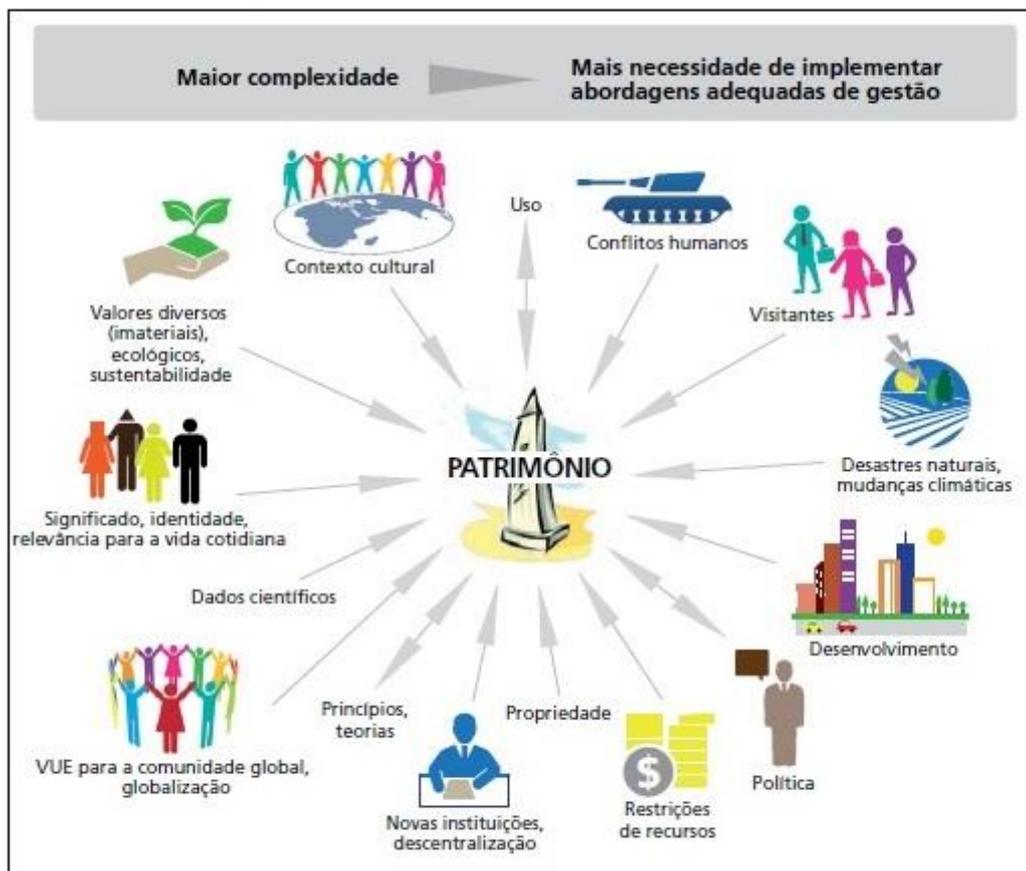


Diagrama 2: Alguns exemplos de questões antigas e novas do patrimônio

Fonte: extraído de Manual de Gestão do Patrimônio Cultural, UNESCO, 2016.

A análise acurada desses fatores requer um olhar e uma ação mais amplos dos gestores para que promovam o aumento da participação a fim de executar uma gestão mais inclusiva e que possa abarcar todas as questões ilustradas na figura 1. Essa maior complexidade de gestão está ligada e esse caráter indissociável dos encargos que tem uma comunidade contemplada com Patrimônio Mundial. Uma gama de interesses e exigências está em disputa, exigindo uma maior articulação para promover da melhor forma possível o Patrimônio Mundial.

A respeito da gestão compartilhada, o que se pode perceber é que seu processo de construção está tendo continuidade de forma gradativa, tendo em vista a instituição da Comissão Gestora da Praça São Francisco, criada em 2014, através da Portaria do IPHAN nº 571, de 02 de dezembro de 2014, bem como a iniciativa de elaboração de Plano de Gestão. Este almeja consolidar a gestão ampliada da praça, além de buscar apoio junto a entidades privadas para que a entrada de recursos seja incrementada e possibilite sua execução de forma mais concreta. A citada comissão é composta por representantes do Governo Federal, Estadual,

Municipal, e pela sociedade civil, neste último caso podendo ser morador da Praça São Francisco, representante das instituições que compõem a praça, ou membro de organizações da sociedade civil são-cristovense. Ressalta-se que a publicação da referida portaria teve um intervalo, desde o tombamento da Praça São Francisco, de quatro anos.

A amplitude da gestão compartilhada requer uma abordagem inclusiva para tratar de uma maior participação comunitária e com maior relevância. Assim, “Os gestores do patrimônio terão de contar com uma grande diversidade de autoridades públicas para tratar de questões como planejamento espacial e as políticas de desenvolvimento econômico”. (UNESCO, 2016, p. 17).

Anteriormente a instituição da referida Comissão Gestora, ocorreu a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o IPHAN, Governo do Estado, através da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural-SUBPAC, e o município de São Cristóvão. A estratégia fundamental é planejar a partilha das responsabilidades de forma articulada, como bem expressa o Participante 7, “É Falta de projeto porque tem que ter uma articulação, governo do Estado, o prefeito aqui, o município, a rede privada, a comunidade, o povo, tem que ter uma articulação! Tem que ter um projeto! ”.

Essa falta de articulação dos gestores até então sentida pelos moradores se revela nas suas falas, pois é a evidente falta de infraestrutura na cidade, a falta de restaurantes, pousadas, hotéis, serviços, transporte, que inviabilizam a recepção adequada de possíveis turistas.

Tem que ter investimento turístico, eu acho. Botasse atração turística na praça. Investisse com barraquinhas de artesanato, comidas. Tanta comida típica que tem. Tem queijada, tem doces, essas coisas. Para o turista chegar e ter pelo menos o que ver. Artesanato, comida típica. Aqueles trabalhos manuais, artesanato tudo que colocasse. Barraquinhas, alguma coisa assim pra atrair mais o turista. Não só com relação à Praça São Francisco, aos outros pontos também. No Cristo desenvolvesse, na Bica desenvolvesse. Tivesse transporte que levasse o turista pra um e pra outro. Tudo isso era desenvolvimento turístico. E não tem! O turista tinha prazer de chegar. Porque o turista chega e sai falando que encontrou fechado. Não sai falando bem! Não tem um restaurante bom. Não tem nada onde você nem investir seu dinheiro que era bom pra cidade (Participante 4) [grifo nosso].

Seguindo o raciocínio da Gestão Compartilhada da Praça São Francisco na percepção e conhecimento expressos pelos entrevistados:

Sim agora eu percebo que São Cristóvão precisa passar por alguns obstáculos e está passando... e precisa de...de...pessoas competentes para fazer a chancela

de Patrimônio da Humanidade ser utilizada de forma a transferir esses recursos, angariar esses recursos a ser utilizado como uma chave....Eu tenho dito que o selo de Patrimônio da Humanidade, o selo que a UNESCO conferiu em 2010 é metaforicamente uma chave, é uma chave que é preciso que os governos e aí quando eu falo de governos eu falo no plural, né? Porque uma das características de chancela de Patrimônio da Humanidade, diferente das outras chancelas...Porque Sergipe tem aí patrimônios e patrimônios reconhecidos de diferentes chancelas. A chancela de Patrimônio da Humanidade existe apenas uma, e uma característica dessa chancela é de que ela confere aos governos municipal, estadual e federal um compartilhamento de responsabilidades e isso diferencia, torna a chancela uma coisa distinta das outras, da chancela que foi conferida à festa do Senhor do Passos, a chancela que foi conferida a outros bens sergipanos. (Participante 1) [grifo nosso]

É algo maior, é o município, é o Estado, é a federação se tivesse esse olhar de geração de renda, de promoção realmente porque São Cristóvão tem muito potencial, não só na questão do turismo histórico, mas no turismo ecológico. Tem muitas possibilidades a cidade, as belezas do litoral, tem muitos locais que podem ser explorados no turismo de aventura, sabe? Mas infelizmente a gente não vê isso acontecer! Não vê de jeito nenhum! (Participante 18) [grifo nosso].

Mas voltando lá, ao que eu estava falando sobre a questão da conservação da praça. Então, essa gestão compartilhada é algo que a gente precisa implantar um norte que é o que o plano de gestão que a gente tá construindo tá fazendo e vai fazer. É dizer de que a responsabilidade da Prefeitura, do Estado, do governo federal, né? Com a participação de todo mundo que vai conservar, né? Porque o grande papel da comunidade é conservar, é manter. (Participante 1) [grifo nosso].

Não só por ser Patrimônio da Humanidade, em vários outros locais, tem-se buscado essa questão da maior participação da população. Inclusive lugares que não são tombados até, ações urbanas, projetos urbanísticos, é sempre bom ouvir a população que tá por trás, que vai ser beneficiada com esse programa. Então eu vejo com bons olhos, eu torço pra que seja bem implantada. Que a população de São Cristóvão participe mais ativamente na gestão compartilhada da Praça São Francisco. E outras instituições também possam participar, tanto do bloco governamental, como não governamental, que ONGS possam participar ativamente. Isso dá mais vida e dinâmica ao sítio do Patrimônio Mundial, e a própria cidade de São Cristóvão como um todo. (Participante 17) [grifo nosso].

Com a implantação da Gestão Compartilhada da Praça São Francisco torna-se viável a implementação de políticas públicas mais abrangentes, pois as responsabilidades serão divididas e dessa maneira será executável materializar cobranças mais efetivas em caso de

descumprimento de alguns itens protetivos referentes ao monumento, “considerando sempre seu contexto físico e social mais amplo”. (UNESCO, 2016, p. 17).

A Gestão compartilhada requer a integração dos entes, municipal, estadual, federal, além da iniciativa privada, a fim de promover um conjunto de ações mais efetivas que atinjam várias frentes e que envolvam a população de tal forma que o sentimento de apropriação dos espaços e símbolos, a exemplo da Praça São Francisco, que são de seu usufruto, seja inevitável.

Mesmo na Praça São Francisco, que é reconhecida como Patrimônio Mundial, às vezes você vê, mês passado tinha esgoto aqui passando. A Praça, ela tá dentro da cidade, ela não pode ser um oásis também dentro de uma cidade, que não tem acesso. Então, eu acho que o caminho cada vez mais é uma política de patrimônio que fique junto com a gestão pública da cidade, tanto estadual como municipal. O IPHAN sozinho não consegue fazer essa proteção. Tem que caminhar junto com a população, mas aí essa dificuldade que a gente vem tentando criar meios de se aproximar da população, mas é difícil! Como também junto com os poderes públicos, porque não tem como ser sozinho! (Participante 14) [grifo nosso].

A Convenção do Patrimônio Mundial na sua política para gestão compartilhada do bem tombado orienta os gestores a seguir a abordagem integrada que corresponde ao esquema a seguir:

Figura 2 - Enfoque Integrado

Quadro 2. Enfoque integrado		
Contextualização das questões de patrimônio e proteção em uma estrutura mais ampla: uma abordagem integrada à gestão de patrimônio ⁹		
1. Como filosofia <i>Combinação de recursos</i>	2. Como processo <i>Flexibilidade em estruturas institucionais</i>	3. Como produto <i>Inovação legislativa</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem cooperativa que exige mudanças nas organizações, culturas e atitudes dos participantes • Integração de informações e recursos: <ul style="list-style-type: none"> - melhor utilização de todas as fontes de informação - utilização em todas as disciplinas e setores - identificação das principais questões - qualidade da documentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da coordenação entre agências, governos locais e grupos comunitários • Integração entre agências: <ul style="list-style-type: none"> - consideração de outros planos - explicação da relação com outros planos - realização de consultas ao público 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do desenvolvimento de instrumentos complementares de regulação • Integração entre legislações: <ul style="list-style-type: none"> - requisitos legislativos para a integração - justificativas para a integração - explicação da relação com outras legislações - requisitos de monitoramento

Fonte: extraído de Manual de Gestão do Patrimônio Cultural, UNESCO, 2016.

Tal abordagem orienta que as integrações abarquem mudanças de elementos constitutivos dos participantes, dos atores envolvidos. Estimula a comunicação entre os governos, comunidade e inovação na legislação, que viabilizem segundo Castriota (2009, p. 168) “[..]) tentativas de estabelecimento de novas formas de relacionamento entre as esferas públicas e privada, envolvendo, entre outros, repasses de recursos da esfera privada ao poder público ou a redefinição de competências para intervir sobre o urbano”. Assim, uma das várias medidas abrangeria a implementação de um programa de educação patrimonial mais abrangente e que alcance um universo maior de pessoas, inclusive aquelas que estão fora da sala de aula, indo até as fábricas, comércio, enfim, atingindo quaisquer atividades dos cidadãos.

Refletindo a respeito do referido tema o participante 14, expressa:

A educação patrimonial geralmente a gente faz muito junto com as escolas, né? A gente recebe visitas das escolas, quando tem oficinas chama o pessoal das escolas. Mas o que a gente sente falta, às vezes, é chegar na outra parcela da população. Por que aí, às vezes, a gente chega nos professores, chega nos alunos. Mas, como chegar nas outras parcelas da população? Por exemplo, os pescadores, as mães, as outras parcelas da população, que a gente não tem esse diálogo! [grifo nosso].

Essa integração trará, além de jovens cidadãos, que se identificam com seu lugar e seus patrimônios culturais; os moradores de faixa etária maior e que possuem certo distanciamento em relação ao valor da história da cidade de São Cristóvão. A gestão do bem patrimonial com essa configuração traz um elemento norteador que é a mudança na tarefa dos gestores “Neste novo quadro, também o tipo de profissional envolvido na formulação das políticas de patrimônio se amplia, com a introdução de administradores e gestores, que passam a desempenhar importante papel na articulação da pluralidade de atores envolvidos”. (CASTRIOTA, 2009, p. 168).

Por oportuno, ressalta-se que o caráter exploratório da pesquisa visa obter, após o tratamento dos dados, a compreensão do problema e a recomendação de algumas abordagens. Portanto, não se faz necessário, nesse momento, explicitar de forma mais minuciosa todo o Plano de Gestão Compartilhada, visto que este ainda se encontra em fase inicial e conseqüentemente excederia os limites do escopo desse trabalho. Todavia, torna-se um caminho convidativo para pesquisas posteriores.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao aplicar as entrevistas no grupo de moradores da Cidade de São Cristóvão foi possível primeiramente ouvi-los e, a partir daí, buscar compreender a sua percepção em relação à valorização e representação da Praça São Francisco e seu significado para a cidade. Suas falas foram estudadas e tratadas, a partir de análise de conteúdo de Bardin, a fim de que se aproximassem, de forma mais coerente possível, dos objetivos da nossa pesquisa.

Partindo do nosso problema de pesquisa, buscou-se analisar as políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural aplicadas na cidade de São Cristóvão e a percepção da comunidade, supostamente assistida por tais ações públicas, de modo a compreender o sentido de identidade, de pertencimento da população; tendo em vista a importância dada à Praça São Francisco, após a titulação da UNESCO. Além disso, caminhos foram estudados para a identificação de meios facilitadores da gestão da Praça São Francisco, que possivelmente possam ampliar a apreensão do conceito de cidadania.

Sob o enfoque das ações públicas efetuadas no período pré-candidatura ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade, a Praça São Francisco foi alvo de políticas conjuntas do IPHAN, governo do estado, município e sociedade civil. O período que abarca as ações a seguir compreende os anos de 2006 a 2010, conforme informações obtidas na pesquisa.

- Criação da Comissão Pró-Candidatura e execução de atividades para a campanha, também denominadas “ativismo *on-line*” ou “*cyber* ativismo”;
- Reformas na Praça São Francisco compreendendo enterramento da fiação elétrica e telefônica, instalação da iluminação de destaque, bem como remoção das árvores, canteiros e a troca do piso;
- Oficinas de educação patrimonial nas escolas de São Cristóvão, pesca ecológica de pneus nos rios da cidade, apresentação de grupos folclóricos na praça ocorridos durante todo intervalo de tempo destacado acima;
- Criação da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural-SUBPAC pelo Governo do Estado a fim de dar suporte à Comissão Pró-candidatura e conseqüentemente ao processo de titulação;

No período que abarca 2010 a 2016, as ações executadas direcionaram-se da seguinte forma:

- Celebrações do aniversário da chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade; continuidade de oficinas sobre educação patrimonial, “projeto cinema na praça”, previsão do projeto de implantação de um laboratório de arqueologia na Casa do IPHAN, mesas-redondas sobre gestão cultural e turismo, entre outras executadas pelo IPHAN;
- Manutenção da Festa do Senhor dos Passos e eventualmente apresentação de grupos folclóricos, coordenadas pela Prefeitura de São Cristóvão;
- Em 13 de novembro de 2014 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o IPHAN, o Governo do Estado de Sergipe e o Município de São Cristóvão com vistas a atender às recomendações da UNESCO para elaboração do Sistema de Gestão da Praça São Francisco;
- Publicação da Portaria nº 571/IPHAN, de 02 de dezembro de 2014, que instituiu a Comissão Gestora da Praça São Francisco;

Observa-se que, ao executar as entrevistas com os gestores, algumas atividades relacionadas à educação patrimonial continuam sendo implementadas nas escolas, bem como mesas-redondas e oficinas promovidas no espaço da Casa do IPHAN a fim de aproximar mais a população. Também ocorreu a efetivação do projeto denominado “Cinema na Praça” que, faz-se uma ressalva aqui, foi devidamente lembrado de forma saudosa, durante as entrevistas em campo com a população. Há também, um projeto para implantação de um Laboratório de Arqueologia, por intermédio de um convênio com a Universidade Federal de Sergipe; além de exposições de fotografia, enfim atividades que estão sendo feitas com algumas restrições em função da alegada falta de verba.

Salienta-se que o IPHAN esteve presente no processo de candidatura e titulação da Praça São Francisco, quando da efetivação de melhorias referentes à iluminação e calçamento, isto tudo com recursos do “Programa Monumenta”, executado no período de 2007 a 2009, em Sergipe. Tal programa objetivava a preservação dos sítios urbanos históricos e culturais sob proteção federal, sendo o IPHAN o coordenador na parte de fiscalização e análise de projetos.

Um fato bastante significativo foi a instituição da Comissão Gestora da Praça São Francisco, que resultou numa série de reuniões, nos anos de 2015 e 2016, tendo como consequência a primeira audiência pública, ocorrida em 02 de março de 2016, a qual

representou um chamamento à população de São Cristóvão a fim de deliberar acerca da gestão da praça. Isso como parte do processo de elaboração do Plano de Gestão Compartilhada do Patrimônio Mundial de São Cristóvão, que teve seu marco inicial com a assinatura do Termo e Cooperação Técnica mencionado anteriormente.

Destaca-se que atualmente o Plano de Gestão Compartilhada da Praça São Francisco encontra-se na fase dois, sendo composto por oito fases que são originadas das Diretrizes Operacionais indicadas pela UNESCO, que é o órgão máximo para orientações de gestão para os Estados-partes que possuem bens com a chancela de Patrimônio da Humanidade.

Apesar das políticas executadas no período, buscou-se nesse estudo, e efetivamente pelas entrevistas, acentuar as características dos relatos acerca dessas políticas públicas, num contexto de efeitos possíveis e sensíveis na população, dentro do panorama de cidade detentora de um bem “Patrimônio da Humanidade”. Após as devidas categorizações, as impressões obtidas através das categorias intermediárias “Cidadania/Identidade”, “Ação Política/Serviços e da categoria final “Gestão Compartilhada da Praça São Francisco” nos remetem ao nível de carência que a população sente acerca de ações efetivas, principalmente, dos gestores municipais.

Recorrências a respeito de ações a serem realizadas em nível da prestação de serviços básicos, a exemplo de boa iluminação nas ruas do entorno da Praça São Francisco, bem como nos demais locais de visitação turística da cidade; a questão da limpeza; a sensação de falta de segurança que os moradores expressaram de forma incontestável, tudo isso inviabiliza totalmente o uso e permanência no referido espaço público.

Além desses quesitos, existe a ausência de uma política voltada para o emprego, para o turismo ou para programas de educação patrimonial mais amplos, fazendo com que todo esse cenário contribua para a sensação coletiva de que o título de Patrimônio Cultural da Humanidade não alterou de forma significativa a estagnação da cidade, que é sentida pelo grupo entrevistado.

De uma forma geral, a maioria dos participantes guarda nas histórias e memórias os elementos fundamentais que os identificam com o lugar, no entanto o sentimento que muitos expressam é o que se manifesta pelas categorias introdutórias como “Orgulho/Afeição/Respeito”, “Desconhecimento/Distanciamento/Apatia”, “Educação” e “Comparação com Laranjeiras”. Esclarece-se que as referidas categorias foram criadas a fim

de demonstrar os fatores que vinculam as pessoas aos seus grupos e lugares e que estão diretamente ligados aos aspectos de pertencimento e identidade. Todavia, em alguns relatos não foram percebidos tais elementos vinculantes. Vejamos um exemplo do participante 18 que elucida bem essa desvinculação:

Eles estão tão desestimulados, e quando eu digo eles, é o povo que mora realmente na sede, que estão tão abandonados, por parte do poder público. Como eles vão parar para olhar e ver o belo naquela praça se eles vivem uma vida, às vezes, muito mais difícil. Falta tudo na cidade, você não tem uma praça pra divertir os jovens, você não geração de emprego, você não vê realmente um estímulo à autoestima. Então, eles vão vê a Praça São Francisco apenas como um espaço que o IPHAN controla. [grifo nosso].

Além disso, buscou-se estudar mecanismos de melhoria da atuação na gestão do bem tombado por parte da população que, sob a óptica das diversas falas do grupo, deveria ser mais protagonista no processo, pois é ela, a população, que deve ser mais presente. Entretanto, o que foi percebido foi um sentimento de distanciamento. Nas falas dos Participantes 12 e 18, respectivamente, destacadas dentre as demais, ao serem interpelados sobre a atuação do povo no processo de acompanhamento da candidatura e uso da Praça São Francisco, dizem:

Que o povo era que deveria ser mais trabalhado, é tanto que a gente percebe que o povo não entende muito isso. Quem entende é quem estava mais próximo, eu acho que os governos estavam até um certo momento, depois nem tanto. Mas até um certo momento eles estavam, agora o povo mesmo, que talvez o maior interessado sobre isso, não estava. [grifo nosso].

Que talvez a chancela pudesse ter fortalecido, porque antes de qualquer chancela desse tipo, é um espaço do povo, naturalmente onde as pessoas se encontram pra namorar, pra brincar, pra conversar, pra trocar ideia. Mas, infelizmente não é o que tá acontecendo! Eu vejo assim que as pessoas que vêm de fora, algumas, a gente percebe que enchem os olhos. Mas muito são-cristovense passa, mas não vê. Por que não vê? Talvez porque falta a eles conhecimento da importância dessa praça. [grifo nosso].

Em relação a esses meios de ampliação da participação popular na gestão da Praça São Francisco, acredita-se que os primeiros passos já foram dados com a criação da Comissão Gestora da Praça, bem como com a progressiva implementação do Plano de Gestão Compartilhada que, como foi dito anteriormente, já se encontra em andamento. Uma das

características mais intensas da filosofia de tal plano de gestão é fomentar a participação e envolvimento profundo das comunidades, aspecto que se nota ao se constatar a primeira audiência pública realizada em São Cristóvão. Tal participação popular estimula a identificação das pessoas como proprietárias do patrimônio cultural e como sujeitos da sua produção histórica e cultural.

Nesse cenário, a Praça São Francisco deve ser esse elemento desencadeador de aproximação e diferenciação dos indivíduos, ressaltando aspectos positivos, de forma a desenvolver a sua influência no sentimento identitário são-cristovense. Contrariamente, a identidade da população e esse sentimento de pertencimento, de orgulho e de afeição é algo que, repito, localiza-se hoje mais na memória dos moradores, do que propriamente no seu cotidiano. Atualmente, alguns se sentem desesperançados em relação a possível melhoria da gestão da cidade, saudosos por tempos em que a Praça São Francisco era palco do uso contínuo da população; porém cientes do nível de inação de serviços públicos, sem articulação que tornam a cidade de São Cristóvão num “Museu sem história” (Participante 5), ou nas palavras dos seguintes participantes:

A cultura de São Cristóvão para o centro da cidade, pra uma praça como essa, que é a Praça São Francisco e nada é a mesma coisa! Acabou com tudo nessa cidade! Eu tenho essa esperança.....Apesar que a minha esperança já acabou! Eu não minto pra ninguém, eu não minto pra ninguém! Eu não trabalho com esperança, eu não trabalho com esperança, eu trabalho com a realidade. Eu gosto de ver a realidade, eu não gosto de ter esperança e eu não tenho mais esperança que isso venha acontecer. Em hipótese alguma! (Participante 10) [grifo nosso].

Eu me lembro assim da praça, os festivais de arte, as festas, as serestas, os forrós que aqui tinham. Chegava junho era o mês completo de forró! Era muita gente dentro da cidade, era muita gente conhecendo, tanto gente de fora, como gente....Eu sei que hoje talvez não tenha essa condição pela questão dos projetos, das coisas políticas que tem aí. Mas, levar alegria pra praça porque a praça hoje tá morta! Se você chegar mesmo, à noite, você senta e fica olhando, você diz “Poxa um a praça tão bonita dessa!” e quando colocaram logo a iluminação, que “tava” linda mesmo, ficou lindo! Você olha assim “Pronto! tá morto!” Não tem festa, não tem vida! Se não tem festa, não tem vida! Não tem alegria! Se não tem povo, não tem alegria! (Participante 12) [grifo nosso].

Nesse contexto, a identidade se processa, segundo Faro et al. (2016) nas interações sociais em que são elaboradas auto e heteroatribuições entre os indivíduos dos diversos grupos no campo relacional. Adotando-se cidade de São Cristóvão como um campo, tais interações sociais podem ser geradoras conflitos. Isso nos remete, inclusive, aos conflitos de alguns moradores, conforme trechos das entrevistas, com relação às atividades do IPHAN, que é considerado para uns como um obstáculo ao convívio na região.

Compreende-se que, por vezes, a percepção dos moradores em relação às possíveis políticas implementadas é diferente daquela dos gestores responsáveis pelas políticas aplicadas. Os diversos atores sociais envolvidos nesse processo possuem olhares e entendimentos, comumente distintos, representando uma distorção que pode ser corrigida, à medida que um plano de gestão compartilhada da Praça São Francisco se efetive, de forma responsável, como elemento norteador das ações desses gestores e dos cidadãos.

No decorrer da pesquisa tivemos a oportunidade de participar de algumas reuniões da Comissão Gestora da Praça São Francisco, que é composta por representantes das três esferas do poder e pela sociedade civil, cujo objetivo primordial é implantar o plano de gestão da Praça São Francisco; o que nos possibilitou um percurso nas ações (políticas) que estavam sendo estudadas e sendo postas em prática. Efetivamente, está sendo elaborado um relatório em que constam os tópicos do tipo, pressões, fragilidades, oportunidades, potenciais e atores sociais envolvidos no contexto da gestão da praça. Essas informações reforçam a necessidade de fundamentar um plano de ação conjunta a fim de buscar recursos, parceiros e estimular à educação patrimonial e profissional de forma ampliada.

Em uma das reuniões da Comissão Gestora, foi levantada a questão de um fundo especial denominado FUNPATRI, que seria destinado a cidades com patrimônios culturais tombados, a fim de que possibilitasse meios de preservação desses bens. No entanto, no caso de São Cristóvão nos foi informado que tal fundo teria sido bloqueado em gestões anteriores, mas que ainda assim a comissão buscaria melhores informações acerca do tema.

Há experiências de outras cidades que instituíram um fundo com características semelhantes: o FUMPAC, a exemplo da cidade de Varginha em Minas Gerais, que expediu a Lei nº 5.101/2009; bem como a Lei 14.794/2016 que instituiu o FUNPAC no âmbito da cidade de Curitiba. Existem outros exemplos no país de municípios que se organizaram e criaram tais fundos a fim de melhor gerir os bens tutelados; alguns deles seguindo o modelo orientado pelo manual de autoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, publicado em 2011. Este

é intitulado, “Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural: importância, criação e gestão”, que constitui um bom guia para as cidades que tenham interesse em similar implementação.

Basicamente o trabalho de aproximação e identidade da população em São Cristóvão denota uma longa jornada, um processo que, conforme o próprio nome diz, ainda não está acabado. O desenvolvimento de projetos relativos à educação patrimonial e outras ações políticas associadas, principalmente no provimento de infraestrutura e serviços básicos para a população, são mais do que necessários. Desse modo, a formação dos jovens e a sensibilização da população de faixa etária maior, que se encontra fora do alcance de projetos direcionados somente às escolas, sairá do campo do potencial para o fato, ou seja, se efetivará. Tal estrato da população frequentemente não é objeto principal de políticas públicas direcionadas para valorização do patrimônio cultural. Assim, como assinala Carneiro (2006, p. 26):

Se a banalização do patrimônio material de um povo, quando pensado dentro de uma perspectiva subjetiva, em que as regras ganham permissividade pelo silêncio dos governantes, espalha-se uma lógica similar, banalizando-se a vida humana dentro da cidade morada.

Percebe-se que para uma efetiva gestão do bem patrimonial se faz necessária uma ação conjunta dos entes, incluindo nesse processo a população; o planejamento urbano, a melhoria da imagem da cidade; o estabelecimento de parcerias, inclusive com entes privados, que facilitariam todo o processo. (SIMÃO, 2006).

A gestão melhorada da Praça São Francisco inclusive tenderia a expandir de forma mais acertada a divulgação da cidade em vários pontos de recepção de turistas no Estado de Sergipe, além do que iria aperfeiçoar os horários dos museus, que normalmente não estão abertos para receber escolas, turistas e a população de uma forma geral. É tão necessária essa divulgação que reflete claramente na narrativa do participante 7 “A questão do marketing, da propaganda, tá faltando, sim, propaganda, né? Vender São Cristóvão! Essa potencialidade toda!” Tal reflexão junto com a exigência de uma adequação dos referidos horários dos locais de visitação levam alguns participantes a corroborar nessa mesma perspectiva:

A falha de divulgação é muito séria. Tanto divulgação na Universidade, como divulgação nos hotéis, nos receptivos turísticos, entendeu? Muitas vezes eles não trazem pra São Cristóvão porque eles não têm interesse de trazer pra São Cristóvão! Eles não têm interesse de trazer pra São Cristóvão porque tá tudo fechado! Eles divulgam Laranjeiras, eles divulgam Laranjeiras! São Cristóvão eles não têm interesse! (Participante 12) [grifo nosso].

Assim uma vez no mês eles fizesse isso. Quer dizer ia atrair. Quer dizer, e não ficasse só pra eles. Que anunciasse, botasse propaganda na televisão, rádio, botasse carro do som. “Vamo” chamar o povo. O povo faz as coisas e não avisa. Ah! Tem uma coisa aqui! Aí ninguém sabe! Ah! Eu não sabia! Tem que ter propaganda mesmo. A propaganda é a alma do negócio, fazer, divulgar. É isso que deveria fazer porque aí melhorava muito a cidade. (Participante 6) [grifo nosso].

Antes do título fizeram a energia embutida, mudaram postes, fizeram reformas. A energia era por cima e colocaram por baixo. Inclusive aqui essa rua ficou um pouco mais escura, porque tiraram o poste da esquina. Essas coisas todas modificaram. Isso teve! Mas eu não vejo vantagem, por isso. Divulgou? Divulgou. Mas pra quê? Se o turista chega muitas vezes e tá a igreja fechada, o museu fechado. Muitas vezes tá tudo fechado! Não tem um artesanato, uma coisa pra chamar, atrair um turismo pra cá. Sei lá! (Participante 4) [grifo nosso].

Precisava que o poder público olhasse mais pelas coisas que merecia se olhar. As praças de São Cristóvão, todas elas, vivem abandonadas cheias de animal doente. A cidade está na mão de Deus!!! Hoje em dia vêm as caravanas, os visitantes visitar São Cristóvão...As igrejas fechadas!!! Chega às vezes nos Museus e os museus e não tem aquela chama que tinha antigamente. O que é que os museus tem hoje “pra” os visitantes? Eu entro neles todos como um fiscal! Eu falo lá e ninguém pode dizer que estou errado. Por que isso? Por que é que tiraram os guias e botaram as pessoas incompetentes para contar histórias que eles não conhecem? (Participante 5) [grifo nosso].

Logo que recebeu o título, foi bem visitada. Mas agora caiu. Principalmente depois que passou os “horário” do museu...Eu acho um erro tão grande um museu no dia de domingo de tarde fechado! É um horário, por exemplo: O turista entrado na capital, durante a manhã, vai à praia, à tarde, almoça, toma um banho, diz: “vamos em São Cristóvão”. Chega aqui o museu fechado! Domingo mesmo eu “tava” ali na casa das meninas onde elas vendem biscoito. Eu disse: “Meu Deus do céu a cidade tá parecendo um cemitério!”. Não tinha um pé de gente na cidade! Porque os museus “tudo” fechado! (Participante 6) [grifo nosso].

Além disso, a falta de guias turísticos oficiais, uniformizados, credenciados e preparados realmente para a recepção das pessoas é algo que revolta bastante a população.

Então são essas coisas que precisa. Esses meninos ter uma escola, esses meninos viver arrumadinho. Eu fico orgulhoso de Laranjeiras porque eles (os guias) vivem todo arrumadinho. Lá tem uniforme!! Aqui já teve também. Olha aí que sabe, né?! Então tinha aula pra eles. E hoje não ligam para isto não. (Participante 5) [grifo nosso].

Mas agora... Também não tem incentivo! Não tem incentivo é que não tem um guia turístico profissional. Tem esses “corredor de carro”. Aí não é guia é “corredor de carro”. Os que são guia ninguém dá apoio! Eu lembro que meu filho fez o curso de guia turístico. E o curso ninguém nunca arranhou emprego aí! “Se virem em outra coisa”! O guia oficial que conheça a história verdadeira e não fique contando mentira! Eles contam mentira! (Participante 6) [grifo nosso].

É complicado. Eu não sei o curso de turismo o que é que faz depois. Porque a gente viaja pra tudo que é Estado. Quem vai ciceronear a gente são guias formados, que sabem o que tá falando. Não é aqui que pega qualquer menino que sai contado um monte de mentiras. (Participante 11) [grifo nosso].

Todos esses questionamentos envolvem aspectos vinculados à melhor gestão da Praça São Francisco abarcando a distribuição das decisões e envolvendo a integração dos cidadãos como sujeitos no processo de reflexão e de crítica à referida gestão. Esse critério de democratização traz consigo o fortalecimento da identidade das pessoas ao bem cultural e ao lugar, ou seja, sua modulação ao meio através de elementos simbólicos que representa a forma de “identificar-se com” Graumann (1983 apud Speller, 2005, p.137). Dessa maneira, como esse contínuo e dinâmico processo, é possível mitigar várias questões que hoje afetam significativamente o dia a dia da população de São Cristóvão.

Ao ratificar a Convenção, cada país promete conservar não apenas os sítios de Patrimônio Mundial situados em seu território, mas também proteger seu patrimônio nacional. Incentiva-se os Estados-partes a integrar a proteção do patrimônio cultural e natural aos programas de planejamento regional, estabelecer equipes e serviços em seus sítios, realizar pesquisas científicas e técnicas sobre conservação e adotar medidas que deem a esse patrimônio uma função na vida cotidiana da comunidade. (UNESCO, 2013. p. 16).

Recentemente foi elaborado o Manual de Gestão do Patrimônio Mundial Cultural, publicado pela UNESCO em 2016, atendendo a necessidade premente de orientações acerca de uma gestão mais ampla envolvendo ações e instituições de uma forma geral. Assim, tal obra pretende além de outras metas:

Fortalecer o conhecimento, as habilidades, as capacidades e as atitudes das pessoas que têm responsabilidade direta pela conservação e pela gestão do patrimônio; aperfeiçoar as estruturas e processos institucionais, empoderando aqueles que tomam decisões e elaboram políticas; introduzir uma relação dinâmica entre o patrimônio e seu contexto, a fim de gerar benefícios recíprocos por meio de uma abordagem inclusiva, que assegure aos produtos e efeitos uma base sustentável. (UNESCO, 2016, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa abrangeu a necessidade de analisar as políticas públicas implementadas na cidade de São Cristóvão em Sergipe, principalmente após o título da Praça São Francisco de Patrimônio Cultural da Humanidade, que ocorreu em 01 de agosto de 2010.

Consideramos de suma importância o desenvolvimento e fomento das políticas públicas que aprimorem e estimulem as populações a se envolverem na manutenção e promoção do patrimônio cultural resguardado. Nada mais comum que os gestores públicos invistam na sensibilização de todos, por intermédio de uma ação mais precisa que incremente a integração da comunidade, o desenvolvimento da cidade e exercício ativo da cidadania.

As doutrinas na psicologia social, bem como na sociologia abarcam a importância de o conceito de identidade estar intimamente ligado aos aspectos afetivos e emocionais que remetem ao sentimento de pertença, afeição e que são as representações carregadas de simbologia, frutos das vivências das pessoas nos seus lugares.

As entrevistas trabalhadas na pesquisa levaram em conta as percepções dos participantes em relação as suas emoções e ligações com o único Patrimônio Cultural da Humanidade em Sergipe, a Praça São Francisco; partindo da ideia de ação pública para com a comunidade. Notadamente, os olhares e as narrativas foram além da praça e alcançaram a cidade de São Cristóvão como um todo. Isso decorreu do fato de que a percepção se ampliou de tal forma que as reivindicações corresponderam aos anseios e pontos de vista provenientes da sensação de desencanto com os gestores públicos.

Diante de um panorama de fragilidade das identidades, nada mais adequado que refletir sobre os valores da tradição, a exemplo do Patrimônio Cultural da Humanidade, que nos leva a crescer como seres pensantes, à medida que compreendemos que, enquanto seres humanos, somos sujeito e objeto do processo de construção histórica, social, cultural, etc. Não podemos nos desvincular daquilo que, embora tenha se tornado passado e nos remeta à memória, ainda é parte de nós e nos permite construir o presente e, possivelmente, o futuro de outras gerações. Ao explanar sobre as questões relacionadas à memória, Cabecinhas et al. (2006, p. 6) esclarece: “Assim, entendemos a memória como um produto socialmente construído, através dos processos comunicativos, e que reflecte as pertenças e as identidades sociais dos indivíduos assim como suas trajetórias pessoais, também marcadas pelo social”.

Compreendendo as características da identidade dentro de um processo que aproxima e diferencia os indivíduos (FARO; AZEVEDO E SANTOS, 2016) e, tomando-se esse contexto de pesquisa, tem-se como um dos elementos diferenciadores da comunidade de São Cristóvão, a Praça São Francisco com sua recente e distinta titulação. Contudo, o que denota maior importância é perceber que o elemento de tal distinção, para muitos entrevistados, está na memória do lugar, nos acontecimentos do passado. Esse sentimento de pertença se encontra hoje muito nas lembranças de tempos em que a praça e a cidade eram palcos de eventos, festas e convívio com outros grupos sociais, em que se compartilhavam histórias, culturas, liberdade, entre outras riquezas.

Essa construção de identidade se dá, obviamente, num contexto de interações sociais geradoras, como foi dito anteriormente, de auto e heteroatribuições que orientam o cotidiano relacional das pessoas. (FARO et al., 2016). A referida diferenciação se ocorre de forma positiva, liberta um sentimento de importância; pondo em destaque o povo, a cidade, sua cultura e propiciando um olhar de pertencimento e orgulho diante de outros municípios e do Estado. Os referidos autores alertam para a compreensão de que fatores mais amplos, a exemplo de fatores históricos, sociais e culturais também contribuem de forma marcante para a construção de tais atribuições.

Assim corrobora (SIMÃO, 2006, p.15): “A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantam as pessoas a referência do seu lugar”. Ainda na concepção da autora, esse processo reveste-se de uma importância crucial ao destacar os valores culturais e ambientais, das manifestações culturais tradicionais, que são passadas de geração a geração, retomando o passado como referência para a construção do futuro.

Os diversos sujeitos aqui representados embora apresentem, por diversas vezes, indignações diante do panorama político instalado na sua cidade, representam a expressão da chamada “Cidadania Cultural” que segundo Fernandes (1992, p. 271) expressa o direito que todos temos de ter acesso à cultura, à sua produção e à memória histórica que asseveram a forma dos cidadãos exercerem plenamente suas prerrogativas de sujeitos ampliados. Estes sujeitos são tomados por sua dimensão dialética, pois percebem sua ação responsável, diante da história, do cenário político e agem, reivindicam e provocam mudanças no contexto social.

Sendo assim, tomando por base a nossa intenção em desenvolver uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, a nosso ver, nesse estágio conclusivo ela nos aponta direções

a serem seguidas pelos gestores para que, através da leitura sensível dos sinais registrados pela comunidade da cidade de São Cristóvão, percebam a nitidez da falta de políticas públicas de proteção à Praça São Francisco, bem como a falta de políticas e serviços públicos de uma forma geral.

Acrescentamos, para rematar, que esta pesquisa objetiva indicar caminhos para aprofundamento e discussão de alternativas para a gestão da Praça São Francisco, e que desperte o interesse participativo e constante na preservação e desenvolvimento das regiões detentoras dos bens culturais tombados no nosso Estado e no Brasil. E adotando as palavras de Martins (2006, p. 43):

Ainda assim, sabe-se que o que a história imprime no espaço representa memória, reflexão, identidade, ser sujeito local; assim, a falta de esclarecimento popular sobre a valorização cidadã de patrimônio acarreta um descaso com o próprio sujeito, enquanto povo e memória.

Logo, a partir desse passo é possível estimular as identidades dos povos e sua integração plena e sustentável, incorporando o sentimento de pertença tão discutido em etapas anteriores desta análise. Pois, sem dúvida, os bens protegidos “também não podem ser separados das atividades de desenvolvimento, isolados de mudanças sociais ou desvinculados das preocupações das comunidades” (UNESCO, 2016, p.16). Por fim, apoiamos e defendemos a busca pela gestão compartilhada da Praça São Francisco, bem como de todos os bens culturais brasileiros que referenciam valores indiscutíveis para a construção humana.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Lucio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In: MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2006.

_____. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Ed). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BELMIRO BRAGA. Lei 349 de 18 de dezembro de 2008. Institui o fundo municipal de proteção ao patrimônio cultural-FUMPAC. Belmiro Braga-MG, 2008. Disponível em <<http://belmirobraga.cam.mg.gov.br/arquivos/1611.pdf>> Acesso em 20 set. 2016

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília, DF: Iphan Monumenta, 2010.

BRASIL. Decreto-lei n. 27, 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em 10 ago. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 27, 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_lei_25_30_11_1937_por_orof.pdf> Acesso em 10 ago. 2016.

BRASIL. Decreto n. 3351, 04 ago. 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf> Acesso em 10/08/2016.

BRASIL. Constituição de 1988. Seção II-da Cultura: Art.216. In: Vade Mecum compacto/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Portaria n. 571, de 02 de dezembro de 2014. Institui a Comissão Gestora da Praça São Francisco em São Cristóvão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 234, p. 8, 3 dez. 2014. Seção I. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=03/12/2014>> Acesso em 10 ago. 2016.

CABECINHAS, Rosa; LÁZARO, Alexandre. Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo em uma organização universitária. Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. 1997. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4504>> Acesso em 10 ago. 2016.

CABECINHAS, Rosa; Lima, Marcus Oliveira; Chaves, A.M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. 2006. Disponível em<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6165>> Acesso em 10 ago. 2016.

CARDOSO, Gleudson Passos. História social, patrimônio cultural e turismo: interfaces entre campos do saber e práticas sociais. In: MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceito, políticas, instrumentos. São Paulo: IEDS, 2009.

COMISSÃO Gestora da Praça São Francisco elabora Consulta Pública. Governo de Sergipe. Agência Sergipe de Notícias, Aracaju, 17 fev.2016. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/cultura/comissao-gestora-da-praca-sao-francisco-elabora-consulta-publica-6c45e27e-64e6-49b0-8d1d-f53cacffa357>> Acesso em 15 jun. 2016.

CORDEIRO, Graças Índias. Territórios e identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 124-142. Disponível em<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2148/1287>> Acesso em: 27 jul. 2016.

COREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. Texto em Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 15 , n.4, p. 679-64, out-dez. 2006. Disponível em<www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17> Acesso em: 02 mar. 2016.

CURITIBA. Lei 14.794, de 22 de março de 2016. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Curitiba cria o conselho municipal do patrimônio cultural de Curitiba-CMPC, institui o fundo de proteção ao patrimônio cultural-FUNPAC e dá outras providências. Curitiba-PR, 2016. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br> > Acesso em 20 set. 2016.

DEZIN, Norman K., LINCOLN Yvona S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2ed. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, UFPR, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2016.

FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFASTAM TURISTAS DE SÃO CRISTÓVÃO, DIZEM SERVIDORES. Bom dia Sergipe. Aracaju: TV SERGIPE, 05 de janeiro de 2015. Telejornal.

FARO, André Santos; AZEVEDO, Denio Santos; SANTOS, Guilherme Fernandes Melo dos. Identidades em região de fronteiras: aproximações, diferenças e conflitos simbólicos entre sergipanos e alagoanos. In: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; TORRES, Ana Raquel Rosas;

TECHIO, Elza Maria (Org.). Identidade nacional e representações do Brasil: abordagens integrativas. São Paulo: Scortecci, 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. Revista Brasileira de História. V. 13, n. 25/26. São Paulo: 1992, p. 265-276. Disponível em <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3738> Acesso em: 10 mar.2016.

FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL: importância, criação e gestão. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em <<http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/repositorio/id/37280>> Acesso em 20 set. 2016.

GIDDENS, Antony. As consequências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIA SERGIPE TRADE TOUR. Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe. 13 ed. Sergipe: S & Z Comunicação. 2016-2017.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=280670&idtema=118&search=sergipe|sao-cristovao|municipal-human-development-index-mhdi-&lang=>>> Acesso em 13 set. 2016.

ICOMOS-UNESCO. Avaliação do ICOMOS da Praça São Francisco, 2010. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/avalia%C3%A7%C3%A3o%20ICOMOS%20P%C3%A7a%20SFRan.pdf>> Acesso em 20 set. 2016.

IPATINGA (Município). Lei 4.986, de 09 de dezembro de 2014. Altera o Plano Plurianual para o período de 2104/2017 e dá outras providências. Ipatinga-MG, 2014. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/i/ipatinga/lei-ordinaria/2008/249/2482/lei-ordinaria-n-2482-2008-institui-o-fundo-municipal-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-de-ipatinga-fumpac?q=FUMPAC>> Acesso em 20 set. 2016.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Ministério da Cultura. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em: 02 mar. 2016.

IPHAN. Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista de patrimônio Mundial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%A7a%20SFrancisco.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; TORRES, Ana Raquel Rosas; TECHIO, Elza Maria (Org.). Identidade nacional e representações do Brasil: abordagens integrativas. São Paulo: Scortecci, 2016.

LOPES, J. R. Os Caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*. V. 14, n. 1, p. 7-27, jan-jun. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a02.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2016.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MEDEIROS, Carla Margarida Faria Botelho. Identidade de lugar e relações intergrupais: estudo da ecologia das freguesias urbanas e suburbanas de ponta delgada. Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia. Disponível em<repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9519/1/ulfpie044675_tm.pdf> Acesso em: 12 fev. 2016.

MUSEU de arte sacra-São Cristóvão-SE. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

MUSEUS de São Cristóvão funcionarão o dia inteiro. *Infonet notícias*, Aracaju, 21 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=16461>> Acesso em 24 out. 2016.

O Que fazer em São Cristóvão, SE. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g1889397-Activities-Sao_Cristovao_State_of_Sergipe.html>. Acesso em 24 out. 2016.

PAC cidades históricas. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> Acesso em 24 out. 2016.

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PIRES, Mário Jorge. Gestão de cidades históricas para o turismo: questões teóricas e práticas. *Turismo em Análise*. V. 14, n. 2, p. 67-76, novembro. 2003. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63645/66410>> Acesso em 24 fev. 2016.

POLLICE, Fábio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. *Espaço e Cultura*. UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan/jun. 2010. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>> Acesso em 24 mai 2016.

PROSHANSKY, H. M., FABIAN, A. K., & KAMINOFF, R. Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*. 1983, p. 57-83. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/232476300_Place-identity_Physical_world_socialization_of_the_self> Acesso em 24 ago. 2016.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do conde de galvéias à constituição de 1988. In: MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

REIS, Alcenir Soares dos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Guia básico para elaboração do projeto de pesquisa. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade-EnEPC. Brasília: 3-5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf> Acesso em: 02 out. 2016.

SILVA, Andressa Hennig. Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares. Santa Maria, RS: 2012. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2012-12-10T134202Z-3898/Publico/SILVA,%20ANDRESSA%20HENNIG.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

SOARES, André Luis R.; KLAMT, Sergio Célio (Org.). Educação patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2008.

SPELLER, Gerda M. A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, Luis. (Org.). Contextos Humanos e Psicologia Ambiental. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

THIAGO Fragata. São Cristóvão: poética e xilogravada. Ilustrações de Nivaldo Oliveira. Aracaju: Página 5, 2015.

_____ (Org.). CRHONOS ON-LINE: Catálogo digital da campanha da Praça São Francisco, de São Cristóvão, a Patrimônio da Humanidade, 2005/2010. São Cristóvão: 2014. 1 CD-ROM.

UNESCO reconhece Praça São Francisco como Patrimônio Histórico da Humanidade. Infonet Notícias, Aracaju, 01 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=101739>> Acesso em 15 jun. 2016.

UNESCO. Gestão do Patrimônio Mundial Cultural: manual de referência do Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/portuguese_version_of_managing_world_cultural_heritage/> Acesso em 24 mai. 2016.

UNESCO. Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial: manual de referência do Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2013. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/document/124260>> Acesso em 24 mai. 2016.

VALA, Jorge. Representações sociais e psicologia social do conhecimento do cotidiano. In: VALA, Jorge., MONTEIRO, Maria Benedita. (Coord.). Psicologia Social. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; SANTOS, Rodrigo Herles dos; DOURADO, Auceia Matos (Org). Patrimônio e Identidade: nossas referências. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe-EDISE, 2015.

VIOLÊNCIA preocupa moradores e comerciantes de São Cristóvão. SE Notícias, Aracaju, 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://senoticias.com.br/se/moradores-reclamam-da-marginalidade-em-sao-cristovao/>> Acesso em 24 out. 2016.

WENCESLAU, Franclin Ferreira; OLIVEITA, Fabiana de. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In: SOARES, André Luis R.; KLAMT, Sergio Célio (Org.). Educação patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A COMUNIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-POSGRAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL-PROFIAP**

MESTRANDA:
ENTREVISTA Nº: DATA: ____/____/ 2016
ENTREVISTADO (A):
OCUPAÇÃO:

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A COMUNIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

1. Há quanto tempo você mora em São Cristóvão?
2. Em geral você gosta de morar aqui?
3. Você considera importante o fato da Praça São Francisco ter recebido o título de Patrimônio Cultural da Humanidade? Por quê?
4. Você se recorda da época que antecedeu o recebimento do título? Houve mobilização da população? Dos representantes dos poderes municipais, estaduais e federais?
5. Você se recorda se ocorreram reformas na Praça São Francisco antes e/ou depois do recebimento do título?
6. Você acha que a Praça São Francisco deve ser conservada, cuidada? Você tem ideia de como essa ação poderia ocorrer?
7. Isso traria benefícios para o futuro da população e de uma forma geral para São Cristóvão?
8. Você consegue perceber uma maior visitação na Praça, principalmente depois do título?
9. Você consegue perceber uma quantidade maior de eventos realizados na Praça, principalmente depois do título? Recorda-se de alguns?
10. Em sua opinião o público que visita a Praça é de turistas ou também é da população de São Cristóvão?
11. Se você pudesse solicitar aos poderes públicos ações de melhorias para a Praça, quais seriam?
12. Quando você pensa na Praça São Francisco, o que vem a sua lembrança?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS GESTORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-POSGRAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL-PROFIAP

MESTRANDA:
ENTREVISTA Nº: DATA: ____/____/ 2016
ENTREVISTADO (A):
OCUPAÇÃO:

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS GESTORES

1. Quais foram as ações executadas pelo IPHAN referentes à candidatura, ao acompanhamento e à posterior titulação da Praça São Francisco?
2. Quantas audiências públicas relativas à Praça São Francisco foram realizadas desde o recebimento do título? Houve comparecimento significativo da população?
3. Você considera importante o fato da Praça São Francisco ter recebido o título de Patrimônio Cultural da Humanidade? Por quê?
4. Você se recorda se ocorreram reformas ou algum tipo de melhoria na Praça São Francisco antes e/ou depois do recebimento do título?
5. Você considera importante a implantação de uma gestão compartilhada da Praça São Francisco? Você tem ideia de como essa ação poderia ocorrer?
6. Isso traria benefícios para o futuro da população e de uma forma geral para São Cristóvão?
7. O IPHAN tem estudado maneiras de fomentar políticas de educação patrimonial na cidade, tendo em vista a relevância da Praça, principalmente depois do título de Patrimônio Cultural da Humanidade? Como seriam essas ações?
8. Em relação aos recursos a serem aplicados, o Instituto sabe de maneiras de captar tais expedientes a fim de melhorar a gestão da Praça São Francisco?
9. O IPHAN tem estimulado uma quantidade maior de eventos realizados na Praça, principalmente depois do título?
10. Em sua opinião o público de São Cristóvão tem correspondido de forma mais integrada com ações mais participativas nos assuntos relacionados à Praça?

APÊNDICE C - FOTOGRAFIAS TIRADAS PELA PESQUISADORA

Foto 1 - Museu de Arte Sacra- Igreja e Convento de São Francisco



Foto 2 - Visão noturna do Museu de Arte Sacra-Igreja e Convento de São Francisco



Foto 3 - Museu Histórico de Sergipe-Casa do IPHAN e Antiga Santa Casa de Misericórdia



Foto 4 - Visão noturna do Museu Histórico de Sergipe-Casa do IPHAN e Antiga Santa Casa de Misericórdia



Foto 5 - Casarão na Praça São Francisco



Foto 6 - Visão noturna do Casarão na Praça São Francisco



Foto 7 - Antiga Santa Casa de Misericórdia



Foto 8 - Visão noturna da Praça São Francisco



Foto 9 - Visão geral da Praça São Francisco



Foto 10 - Visão noturna do Museu de Arte Sacra



Foto 11 - Praça São Francisco e sua árvore solitária



Foto 12 - Reserva Técnica-Material de Arqueologia da Casa do IPHAN



ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-POSGRAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM
REDE NACIONAL-PROFIAP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP da Universidade Federal de Sergipe. Estou realizando uma pesquisa sob a supervisão do Professor Dr. Rivaldo Sávio de Jesus Lima do Departamento de Psicologia/UFS e membro do PROFIAP, cujo objetivo é analisar o processo de implantação de políticas de proteção ao patrimônio cultural e sua possível identidade com os moradores, tendo como destaque a Praça São Francisco em São Cristóvão-SE, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Sua participação envolve uma entrevista que será gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30min (trinta minutos).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone (79) 9-9977-8784 e (79) 9-8818-8784 e por correio eletrônico rosangela_ufs@yahoo.com.br.

Mestranda: Rosangela dos Santos
Matrícula: 201421002770

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome:

Local e data

PROPOSIÇÃO DE INSCRIÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO EM
SÃO CRISTÓVÃO/SE NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

FORMULÁRIO UNESCO

1. Identificação do Bem

1.a País

Brasil



1.b Estado, província ou região

Estado de Sergipe

1.c Nome do Bem

Praça São Francisco na cidade de São Cristóvão/SE



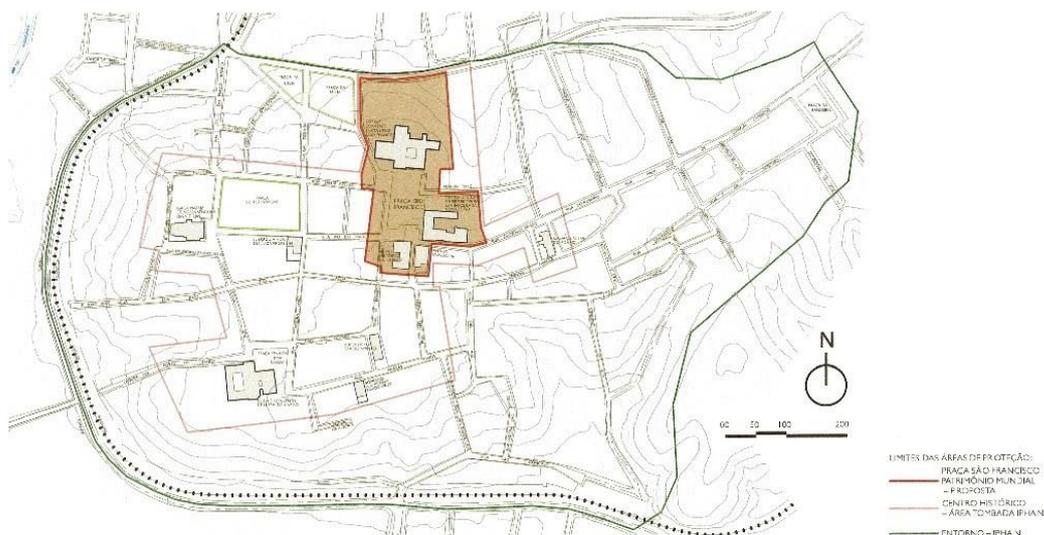
1.d Localização precisa no mapa e indicação das coordenadas geográficas

11° 01'03'' Latitude
37° 12'00'' Longitude



A **Praça São Francisco** localiza-se no Centro Histórico da cidade de São Cristóvão, a 25 km da capital do estado de Sergipe, na região nordeste do Brasil.

1.e Mapas e ou plantas indicando os limites da zona proposta para inscrição e da zona tampão



PROPOSIÇÃO DOS LIMITES PRA INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

1.f Superfície do bem proposto para inscrição (ha) e da Zona Tampão

Superfície do bem proposto para inscrição (ha): 3,0 ha. e da Zona Tampão(ha) : 2.500 ha.

2. Descrição

2.a Descrição do Bem

A **Praça São Francisco** localiza-se na parte alta da cidade de São Cristóvão, antiga capital do estado de Sergipe, as margens do Rio Paramopama e do Rio Vaza Barris, na região Nordeste do Brasil. Compõe-se de um espaço em quadrilátero definido por edificações destacadas: a Igreja e o Convento de São Francisco, inclusive a Capela da Ordem Terceira, hoje Museu de Arte Sacra, a Santa Casa e Igreja da Misericórdia, o Palácio Provincial e o casario antigo que lhe completa. Esse conjunto monumental integra, juntamente com as demais edificações, o Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão. É identificado como sítio urbano integrante e representativo do processo cultural composto nos diversos períodos históricos da vida local e da região Nordeste brasileira.

O Conjunto Arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco é um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia Portuguesa do Brasil. Em São Cristóvão, a ampla praça criada à frente da igreja remete claramente a Lei IX das Ordenações Filipinas. Este fato a torna singular não só entre as demais praças de São Cristóvão - a do Carmo e da Matriz - como também se comparada com as praças ou adros dos conventos franciscanos de Penedo, Igarassu e João Pessoa, por exemplo. É a única onde o Convento se debruça sobre a praça. Os demais se abrem para um adro ou mesmo para a rua, como em Penedo. Ao mesmo tempo, constitui-se local e objeto referencial tanto para a vida atual e pretérita da cidade, como para a porção de arquitetura religiosa na cultura européia adaptada aos trópicos americanos. Também sob este aspecto diferencia-se das demais que não possuem essa característica de forma acentuada como a de São Francisco a lembrar ainda mais a tradicional “Plaza Mayor” espanhola. Nesse sentido a Praça São Francisco representa um registro íntegro e autêntico de um fenômeno urbano singular no Brasil, que tem como contexto um período representativo de sua história: a aliança das coroas portuguesa e espanhola sobre o domínio dos reinados de Felipe II e Felipe III.



Convento Franciscano de Penedo



Croqui do entorno da praça

Fonte <http://www.penedo.al.gov.br/mapa.php>



Convento Franciscano de Igarassú



Detalhe do entorno da praça – Fonte Google Earth



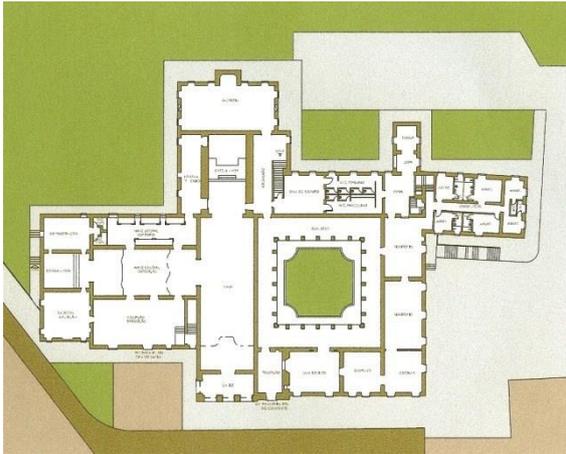
Convento Franciscano de João Pessoa



Detalhe do entorno da praça – Fonte Google Earth

A **Praça São Francisco** é o mais importante logradouro da cidade e constitui um espaço urbano especialmente valorizado por suas proporções. O conjunto do Convento Franciscano define o limite norte; o conjunto da Igreja e Santa Casa de Misericórdia compõem o limite leste; ao sul, o sobrado do antigo Palácio Provincial, hoje Museu Histórico do Estado, e a seqüência de casas térreas, numa das quais funciona a biblioteca municipal, configuram o quarto limite, pelo poente.

Os elementos conventuais distribuem-se ao longo de toda a largura da praça e organizam-se em planos diferenciados. A nave da igreja, com a galilé, projeta-se para frente em relação à edificação do convento e às instalações da Ordem Terceira, constituindo estas o corpo mais recuado de todo o conjunto. Essa seqüência de planos que o conjunto Franciscano apresenta confere à Praça São Francisco ainda maior valor e graça ao que o espaço urbano já tem por si mesmo: nobreza e harmonia.



Planta do Convento São Francisco



No seu centro, enriquecendo esse espaço urbano, localiza-se um cruzeiro, elemento característico da Ordem Franciscana, constituído por uma cruz assente em um pedestal formado por sucessão de superfícies curvas, todo em calcário.



A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição existente desde os primeiros anos da fundação da Cidade. A Igreja, dedicada a Santa Izabel, data do século XVIII e apresenta fachada simples arrematada por um frontão com ornato barroco.

O Palácio Provincial, reformado para abrigar a administração do segundo Presidente da Província de Sergipe, após a Independência do Brasil, Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, foi inaugurado como tal em 1826. A seu lado, a completar um dos vértices da praça, está o sobrado hoje ocupado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

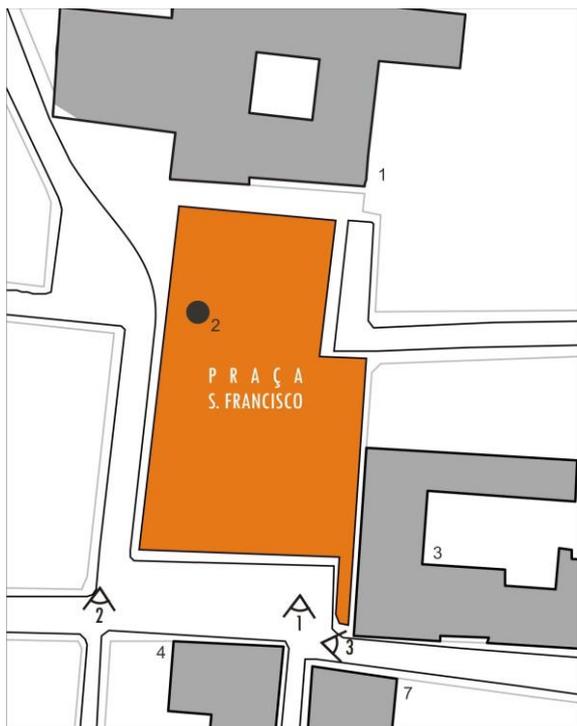


Além das proporções e das características urbano-arquitetônicas do conjunto, destacase também a unidade proporcionada pelo piso da praça, em lajes de pedra – com exceção das ruas e calçadas com paralelepípedos, mais recentes –, que chegam aos seus quatro vértices, remetendo mais uma vez às Ordenações Filipinas.

Antes de se estabelecer qualquer tipo de classificação quanto à origem do traçado da cidade, é necessário considerar que o processo de formação das cidades coloniais foi influenciado por uma grande diversidade de fatores, pois, mesmo a partir de uma ordenação planejada, regida por normas estipuladas pela Coroa, o processo de formação urbana acontece vinculado a um contexto específico em que devem ser levadas em consideração questões relacionadas ao sítio de implantação, com principal destaque para a topografia, que ensejam a distorção e adaptação de certos preceitos.

Da mesma forma que a praça maior hispano-americana foi resultado de uma combinação de tradições, a Praça de São Cristóvão, para além das influências espanholas, possui suas características particulares relacionadas ao sítio, ao lugar, ao contexto natural e aos interesses políticos-militares.

Mesmo no caso das cidades americanas, colonizadas pelos espanhóis, há variações do modelo clássico imposto pelas ordenações filipinas como é o caso de Cuzco, Lima ou Santiago de Cuba, nas quais o traçado não é de quadrícula, mas sim de quarteirões irregulares. Assim, configura-se uma diversidade geométrica sem perder a rigidez do traçado, sendo a praça maior o elemento central e ordenador – muito mais em uma adaptação às particularidades do sítio do que em uma sujeição as normas urbanísticas.



1. Igreja e Convento Santa Cruz 2 . Cruzeiro 3. Santa Casa de Misericórdia
4. Museu Histórico do Estado 7. Antiga Ouvidoria 8. Igreja Nossa Senhora do Rosário
São Cristóvão



Santiago de Cuba

2.b História e desenvolvimento

A cidade de **São Cristóvão** – onde está situada no seu centro histórico a Praça São Francisco – antiga capital de estado de Sergipe, é testemunha do processo de ocupação da região e exemplo de implantação de vila fundada sob o reinado de Filipe II, época em que Portugal esteve por 60 anos sob o domínio da Espanha. São Cristóvão guarda características que a tornam singular e única no processo de conquista e formação do território brasileiro.

Os modos de ocupação territorial e assentamentos implantados por Portugal e Espanha, dos séculos XV ao XVII, para as suas colônias americanas, foram marcadamente distintos. Portugal, mediante o domínio da navegação, ao estabelecer uma rede de comércio marítimo, vinha ocupando um território costeiro com penetrações africanas e asiáticas até chegar à descoberta do Brasil. Ao inverso dos espanhóis que priorizavam a interiorização, ocupavam a costa, criando cidades portuárias como ponto de articulação com a metrópole. Cidades em que o traçado urbano respeitava a topografia ao adaptar-se às condições encontradas, buscando soluções próprias para a situação.

À medida que se afirmava a presença lusitana na colônia, crescia a exigência por mão-de-obra que a escravização do gentio poderia fornecer, bem como a ocupação de suas terras. Também era importante o estabelecimento da comunicação regular pelo interior das capitanias, criando caminhos entre Salvador e Olinda, os dois mais importantes núcleos urbanos implantados no litoral da colônia, para o que era indispensável a

colonização do território sergipano ”porque ninguém caminhava por terra que não o matassem e comessem os gentios”(Frei Vicente Salvador in História do Brasil. Ed. Melhoramentos, pag. 302). Tornava-se essencial, ainda, garantir o livre acesso às barras dos principais rios da região, o que era impedido pela presença dos barcos dos contrabandistas franceses. Ademais, as excelentes terras ali existentes aguçavam a cobiça dos criadores de gado da Bahia.



Figura 1 - Willem Janszoon Blaeu: Novus Brasiliae Typus – 1634

Entre as instruções trazidas por Luiz de Brito, ao assumir o Governo-Geral do Brasil sediado em Salvador, estava a de combater a atuação dos franceses que contrabandeavam o pau-brasil no Rio Real. Assim, tentou-se a colonização sergipana a partir de uma aliança com o Estado português, representado por seus prepostos na Colônia.

Em busca de assegurar a vitória sobre índios e franceses, Cristóvão de Barros fundou a cidade de São Cristóvão no istmo formado pelo Rio Poxim, atualmente região de Aracaju. O Rei Felipe II fez, por merecimento, doação a Cristóvão de Barros das terras por ele conquistadas com a condição de reparti-las pelos colonos que bem melhor lhe parecessem e nelas fundar povoações num prazo fixado por El-Rey.

A historiografia tradicional sobre a União Peninsular recentemente vem sendo revisada por meio da interpretação documental de registros, principalmente nas seções das secretarias provinciais e de estado do Arquivo Geral de Simancas. Os escassos trabalhos existentes não esclarecem as decisões tomadas para o Brasil como parte integrante do Império espanhol. Ainda não existe o claro reconhecimento de que durante sessenta anos houve uma interrupção da preponderância de Portugal sobre o Brasil. Um dos fatores que impedem até hoje um exame criterioso e atento deste período é a crença no juramento de Felipe II, diante das cortes reunidas em Tomar, sobre a supremacia lusa. Acrescente-se a isso o fato de que para Brasil eram destinados governadores de origem portuguesa, o que segundo a historiadora Roseli Santaella Stella (2000), *“erroneamente reforça o conceito da aparente ausência de normas espanholas no governo do Brasil desta época”*. E ainda, *“En la reforma institucional portugués , con la creación del consejo de hacienda en 1591, y del consejo de Indias en 1604, se ve claramente la influencia de la experiencia española en la administración del Imperio, ya que, tal reforma tenía la finalidad de atender primeramente los intereses españoles .”*

Documentos, como os abaixo apresentados, concernentes à governança de Sergipe del Rey, comprovam que os reis de Espanha, no exercício do poder sobre Portugal e Brasil, estavam integrados na deliberação dos temas coloniais.

"Ag simancas , SP 1476, 23.09. 1605 p63 r 64 v

Señor

A dezesseis de novembro de seis centos e quatro se enviou deste conselho a V. Mag. Huma consulta de pessoas que pedia a Capitania de Sergipe, cartes cortes de vossa magestade mandar responder a ella mandou por sua carta de de sete de dezembro do dito anno se lhe enviasse huma informação por parte deste conselho da dita capitania

e fundação de ella em que parte do Brasil está situada e o que monta? Ele espera dela E feita diligencia sobre a fundação della se enviou depois a ----- do que se achou av Magde hha meses sem vir a resposta do que V Magestade manda e para as par

tes requererem nesse conselho se lhe diffi --- a seu requerimento sobre que tem gastado tempo e muita despesa. Por esso se reformasse a dita consultade e que a dita informaçam se enviasse (corroido) a v Magestade para quemande o que ouver por seu Serviço e a copia da dita consulta he a seguinte francisco Locarro cavaleiro da casa apresenta a copia de sua carta de V magestade perque mandou ya certos cavaleiros da cidade de Ceupta a conquista

de Angola de que consta per muitas certidoes c ter o suppte um deles e que servio nas ditas partes em quanto as governou Don Francisco de Almeida , cassi

-- com o governador Joam Furtado de Mendoca em todos os asaltos centrados que fez em outras occasioens em que serviu do anno de quinhentos noventa

e dous ate anno de seis centos e hum que passou ao Brasil, a servicio na Bahia de todos os Santos e foi encarregado da fortifficação do Forte santo Alberto

fl 01 V pello Governador Diogo Botelho e alega ter servido em Africa donde foi mandado --- a ditas conquista e por estes ervicios pede entre outras cousas a dita Ca pitania de Sergipe e consta per certidam do livro das merces ter tomado por cavaleiro da casa com cetecentos rs~ de moradia para

mês no anno de oitenta e quatro por fazer mercer a eu pay ? Luis Bocarro a que tome de merce trinta cruza dos ara comprar hum cavalo quando foi a Angola. Amaro da Cruz mostra per certidoens que foi na jornada de Inglaterra com gaspar de sousa, e na jorna

da de Gabriel de Soares e no naufragio da suando, , servindo de Almoxerife e que servio na arrecadação da fazenda della e que foi per vezes contra o gentio e que esteve qua tivo meses nas fronteiras Amoreis , e que na Capitania de Pernambuco matou hum capitao In gles que foi causa de os enemigos se retirarem , e a servicio Alfferez e se acabou na tomada da não francesa que tinha saqueado o catelo Argavin ?, e na guerra que o Capitam Antonio de Carros foi fazer aos franceses e Potiguares foi eleito por senhor de Sousa coelho para capitam de sua companhia e de sargento mor do descobrimento dos rios da A mazonas e que tudo consta de certidoes justificadas e contra o livro da snaves costanas lhe foi feito a qual entre outras cousas pide a capitania Bento Ferraz sacerdote de Missa e conego na na Bahia pede lhe faça V magestade merce da dita capitania para a pessoa que faça com sua Irmann e consya per seus papeis e certidoes que na dita capitania ----- aver capitam o que elle serviu o dito cargo de capitam da dita capitania FI 2

em nuancia de manuel de Miranda que era capitam de ella

e que em quanto a srvio fez huma ponte no Rio Pochim em huma estrada para que se servem os de aquella povoacam para a cidade da bahia e para

Pernambuco , e pella qual se dam os avisos por terra por nam aver embarçoes, e que sendo avisado que o gentio vinha da asalto nas aldeas da dita cidade e povoacam e dito Ferraz acodia pessoalmente a gente de cavalo a lho defender , o que tinha feito co muita despesa de sua fazenda.

Esta mesma capitania pede Luis de Castro cava leiro fidalgo com ordenado que tem os outros capi taens das fortalezas daquellas partes e que lhe já pago nos dizimos de Sergipe, e consta por sues papeis em barcasse em dez armadas e sevisse nas partes

das indias no Malabar, e a lista da cidade nesta cidade ----no rpo que os os ingleses vieram aos muros della. E que neste servicios com tinuou muitos annos, e foi na armada de inglaterra e enhuma das naves foi cappitam de huma outra e no livro das merces consta por respeito de oito das ditas armadas ter tomado por moco ? Da camera e acrescentado a cavaleiro fidalgo,

Mechior homem Sodre pede a dita capitania e consta per sua certidan do marques de Castill o que sua magestade El Rey dom philipe que esta em gloria mandou ao religioso frei simpliciano ----- y tua ao Reinno de França a tratar algumas causas importantes a seu servicio, e para este effeito lhe deu licença que podesse levar alguma pessoa em sua companhia e este pessoa se justiffica per ter certidoes ser elle supp te e a sistir naquelle negocio em frança de

FL 2 v quatro para cinco annos em que diz já ter muito de sua fazenda e per certidam do livro das merces constam não lhe ser feito nmercer alguma vstas as ditas peticoes neste conselho pareceo a ---- que a Bento Ferraz sacer dote e conego da Se da Bahia deve V magestade fazer mercer desta capitania de

Sergipe para a pesoa que casar com sua ----- como pede

E a ves pareceo que a Maro da Cruz deve V magestade mandar prover desta capitania por tempo de quatro annos

V magestade mandara a quem mais tiver a seu serviccio em Lisboa a seis se Novembro de ceicentos e quatro, e que se te informou a nove? De setembro de seiscen tos e cinco (assinatura) Francisco Sosa ? Do conselho de Indias sobre a nomeação de pessoas para a capitania de sergipe

Aceite da nomeação . Archivo general de Simacas SP.1476, 08.03.1606 p.61r

fl 1

Señor

de sea Amaro de la cruz Pelo consleho de india se fazerao as ditas consultas in clusas sobre as

pessoas que pretendem ser providas da Capitania de Sergipe no estaod de Brasil

e a hum voto do dito conselho pareceu que se devia dar a Bento Ferraz conego na Sé da Cidade do salvador do ditto estado , e pelos serviços que fez na mesma capitania para casamento de huma primann sua , e atres votos parecesse que se desse a Amaro da Cruz por tempo de quatro annos , pelos serviços referidos em huma das ditas consultas. Vosso Rey diz que Vossa Magestade tomara nellas a resolução que for devi do vendosse em conselho Afonso furtado de de Mendonça nomea a antonio Cardoso de Barros que he hum dos pretensores, e filho de Cristovao de barros que conquistou aquella capitania e por oferecer agas tar sua fazenda em a reparar, acrecentar, e se entender que tem ella muita necessidade disso e que se se fazer resultará muito proveito a fazenda de Vossa magestade . E francisco nogueira , Diogo da Fonseca , Pedro Soares pereras E Henrique de sousa conformandosse com os mais votos de consulta no meao a Amaro da Cruz por tempo d equatro annos Vossa magestade escolhera o que for servido 8 de novembro de março de 606

fl62

senhor

mandou vossa Magestade per carta de sete de dezembro de seis centos e quatro se lhe enviasse huma informacam

per este conselho, da capitania de sergipe nas partes do Brasil,

E feita diligencia sobre a fundação della se achou que

a capitania esta nos limites da capitania da cidade de salvador Bahia de Todos os Santos apartada

della espaço de quarenta legoas e doze do Rio de Sam Fran

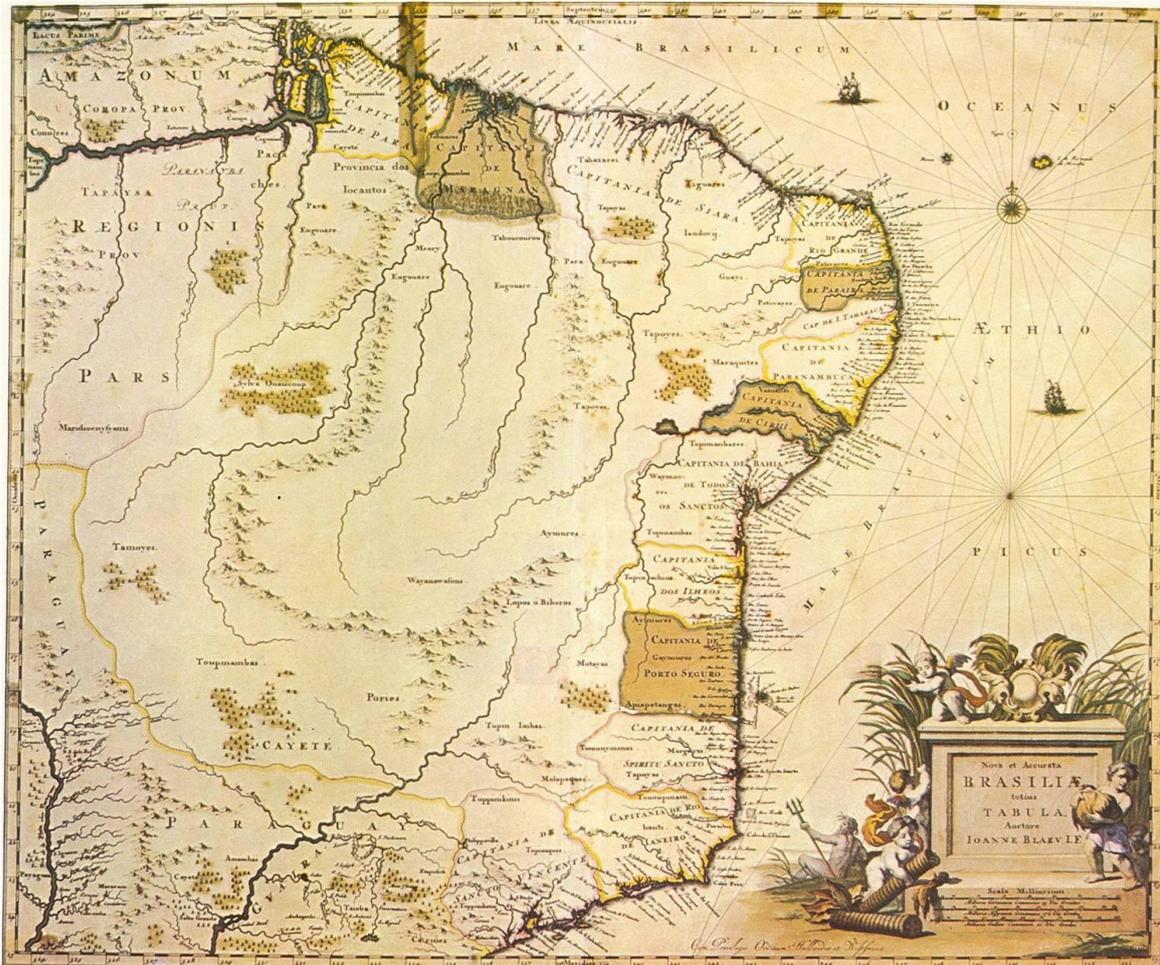
cisco que he o limite por onde parte com a terra da Villa

de Ilinda capintania de Pernambuco . Estavam alli muitas aldeas de gentios que com o comercio que tinham com os franceses faziam guerra a ambas estas capitancias »

da Bahia e de Pernambuco

No tempo que eram governadores daquelle estado o L po e Cristovam de Barros foi o dito Cristovam de Barros com gente e desbaratou as Aldeas e cercas que tinham, e os gentio que ficou daquella guerra se sujeitou e ficou em paz, esse fez na boca do rio de nome sergipe huma povoação, E indo Don Francisco de Sousa por Governador a Instituiu em capitania e mandou a Tome da Rocha com sua mulher e filho a fosse governar o qual apovoou com despesas de sua propria fazenda e lhe morreram alli sua mulher e filhos e depois do dito Tome da Rocha não residir nella, mandou outros capitaes, e indo governar diogo Bo telho proveo em h-u fernaõ da Rocha e por lhe Constar que alguns destes nomeados dannificavam a dita capitania pedio da parte de V magestade do dito Tome da Rocha atornasse a governar estando em per nambuco casado segunda vez e isto portam --- --- mandarem pedir os moradores da dita capitania e depois que nella esta não há informaçao de como nella tem procedido, e sendo feita a consulta dos que pediam se deu neste conselho huma petição de Antonio Cardoso de Barros filho do dito Cristovao de Barros que conquistou fl 1 V a dita capitania se oferece a gastar sua fazenda em arrear e acrecentare pede a vossa magestade lhe faça dela mercer em outras cousas que deve pelos sevrícios do dito seu pay e seus, e pella dita informaçam constou ter a dita capitania necessidades por ser terra nova de ter aumentada e acrescentadas porque se o for virá a ter de proveito a fazenda de vossa magestade, e esta com ella a caminho da Bahia para pernambuco seguro. E constou mais pela dita diligencia que a dita capitania tem de ordenado em cada anno cem mil -- pagos â custa da fazenda de vossa magestade e esta informaçao e tem mandado a vossa magestade depois da dita consulta. Em Lisboa aos nove de setembro de 607

Arquivo General de Simancas, manuscrito datado de 1605. Documento em que o conselho de Portugal consulta Felipe III sobre os candidatos a Província de Sergipe, mostrando que as decisões eram submetidas a aprovação dos Felipes. O conteúdo foi transcrito integralmente preservando as características originais dos escritos.



Por motivo de segurança, o núcleo original da cidade de São Cristóvão foi transferido por seus moradores, entre 1594 e 1595, para uma elevação situada entre a barra do Rio Santa Maria e o litoral, de onde se deslocaria, em 1607, para o sítio onde atualmente se encontra, a quatro léguas da enseada do Rio Vaza Barris, na confluência com o Rio Paramopama. O desfecho da colonização de Sergipe significou a vitória dos latifundiários baianos, especialmente aqueles ligados à atividade pastoril, que ocupariam suas terras com rebanhos e tornariam a pecuária a principal atividade comercial e de subsistência.

São Cristóvão consolidou-se como cidade e capital da capitania de Sergipe. Assumiu o papel de entreposto administrativo e comercial, entre as ocupações de Salvador e Recife, sediando a conquista e a colonização do território interior até meados do século XIX, período em que predominou a cultura da cana de açúcar como base econômica da região.



Ordens religiosas – jesuítas, beneditinas, carmelitas e franciscanas – espalharam seus estabelecimentos por todo o Brasil, mantendo um controle inter-regional, com ordens ditadas pela metrópole, mas que não as impediu de desenvolver formas originais locais, sobretudo nos templos franciscanos. Particularmente, os conventos construídos entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia foram analisados e denominados por Germain Bazin como a “Escola Franciscana do Nordeste”.

A autorização para construção de qualquer igreja, convento ou paróquia no Brasil estava subordinada ao Rei, por intermédio da Ordem de Cristo, da qual era o supremo senhor. Aprovações de qualquer obra na colônia aguardavam a resposta de Portugal por longos anos. Entre outras exigências, havia a preocupação até com a provisão de recursos para tal. A presença da Ordem Franciscana foi materializada a partir de 1585, com a fundação do primeiro convento em Olinda, seguindo, após, a implantação de vários outros. Até a época da invasão do Brasil pelos holandeses, cinco já existiam. Danificados pelos invasores ao término da ocupação holandesa (após 1650), os conventos foram reconstruídos, ampliados e novas construções foram retomadas. Em 1657, o Governador Geral do Brasil, Francisco Barreto, atendendo solicitação dos habitantes de São Cristóvão, aprovou a abertura da casa conventual da Ordem. Somente no último decênio do século XVII foi lançada a primeira pedra do Convento e Igreja São Francisco, cujas obras se prolongaram durante boa parte do século seguinte.



Praça São Francisco - 1938



Praça São Francisco - 1942



Em 1855, os habitantes de São Cristóvão protestaram em vão contra o ato do Presidente Dr. Inácio Joaquim Barbosa, datado de 17 de março, que transferia a capital da Província para o povoado de Santo Antônio do Aracaju.

São Cristóvão, com suas igrejas, conventos e casarões seculares, permanece como documentário vivo do passado sergipano, uma página da história brasileira a ser preservada.



Convento São Francisco – Detalhe da nave principal



Convento São Francisco – Detalhe da chaminé



Convento São Francisco – Detalhe da nave principal



Casa do IPHAN

3. Justificativa

3.a Critérios segundo os quais a inscrição é proposta (e justificativa para a inscrição sobre estes critérios)

Considerando a complexidade e diversidade de fatores que influenciaram a fundação das cidades coloniais luso-brasileiras registrados na extensa historiografia que analisa os processos de ocupação e formação deste território, é evidente que a contribuição para novas descobertas neste campo de pesquisa poderia revelar bens patrimoniais com significância cultural e valores excepcionais universais.

Neste sentido, o caso da cidade de São Cristóvão representa um registro íntegro e autêntico de um fenômeno urbano singular no Brasil, que tem como contexto um período representativo da sua história: a aliança das coroas portuguesa e espanhola sobre o domínio do reinado de Felipe II (1580-1640).

A maior parte das cidades brasileiras deste período se formaram na planície costeira, o que não ocorreu em São Cristóvão, que teve sua fundação próxima ao Rio Vaza Barris devido à importância do porto fluvial e à estratégica localização para acessos ao nordeste brasileiro. Contudo, a particularidade maior desta ocupação, para além de seu traçado urbano, e consequência deste, é a conformação da Praça São Francisco.

A Praça São Francisco detém valores culturais simultaneamente universais e excepcionais. Os cânones da arquitetura religiosa franciscana – transitada entre suas origens medievais e os albores das luzes barrocas – representam consistentemente a universalidade pretendida pelo catolicismo (e de certa forma alcançada nas Américas Central e do Sul), ao mesmo tempo em que, em cada igreja e convento, as adaptações criam e consolidam configurações e espaços arquitetônicos e urbanos únicos. Essa condição de representatividade *inter-pares*, convivendo com a excepcionalidade individual, é vista tanto nos mosteiros católicos como nos budistas asiáticos, nos castelos medievais, nas fortalezas, nos engenhos de açúcar brasileiros ou caribenhos. Essa é a riqueza que se procura nos melhores e mais importantes exemplos da arte e indústria humanas.



A representação do valor cultural em nível universal, que permitirá chancelar sua inscrição na lista dos Bens Culturais do Patrimônio Mundial, está mais bem fundamentada nas categorias “ii” e “iv”.

Critério ii: O conjunto urbano e os valores culturais da **Praça São Francisco**, por representarem um dos melhores exemplos de praça europeia adaptada a uma cidade colonial nos trópicos, são testemunhos da estrutura urbana implantada sob os cânones das Ordenações Filipinas, quando estavam Portugal e Espanha sob uma única Coroa. Recuada

da costa marítima, com suas relações de comprimento e largura ajustadas ao preconizado na “Lei IX” das Ordenações, bem como as quatro vias secundárias e principais desaguardando nos quatro vértices, em tudo relembra o que se recomendava para a Praça Maior. Ali se insere o convento franciscano, similar a seus pares implantados no nordeste brasileiro entre os séculos XVII e XVIII, caracterizados por uma organização espacial adaptada ao clima e à trama urbana. O convento São Francisco é extremamente singular, por ter sido o único entre outros conventos franciscanos a ter no prolongamento de seu adro uma praça que guarda uma relação marcante com o tecido urbano e que foi implantada com harmoniosa inserção urbana e paisagística no centro histórico.

O convento é único ainda, pois foi enriquecido por um claustro que constitui uma obra de arte excepcional, no âmbito da arte e da arquitetura barrocas, pelo aproveitamento de material da região, o calcário, esculpindo motivos fitomórficos, em parte inspirados na flora tropical. Tais motivos constituíram exemplos excepcionais da fusão de valores e cultura de povos europeus, indígenas e africanos, materializando uma obra de arte inédita.

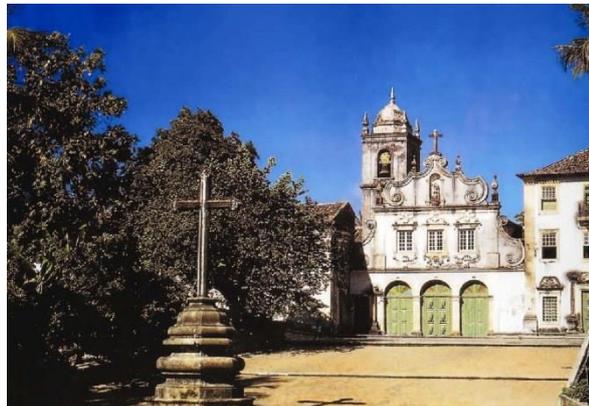
Critério iv: A permanência histórica da **Praça São Francisco** como local de expressão das manifestações da cultura tradicional e popular. Local do encontro, das celebrações, das representações folclóricas e festas da religiosidade coletiva e das manifestações lúdicas e musicais, consolidou-se como ponto focal e marco de referência urbana e conservou-se, também, como espaço de representação dos poderes religioso e civil. Tais manifestações são expressões únicas das culturas material e imaterial convergindo em um único ponto, a **Praça São Francisco**, testemunho ímpar da história de conquista do território brasileiro.

3.b Declaração de Valor Universal

A **Praça São Francisco**, em São Cristóvão/SE, é um exemplo de conjunto urbano homogêneo composto de construções públicas, religiosas e privadas e que, conservando as formas e proporções do período colonial relativo ao qual Portugal e Espanha estiveram sob a mesma Coroa, representa um momento único, excepcional e de mais alta importância na história do Brasil. Ela é prova da influência das legislações e práticas urbanísticas espanholas na formação de núcleos urbanos brasileiros. A sua implantação data do início do século XVII e são bastante plausíveis as influências das Ordenações Filipinas então em vigor. A arquitetura expressa os níveis culturais, sociais e a importância da vida religiosa no período de sua criação. As formas e estilos arquitetônicos dos edifícios que a compõem caracterizam a cultura e a sociedade da região na época de sua implantação e expressam hoje nos seus usos uma adaptação exemplar à evolução da cidade, além de um florescimento artístico de inegável importância. A Praça ilustra com excepcional vitalidade um espaço público aberto, íntegro em sua configuração urbana no decorrer de quatro séculos, adaptado aos usos cotidianos e esporádicos, como local de manifestações culturais e comemorações que acompanham a evolução e os costumes da sociedade.

3.c Análise comparativa (incluindo o estado de conservação das propriedades similares)

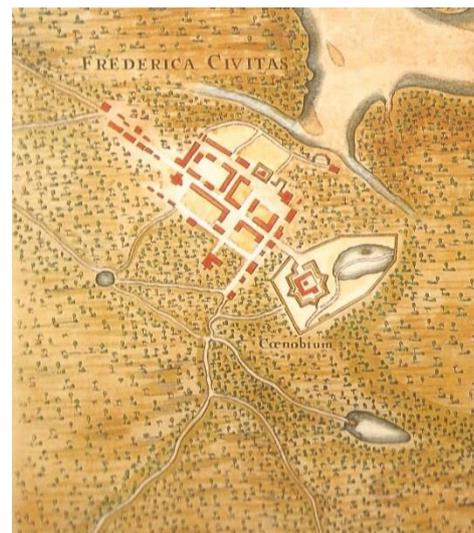
Nas cidades coloniais brasileiras fundadas nesse período, não há praças com tais configurações. Em termos comparativos, cabe ressaltar a cidade de João Pessoa (1585), também fundada durante período da união Ibérica, denominada na época por Filipéia de Nossa Senhora das Neves, localizada no estado da Paraíba. Conforme Nestor Goulart, “a cidade de Paraíba foi projetada e construída com traçado em xadrez e corresponde ao período de união das Coroas de Portugal e Espanha, levando à adoção, pelo menos parcial, de normas urbanísticas das Ordenações Filipinas”.



Olinda

Marechal Deodoro

No entanto, conforme demonstram os mapas abaixo, o traçado em quadrícula de João Pessoa não define uma espacialidade centralizadora com as dimensões das praças hispano-americanas. Para além das questões de proporção e configuração, não há na praça do Convento de São Francisco edifícios administrativos e de outros usos que não sejam o da igreja. Isto é, não há uma praça dentro do modelo clássico de inserção estratégica no conjunto urbano, buscando congregar usos do poder público administrativo e do poder religioso.



A grande diferença consiste, ainda, no contexto urbano da cidade de São Cristóvão que se estrutura a partir da Praça São Francisco. O plano composto por ruas, praças e igrejas são prolongamentos do traçado da praça, configurando ali o centro da cidade. O desenho da praça define nitidamente os quatro pontos perimetrais de onde partem as principais ruas, definindo uma geometria regular, racional, ortogonal.

Os conjuntos urbano-arquitetônicos da Praça e do Convento de São Francisco são dois dos principais remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e Irmandades consorciadas na Colônia Portuguesa do Brasil. Programa de uso, ordenamentos e configuração arquitetônica, além da disposição no espaço urbano, são componentes determinantes para distingui-lo daqueles construídos em Penedo, Marechal Deodoro, Igarassu, Recife e Olinda, João Pessoa, entre outros.

Dentre as ordens religiosas, os Carmelitas chegaram a São Cristóvão em 1618 e os Franciscanos, após a ocupação holandesa. Os conventos religiosos dos Carmelitas e dos Franciscanos interferiram na ordenação da cidade ao definirem elementos formadores de sua trama urbana, com a criação de espaços fronteiros às suas igrejas, que constituem os adros e que são, ao mesmo tempo, praças públicas. Essas praças, somadas à da Matriz, dão ao núcleo urbano um domínio de amplos espaços cívicos, o que distingue São Cristóvão como uma cidade com características especiais dentre os núcleos setecentistas. Entretanto, somente a **Praça São Francisco** possui características distintas destas outras, Carmo e Matriz. Dentre as três, somente a primeira remete às proporções das Ordenações Filipinas com medidas de 52m x 88m – esta recomendava medidas entre 60m x 90m no mínimo e 90m x 240m no máximo. Continua íntegra com o passar dos séculos, mesmo sendo a mais utilizada pela população em suas manifestações culturais. Somente ela tem uma de suas delimitações preenchida pelo Convento de São Francisco, por si mesmo monumento nacional de características únicas, como o adro com colunas de seção quadrada, em calcário que mãos de artistas esculpiram de forma singular. Comparando sua trama urbana com a de Penedo, urbe pouco mais recente à margem do Rio São Francisco, nota-se que os espaços públicos de Penedo são muito menos dominantes. Apenas a praça que se estende entre os sobrados da Prefeitura da Câmara, a Matriz e o Convento Franciscano, e

a praça fronteira à Igreja de N. S. da Corrente, que se debruça sobre a calha do Rio São Francisco, possui um pouco mais de largueza. Em Igarassú e João Pessoa, os conventos franciscanos, ainda que de notável beleza artística e arquitetural, tem como acesso um adro e não a praça principal do sítio histórico. Os demais, mesmo que precedidos de praça ou adro, também não expressam a sensação de domínio do sítio histórico. Já a cidade de São Cristóvão organizou-se e se desenvolveu no cume de um tesó localizado à margem dos rios Paramopama e Vaza Barris, onde existia um platô razoavelmente extenso. Assim, São Cristóvão foi um núcleo urbano implantado à feição das cidades medievais e de forma semelhante ao que ocorreu com grande número de cidades luso-brasileiras, em um alto à beira mar ou de rio navegável, tais como Olinda, Vitória, Salvador, Rio de Janeiro etc. – cidades em acrópole. Entretanto, este núcleo permaneceu íntegro mesmo com o crescimento da cidade baixa a rodear parte do tesó.

Portanto, o mais importante e relevante não é estabelecer uma comparação entre a qualidade artística e arquitetônica dos conventos franciscanos brasileiros, mas sim as relações urbanas que os envolvem, que no caso da Praça São Francisco são únicas, pois reafirmam a influência clara das legislações urbanísticas espanholas por meio de um elemento principal – a Praça Maior.

3.d Integridade e/ou autenticidade

A Praça integra o conjunto histórico, urbanístico e arquitetônico de São Cristóvão ao se agregar ao casario e a outros monumentos sobre o traçado urbano acumulado desde sua origem. Pode ser descrita como o sítio urbano integrante e representativo do processo cultural composto nos diversos períodos históricos da vida local e da região Nordeste brasileira – região referenciada particularmente na faixa litorânea correspondente ao desdobramento do primeiro ordenamento territorial da colônia, sendo a Capitania de Sergipe parte da primitiva Capitania Hereditária da Bahia.



Vista panorâmica da Praça São Francisco a partir do Convento Franciscano.

A transferência da capital para Aracaju, em 1855, tira-lhe o status de capital, mas ajuda na conservação da integridade e autenticidade do sítio. Aracaju absorve as pressões do desenvolvimento urbano e, somente no final do século XX, aumenta o crescimento de São Cristóvão. Entretanto, isto se dá na chamada cidade baixa. O outeiro, e nele, principalmente a Praça São Francisco, permanece guardando relíquias do urbanismo e arquitetura do processo de ocupação do Brasil.

O traçado urbano do Centro Histórico de São Cristóvão guarda a sua integridade, entretanto, o complexo urbanístico e arquitetônico que melhor conservou as suas características arquitetônicas ao longo dos anos foi a **Praça São Francisco**. A permanência do seu perímetro total, a inter-relação das edificações com o traçado das ruas, suas esquinas e a permanência de destinação e uso de seus prédios, assim como de suas fachadas, conferem à praça marca distintiva entre as demais praças da cidade.

Neste sentido, destacam-se alguns pontos que certificam a **significância cultural** da Praça São Francisco:

1 - As especificidades da Praça São Francisco e seu entorno apontam para um testemunho único e excepcional da formação de uma cidade colonial no Brasil. Ela é prova da influência das legislações e práticas urbanísticas espanholas na formação de núcleos urbanos brasileiros: uma praça fundada conforme as ordenações filipinas em território de colônias portuguesas, seguindo as normas da primeira legislação urbanística da idade moderna, a Lei das Índias. Um exemplo peculiar de significância cultural, que permanece transmitindo seus valores histórico-culturais de maneira íntegra nos dias de hoje - qualidade esta inerente ao bem patrimonial. Um processo complexo que figura em uma praça com qualidades arquitetônicas e urbanísticas únicas quando comparadas com outras datadas da mesma época no Brasil.

2 - A Praça e seu entorno constituem um núcleo urbano com potencial unidade arquitetônica e integridade estético-visual, configurando um conjunto harmônico e autêntico que reafirma o seu valor universal excepcional. É possível pelas dimensões da praça estabelecer outra relação de apreensão visual do conjunto arquitetônico. As edificações que a conformam permitem narrar a história dos seus acontecimentos e compõem o espaço público mais relevante da cidade (apagar: de interação social) com valores coexistentes até os dias de hoje. Há como estrutura formal o elemento espacial que sobreviveu no tempo e que sustenta uma série de funções sócio-culturais-religiosas, definindo não só uma integridade estrutural e visual mas também uma integridade sócio-funcional.

3 - Quanto ao significado do lugar, a Praça reafirma os valores culturais, de memória e história do período colonial brasileiro, agregando uma grande e variável multiplicidade de valores do passado que são remanescentes não só na memória mas também no cotidiano, presentes na importância da vida da cidade.

4 - A autenticidade da Praça São Francisco evidencia-se pelo seu desenho, entorno, técnicas, uso, função, contexto histórico e cultural, ressaltando não só a forma e estrutura original mas também suas modificações ao longo do tempo. O contexto natural exuberante envolve o conjunto e confere a praça uma paisagem singular.

4. Estado de conservação e fatores de risco ao bem

4.a Estado atual de conservação

Os edifícios públicos e religiosos da **Praça São Francisco** estão em bom estado de conservação. As residências particulares encontram-se em razoável estado. O Inventário de Bens Imóveis indica que estes apresentam:

- bom estado : **63,00%**
- regular : **22,00%**
- em restauro : **15,00%**
- em mal estado : **00,00%**

01 - Estado de Conservação



02 - Estado de Preservação



O processo de restauro das edificações da Praça tem se dado de forma contínua desde 2005, com recursos dos governos estadual e federal. O convento de Santa Cruz foi completamente restaurado, assim como o sobrado do IPHAN no vértice leste/sul. Todo o piso da praça está restaurado e também está sendo concluída a retirada de postes de fiação aérea elétrica. Diversas ações estão em curso, assim, para o perfeito processo de conservação do sítio.



Vista panorâmica da Praça São Francisco.

4.b Fatores de Risco ao Bem

(i) Pressões devidas ao desenvolvimento

As pressões inerentes ao crescimento urbano têm sido controladas por meio do Plano Urbanístico. Entretanto, medidas de proteção do Rio Paramopama têm sido postergadas. Somente com a candidatura de São Cristóvão à Patrimônio Mundial voltou-se a discutir a questão e o governo estadual autorizou o início dos estudos que visam ao saneamento e à despoluição do rio.

As aprovações de projeto na área de proteção são condicionadas ao aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. As solicitações de exame de processos de intervenções arquitetônicas para atendimento de obras de ampliações, reformas e novas construções encaminhadas pela Prefeitura ao Escritório do IPHAN durante o ano de 2009 registradas foram:

- Consulta prévia: várias são as consultas. Sempre de forma verbal. As solicitações de aprovação de projetos e/ou de intervenções em monumentos são encaminhados diretamente ao IPHAN para análise e aprovação.
- Processos de notificação por irregularidade: 60
- Processos de aprovação de obras novas: 12
- Processos encaminhados ao Ministério Público: 2 (o encaminhamento é feito pelo IPHAN)

(ii) Ameaças ao entorno (ex. Poluição, mudanças climáticas)

Existem problemas de poluição dos rios, destinação do lixo. Os governos municipal e estadual estão adotando várias ações e projetos, relatados nos itens 5.d e 5.e, visando solucionar tais dificuldades.

(iii) Catástrofes naturais e precauções (terremotos, enchentes, incêndios etc.)

Apenas enchentes esporádicas, mas que não atingem a cidade alta, objeto da proposição. Até o presente momento nunca foi registrada qualquer situação de risco de origem natural.

(iv) Ameaças geradas pelo fluxo de turistas

São Cristóvão tem um fluxo turístico relativamente pequeno. Ainda não existem pressões que possam prejudicar a área tombada. Providências já estão sendo adotadas pelo Estado e Prefeitura para suprir as carências da cidade no que se refere à sinalização urbana e identificação dos monumentos.

(v) Número de habitantes no interior do bem e na zona de entorno

Praça São Francisco.....	aproximadamente 40 habitantes
Centro Histórico.....	aproximadamente 1.750 habitantes
Total no município.....	75.104 habitantes (IBGE, ano de 2009).

5. Gestão e Proteção

5.a Direito de Propriedade

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão tem autonomia administrativa sobre a cidade e submete-se hierarquicamente à legislação do Estado e da União.

O bem proposto para inscrição na lista do patrimônio mundial (área tombada) é, na sua maioria, de propriedade privada, sendo alguns imóveis de propriedade do município, do Estado e da Arquidiocese.

O IPHAN possui o sobrado ao lado do Museu Histórico, destinado ao apoio local, onde são realizados cursos de caráter cultural. A Arquidiocese de Aracaju mantém o apoio administrativo ao Museu de Arte Sacra.

Na Praça São Francisco, a propriedade dos imóveis é distribuída entre:

Arquidiocese – 3 imóveis (1 – Conjunto Franciscano composto de Convento, Igreja de São Francisco e Museu de Arte Sacra; 2 – Casa paroquial; 3 – Lar Imaculada Conceição);

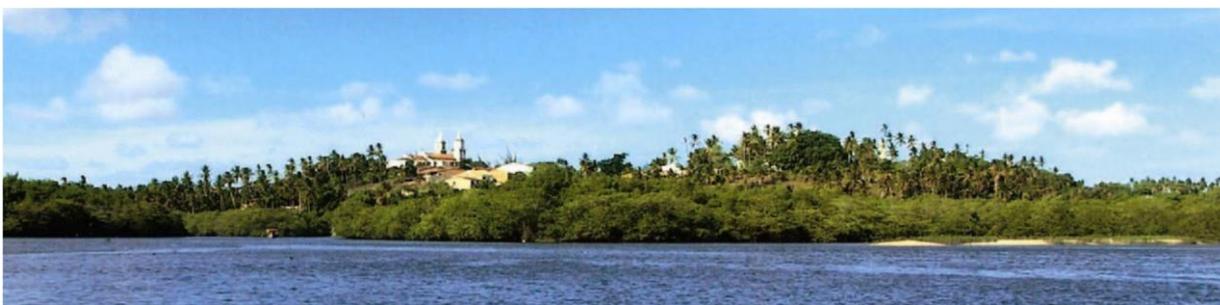
Governo do Estado – 2 imóveis (Museu Histórico do Estado de Sergipe e Biblioteca Municipal);

IPHAN – 1 (Casa do IPHAN)

Propriedade privada – 5 imóveis (nº 06, nº 12, nº 190, nº 198 e nº 204).

5.b Estatuto Jurídico

O sítio histórico de São Cristóvão encontra-se sob Proteção Federal através do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura. É regido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, e foi elevado à categoria de monumento histórico pelo governo estadual através do Decreto-Lei nº 94, de 22 de junho de 1938.



Vista à partir do Rio Paramopama

5.c Medidas de proteção e meios de atuação

Os primeiros tombamentos em São Cristóvão datam dos anos de 1941 a 1944 e protegiam monumentos isolados. O conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado pela União conforme processo nº 785- T-67, nº de inscrição 40, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 10, em 31 de janeiro de 1967.

O instituto do tombamento, principal instrumento jurídico para proteção do Patrimônio Cultural no Brasil, está amparado pela Constituição Federal em seu artigo 216, garantido pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937.

Seu campo de atuação encerra-se na proteção e na preservação do Patrimônio Cultural Federal. Estão incluídos, entre outros, os bens históricos e artísticos. Pode, de acordo com a lei, incidir no tombamento sobre um bem isolado, um conjunto, ou um centro urbano, desde que distinguidos em função do seu valor representativo para a memória nacional, cuja aferição é realizada pelo IPHAN, autarquia do Ministério da Cultura, responsável pela questão. Esta autarquia, de acordo com seu poder, deve zelar pela manutenção das características das áreas tombadas e seu entorno. Exerce, ainda, por meio de suas Superintendências Regionais, a fiscalização das áreas protegidas com o objetivo de coibir a prática de quaisquer atos danosos cometidos contra o Patrimônio Federal.

O IPHAN atua em Sergipe por meio da Superintendência Regional de Sergipe, com sede em Aracaju, que realiza a fiscalização, a análise e o acompanhamento dos processos de intervenção arquitetônica e urbanística na área tombada. Funciona ainda no atendimento a temas relacionados com a preservação, ao prestar esclarecimentos e dar orientações à população.

A Prefeitura Municipal atua por meio do Plano Urbanístico de 1979/80, que visa à ordenação do crescimento da cidade e estabelece as áreas de expansão urbana, zoneamento e sistema viário, a preservação e valorização do patrimônio cultural, a locação das atividades, o parcelamento do solo e normas para edificações e posturas. Atualmente, a Prefeitura atua seguindo as diretrizes do Plano Diretor do município vigente a partir do ano de 2009.(Anexo II)

O primeiro tombamento em São Cristóvão data de 1938, ano em que foi elevada à categoria de Monumento Histórico pelo Governo Estadual, por meio do Decreto-Lei nº 94, amparado pelo artigo 134 da Constituição do Estado Novo.

A partir de 1941 e até 1962, foram tombados individualmente diversos monumentos da cidade e, em 1967, o Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão foi inscrito à folha 10, nº 40, Processo nº 785-T-67, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Com base nesses instrumentos e no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a Superintendência do IPHAN em Sergipe e a Prefeitura Municipal têm realizado ações de salvaguarda do patrimônio histórico local.

A recém-criada Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural – SUBPAC, em 18/06/2009, tem a finalidade de proteger e promover o patrimônio cultural de interesse de preservação no Estado de Sergipe. A Subsecretaria vai subsidiar os municípios no que se refere ao reconhecimento de seus patrimônios, à elaboração e ao fomento de um consistente projeto de educação patrimonial e intervenções que visem à melhoria da qualidade de vida e revitalização de sítios históricos. A SUBPAC propõe-se a atuar de forma emergencial no Município de São Cristóvão, empenhando-se em cumprir as diretrizes apontadas pela UNESCO para consagrar o conjunto patrimonial e histórico da Praça São Francisco como Patrimônio da Humanidade.

O novo órgão é estrategicamente vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, o que facilita a articulação com as outras Secretarias e setores do Governo. Segundo o subsecretário de Patrimônio Histórico e Cultural, Luiz Alberto dos Santos, para que um monumento seja devidamente preservado é necessário que a população conheça a sua história e reconheça aquele bem como parte integrante da coletividade. Para tanto já se encontra disponível o site de divulgação da candidatura e relato das ações e projetos, no seguinte endereço:

<http://pracasaofrancisco.se.gov.br/candidatura/>.

5.d Planos adotados referentes ao município (ex: plano local ou regional, de conservação, turístico) Plano diretor:

Em 1979, a Prefeitura promulgou, na Lei Orgânica do município, um plano diretor que está em vigor até os dias de hoje. As zonas protegidas correspondem à zona utilizada pelo IPHAN. Esse Plano, denominado Plano Urbanístico de São Cristóvão, foi elaborado por meio de um convênio entre o Governo Federal – Programa de Cidades Históricas, Governo do Estado de Sergipe e a Universidade Federal da Bahia.

A Prefeitura Municipal firmou convênio com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II no final de 2005 para a elaboração da revisão do Plano Urbanístico. Esse plano vigorou, por conta de sua incorporação à Lei Orgânica do Município, como principal instrumento de disciplinamento urbano desde a sua elaboração. Algumas leis, entretanto, colaboraram para a proteção do patrimônio histórico,

a exemplo da Lei municipal nº 08, de 06 de junho de 1979, que disciplina a execução de obras na Praça São Francisco.

Em 21 de setembro de 2009, foi aprovado o novo Plano Diretor, por meio da Lei nº 044/2009 (Mapa A3 anexo) fato que sem dúvida em muito contribuirá para a preservação do Patrimônio Histórico local e substitui a Lei Orgânica acima citada.

Outros programas:

Recuperação sustentável do patrimônio histórico de São Cristóvão: o Programa MONUMENTA do Ministério da Cultura, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a cooperação técnica da UNESCO, apoio do estado e do município, atua em São Cristóvão com o objetivo de garantir que as intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população, seja pela ocupação e geração de renda da população, seja pela capacitação de mão de obra específica, visando incentivar a economia por meio do incremento do turismo cultural, geração de empregos e apoio a educação patrimonial. Incluem-se entre os imóveis e logradouros restaurados ou em fase de restauração os seguintes bens na Praça São Francisco: o Convento e a Igreja Santa Cruz, o Sobrado do IPHAN, o Lar Imaculada Conceição, o Museu Histórico do Estado de Sergipe e alguns imóveis privados.

Outras entidades, embora não pertencentes à estrutura do poder público, atuam na delimitação das políticas públicas, sobretudo de caráter cultural e ambiental. São entidades civis de direito privado, sem fins lucrativos, cada qual atuando conforme dispõem suas finalidades estatutárias, sempre que demandadas, na defesa da identidade cultural sancristovense. Cita-se, como exemplo, a Universidade Federal de Sergipe, com constante apoio às manifestações culturais da cidade. De 1972 a 1995, a Universidade apoiou ininterruptamente o Festival de Arte de São Cristóvão, retomando o apoio em 2005.

5.e Planos adotados referentes ao bem

Projetos, planos e obras de preservação na zona tombada como sítio histórico: A. obras de restauração recentemente realizadas:

1. Igreja do Rosário (2004);
2. Ordem Terceira do Carmo e Convento São Francisco (2004);
3. Museu de Arte Sacra (2005) – execução de projeto museográfico executada por meio de convênio com a Petrobrás;
4. Sobrado do IPHAN (2006) – restauração do imóvel e forro artístico integrado;
5. Igreja São Francisco (2007) – restauração dos elementos artísticos;
6. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (2006) – restauração dos elementos artísticos;

7. Praças da Bandeira (2007) – requalificação do espaço público com incorporação de novo mobiliário urbano e equipamentos;
8. Praça Nosso Senhor dos Passos/Largo do Carmo (2007) – requalificação do espaço público com incorporação de novo mobiliário urbano e equipamentos;
9. Fachada da Capela dos Capuchinhos (2007) – consolidação estrutural da ruína;
10. Lar Imaculada Conceição (2007) - restauração dos elementos artísticos;
11. Museu Histórico do Estado do Sergipe (2009) – restauração integral do monumento.
12. Implantação do Arquivo Público Municipal (2009): a Prefeitura organizou e informatizou todos os arquivos (Leis, Decretos, Portarias etc.) de sua responsabilidade.

B. obras em andamento pelo ESTADO e Programa MONUMENTA(Ministério da Cultura):

1. **Praça São Francisco** (previsão de conclusão: abril de 2010) – obra de conclusão de rede elétrica e telefônica subterrânea no centro histórico, incluindo a Praça São Francisco (obra pelo ESTADO);
2. Implantação da iluminação de valorização do conjunto histórico da Praça São Francisco (previsão de conclusão: fevereiro de 2010 - obra pelo ESTADO);
3. Ladeira do Porto da Banca, Ladeira do Açougue e Ladeira de Epaminondas (2010) – recuperação da antiga pavimentação em pedra calcária e incorporação de novo mobiliário urbano e equipamentos;
4. Largo do Rosário e Largo do Amparo (2010) – melhorias na pavimentação e iluminação para valorização dos monumentos.
5. Obra de restauração do Lar Imaculada Conceição;
6. Obra de restauração da antiga Delegacia para ao Museu da Polícia Militar;
7. Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (recurso BNDES)

–projeto de sinalização e de circulação do centro histórico: o Programa MONUMENTA elaborou o Plano de Circulação, Estacionamento, Transporte Coletivo e Coleta de Lixo, que deve ser implantado até o fim de 2010 pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito.

–requalificação da Praça Getúlio Vargas, conhecida como Praça da Matriz: a Prefeitura elaborou projeto para a sua requalificação, que se dará por meio de um projeto paisagístico e de iluminação, padronização do mobiliário urbano e reforma do coreto. Ainda não foram obtidos recursos para a viabilização do projeto

–reforma do Cristo Redentor: implantado em um dos pontos mais altos da cidade, em local onde existiu a igreja de São Gonçalo, a mais antiga igreja da cidade, o Cristo Redentor é um dos atrativos turísticos de São Cristóvão, em virtude da vista privilegiada.

O projeto executado pela Prefeitura prevê melhoria na pavimentação, nova iluminação, reforma do monumento e projeto paisagístico.

– ações de educação patrimonial: Desde a sua atuação, a partir de 1993, a 8ª Superintendência Regional do IPHAN, instalada na cidade de Aracaju, anteriormente sediada em Salvador/BA, desenvolveu dois cursos de educação patrimonial com professores da rede municipal. Promoveu, no ano de 2005, o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial, que contou com 250 participantes de todas as regionais do IPHAN e representantes de entidades culturais municipais e estaduais de todo o país. O Programa MONUMENTA, do Ministério da Cultura, tem atuado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação na elaboração de um programa de educação patrimonial que engloba a capacitação dos professores da rede pública de ensino e a elaboração de material didático e publicações.

– financiamento aos proprietários de imóveis privados: o Programa Monumenta disponibilizou uma linha de financiamento para os proprietários que possuem imóveis dentro da área objeto de investimento do Programa. O empréstimo, que é destinado à recuperação e/ou adaptação dos imóveis para geração de renda e melhoria das condições sanitárias, provocou grande mobilização popular desde o lançamento do 1º Edital e é notável o interesse da comunidade em contribuir para a conservação do sítio histórico. Ao todo foram lançados quatro editais e duas obras foram concluídas. O valor do pagamento dos empréstimos feitos pelos proprietários é revertido para o Fundo Municipal de Preservação e deverá ser reaplicado na própria área sob proteção federal.

Projetos em andamento na área de entorno:

– reforma da Bica dos Pintos: consiste na construção de ciclovias, estacionamento, requalificação da praça de eventos e reforma do mirante.

– projeto de despoluição do Paramopama: esta meta recebeu o aval do governo do Estado e a Companhia de Água e Saneamento (SAAE) está procedendo aos primeiros estudos técnicos. Provavelmente será desenvolvido em etapas devido à complexidade do projeto.

– projeto de saneamento básico: o Prodetur/NE II possui, como uma de suas ações no município, a implantação do saneamento básico na área do Alto da Divinéia, situada próxima ao centro histórico.

– melhoria da Rodovia João Bebe Água: já foram licitadas obras de pavimentação e drenagem no trecho entre o rio Poxim (Universidade Federal de Sergipe) e o Conjunto Eduardo Gomes. O Governo do Estado pretende promover a melhoria do trecho restante até a sede municipal, principalmente em relação à drenagem e acostamento, sendo que o projeto de Sinalização da Rodovia e acostamento já está sendo elaborado.

Meio ambiente – projeto de recuperação da vegetação das nascentes e matas ciliares das sub-bacias hidrográficas do rio Poxim. Custos: R\$ 2.250.000,00 – Fundo Estadual de Recursos Hídricos. (sem data de licitação)

- plano de segurança dos sítios históricos de São Cristóvão: Promover a segurança aos sítios históricos localizados na cidade de São Cristóvão, que compreendem 7 (sete) unidades, perfazendo uma área de 2.100 m (dois mil e cem metros), objetivando a viabilização do turismo nacional, estadual e local, segurança às pessoas e segurança ao

patrimônio históricomuseológico. Uma proposta de Segurança ao Turista foi apresentada e aprovada: policiais militares realizariam a ronda, no circuito turístico, durante o horário de funcionamentos das igrejas e museus. Os espaços dos museus e as igrejas estarão abertos de terça a domingo, das 10h às 16h.

A SUBPAC, a EMSETUR e a Prefeitura Municipal de São Cristóvão realizaram reunião que contou com a participação de todo trade turístico do Estado, representantes das Igrejas e Museus, além de Secretários Municipais, com o objetivo de discutir a **Reestruturação do Turismo e Horário de Funcionamentos das Igrejas e Museus** na Cidade Histórica de São Cristóvão. Foi apresentado pela EMSETUR um sistema de cartão de cobrança única, para que o turista visite todos os espaços previamente programados. O repasse dessa arrecadação será feito aos espaços turísticos, para cobrir despesas com limpeza e manutenção. Todos os presentes concordaram com a proposta.

O Governo do Estado, através da Casa Civil/SUBPAC, contratou servidores e estagiários para trabalharem nas Igrejas e Museu de Arte Sacra, cobrindo, assim, a falta de funcionários e garantindo o funcionamento de tais espaços, no horário de funcionamento estabelecido.

Também foi apresentado o **Roteiro e Guia Turístico de São Cristóvão**. Conta com um breve histórico e um guia de visitação de cada espaço histórico da cidade, com o seguinte programa: Histórico da Cidade; Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja e Santa Casa de Misericórdia; Igreja e Convento de São Francisco; Museu Histórico de Sergipe; Museu de Arte Sacra de Sergipe; Igreja Nossa Senhora da Vitória; Igreja e Convento do Carmo; Igreja Nossa Senhora do Amparo.

Deste conjunto de ações, várias fazem parte do Programa MONUMENTA em São Cristóvão (citado em 5d), que, com recursos estaduais e federais, prevê medidas sustentáveis de manutenção do patrimônio, através de um Fundo de Preservação já instituído. Este Fundo que deverá ser gerido por um Conselho Municipal, reaplicará os recursos que retornarão do “financiamento aos proprietários de imóveis privados” acima descrito. Além disso, o IPHAN destina todos os anos recursos federais para recuperação do sítio histórico.

5.f- Fontes e níveis de financiamento

Lei Federal de Incentivo à Cultura – 8313/91 – Ministério da Cultura

Em 2006 foram aplicados R\$ 560.000,00 (US\$ 243.478) no restauro do Museu de Arte Sacra, do Convento de Santa Cruz.

Lei Estadual que institui o Fundo de Promoção Cultural de Sergipe – 1962/75, ratificada pela Lei nº 4490/2001.

Convênio nº 45/2004 instituído pelo Ministério da Cultura, Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal para execução do programa MONUMENTA. Encontra-se em execução e seu valor atinge R\$ 8.893.197,90 (US\$ 5.081.827,37)

5.g Níveis de competência e de formação relativas às técnicas de conservação e de gestão

A conservação do sítio histórico de São Cristóvão exige da municipalidade um esforço técnico constante. Os sistemas de infra-estrutura, pavimentação, esgotos, iluminação e força, dentre outros, requerem manutenção especial e constante. Especialmente para os calçamentos de pedras, a Prefeitura disponibiliza permanentemente uma equipe de profissionais de manutenção e reparos. A Prefeitura está buscando integrar-se a programas inter-regionais e nacionais de desenvolvimento, tais como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, gerido pelo Ministério do Turismo e Desporto, que visa ao planejamento regional e municipal de desenvolvimento turístico, com capacitação gerencial local por meio de formação de pessoal especializado, entre outras medidas.

A Prefeitura dispõe de uma equipe responsável por reparos gerais em calçamento das vias, iluminação etc. Os prédios de propriedade municipal recebem manutenção constante.

A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente dispõe de uma Diretoria de Urbanismo responsável pelo controle da área urbana; a unidade, porém, não dispõe ainda de recursos humanos suficientes.

O IPHAN tem seu escritório técnico em funcionamento no Sobrado ao lado do Palácio Provincial, recentemente restaurado. Entretanto, dada a proximidade com Aracaju, onde se encontra sediada a Superintendência Estadual do IPHAN, os técnicos desta autarquia fazem visitas quase diárias ao sítio histórico.

5.h Atendimento aos turistas e estatísticas

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, promoveu em conjunto com a Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – a oficina de capacitação intitulada “Excelência no atendimento ao turista”. Em dezembro de 2009, participaram 27 estudantes do ensino médio da cidade.

A cidade conta com três museus, relacionados abaixo e com número de visitantes referente ao ano de 2005:

– Museu de Arte Sacra

Visitantes: 8.484

– Museu Histórico de Sergipe

Visitantes: 5.490

– Museu de ex-votos – Ordem Terceira do Carmo

Visitantes: 5.099

– Outras entidades: Casa do Folclore Zeca de Norberto

Visitantes: 790

5.i- Plano de gestão e objetivos na promoção do bem

O Plano Urbanístico de São Cristóvão estabelece, dentre outros, os seguintes pontos: a política urbana; o perímetro urbano; a preservação do patrimônio histórico e natural; a locação de atividades; o parcelamento do solo e as normas para edificações e posturas. Define as normas edilícias e institui o parcelamento do solo urbano. O Plano Urbanístico define, também, os princípios norteadores da política urbana, a partir de discussões com a comunidade. Destacam-se os preceitos e as diretrizes referentes à preservação do patrimônio cultural, inclusive com definições e delimitações adicionais ao conjunto protegido pela lei federal.

O sistema de controle direto do sítio é compartilhado por diversas instâncias e instituições públicas. O licenciamento de obras no sítio histórico é prerrogativa municipal, com prévia análise e autorização do IPHAN. A fiscalização é, via de regra, compartilhada entre Prefeitura e o IPHAN, além de outras instituições públicas de controles específicos, como meio ambiente, serviços e controle das infra-estruturas etc. As questões que extrapolam as medidas administrativas da Prefeitura e do IPHAN encontram meios de controle através do Ministério Público e do sistema judiciário.

5.j Número de funcionários (profissionais, corpo técnico e de manutenção) – Prefeitura Municipal de São Cristóvão:

Total: 1.375 funcionários

– Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente:

155 funcionários

– Gabinete do Prefeito Municipal:

95 funcionários

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Possui 03 instituições filiadas: Biblioteca Municipal Senador Lourival Batista, Casa do Folclore Zeca de Norberto e Telecentro Carmosita Barroso. Conta com 30 funcionários.

– IPHAN – Superintendência Estadual de Sergipe

Total: 20 funcionários (07 efetivos, 09 terceirizados, 03 cargos em comissão, 01 estagiário). Deste total, três pessoas atuam diretamente em São Cristóvão: a Superintendente, que é doutora em História, a Diretora Técnica que é Arquiteta e mais um arquiteto. Os técnicos fazem visitas semanais à cidade no mínimo três vezes por semana.

– Estado de Sergipe – Secretaria de Infraestrutura

Total: 04 funcionários, lotados no Programa MONUMENTA, todos atuando no sítio histórico. Um engenheiro civil, duas arquitetas e um especialista em finanças.

Além disso, a recém criada Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Cultural passa a coordenar as atividades de preservação do sítio histórico.

6. Gestão concernente à manutenção do bem

6.a Indicadores do estado de conservação

Os edifícios públicos e religiosos apresentam-se em razoável estado de conservação, foram recentemente avaliados através de inventário realizado pelo IPHAN (ver item 7.c e Anexo I, p.26 e 27). Este Inventário representa um seguro indicador do estado de conservação, pois cada edificação foi vistoriada, medida e fotografada em 2002, e faz parte do Anexo II.

6.b Disposições administrativas concernentes à manutenção do bem

O Ministério da Cultura, por meio da 8ª Superintendência do IPHAN, Programa MONUMENTA, o Estado e o Município têm participado conjuntamente ou de forma separada, de várias obras de restauração na área tombada, bem como da execução de projetos de revitalização da área urbana, a exemplo dos recentes estudos para eliminação da fiação aérea, postes de iluminação pública e para saneamento do sítio histórico.

Desde 1970, o IPHAN investe sistematicamente na manutenção, restauração, revitalização e gestão da área protegida, tombamento e entorno, com intervenções pontuais sobre bens imóveis. Ao longo do tempo, este conjunto de atividades constitui ações eminentemente urbanas, com especial efeito positivo na população. O Estado de Sergipe, através de sua Secretaria de Infraestrutura, possui uma equipe de arquitetos e engenheiros

atuando diretamente nas obras do Programa MONUMENTA. A Prefeitura tem ações diretas, mas com significativas dificuldades operacionais em razão da falta de recursos e das dificuldades de acesso aos recursos externos. Entretanto, algumas instituições benfeitoras ou financiadoras (através de leis de incentivo à cultura) vêm investindo na restauração de imóveis e na manutenção de manifestações culturais, como por exemplo, a Universidade Federal de Sergipe, que todos os anos patrocina o “Festival de Artes”.

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

As dimensões continentais do Brasil, a diversidade das contribuições dos diferentes elementos formadores de sua sociedade, a riqueza e variedade de seus ecossistemas, resultam num universo cultural incomensurável.

No Brasil, a tarefa de preservar toda essa riqueza cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura. Sua abrangente missão de identificar, proteger, restaurar, documentar, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros visa assegurar a permanência e usufruto desses bens não apenas para atual, mas também para as futuras gerações.

A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento modernista, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade. O então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, nomeou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição e assinou, juntamente com o Presidente Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza “a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.

Em agosto de 2000, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, com a assinatura do Decreto nº 3.551. É ainda responsabilidade do Governo Brasileiro, por meio do IPHAN e do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, a preservação dos bens culturais e naturais do país inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Desde a sua criação, há 70 anos, o IPHAN vem assegurando em todo o território nacional a preservação de parcela significativa de nosso patrimônio cultural, salvando do desaparecimento um legado considerável para a cultura brasileira e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação no País.

O IPHAN atua em todo o território brasileiro por intermédio de 53 representações distribuídas nos 27 Estados e no Distrito Federal.

Bens protegidos pelo IPHAN
Objetos e documentos

Documentos textuais	3 400 metros lineares
---------------------	--------------------------

Fotografias	711 856
Mapas e plantas	195 699
Livros e outros documentos bibliográficos <i>Incluindo 10 954 obras raras</i>	834 567
Objetos em museus	250 000

Bens móveis e integrados

Objetos e bens integrados	116
Coleções e acervos	15
Objetos em bens tombados	370 000

Bens imóveis

Sítios urbanos <i>Contendo aproximadamente 21 mil imóveis em 61 cidades 8 integram a Lista do Patrimônio Mundial, da Unesco</i>	79
Edificações <i>Incluindo 6 terreiros de candomblé</i>	802
Equipamentos urbanos e infra-estrutura	37
Jardins históricos e parques	10
Paisagens <i>7 integram a Lista do Patrimônio Mundial, da Unesco</i>	18
Ruínas	16

Bens arqueológicos

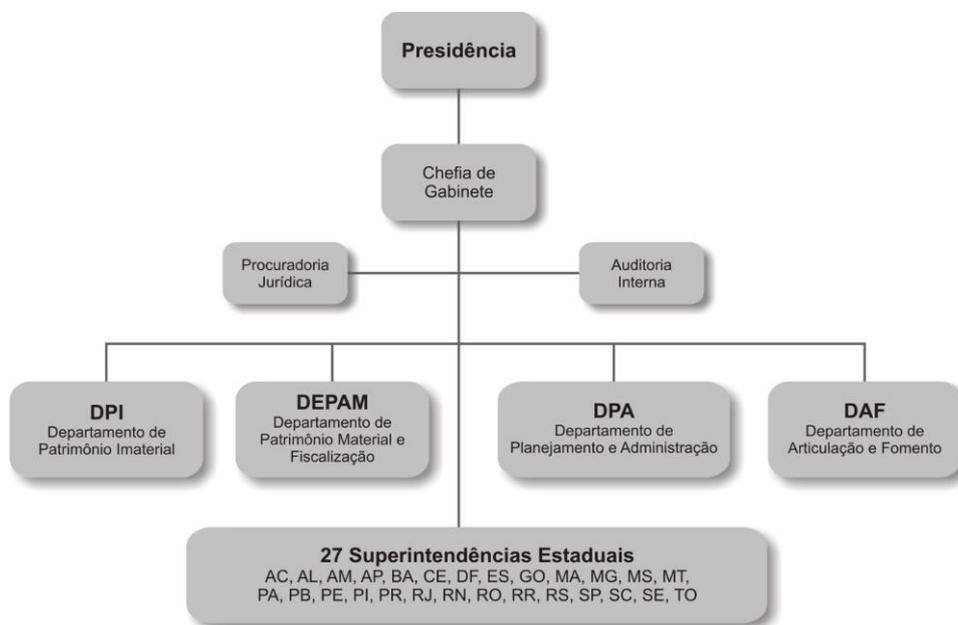
Sítios tombados <i>2 integram a Lista do Patrimônio Mundial, da Unesco</i>	7
Coleções e acervos tombados	7
Sítios cadastrados	9 930

Patrimônio imaterial

Saberes	3
Formas de Expressão <i>2 integram a Lista de Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, da Unesco</i>	3
Lugares	2
Celebrações	1

Estrutura organizacional

Atualmente o IPHAN está estruturado segundo o seguinte organograma:



Contatos:

Governo Federal – Ministério da Cultura – IPHAN

Superintendente Regional: Terezinha Alves de Oliva

Endereço: Praça Camerino, 225 – Bairro São José – Aracaju/ SE, Brasil. Telefone: 55 (79) 3211-9363 e-mail:

terezinha.oliva@iphan.gov.br

Programa MONUMENTA São Cristóvão

Coordenador: Engenheiro José Carlos Barreto Sobral

Endereço: Avenida Marieta Leite, 301 – Bairro D.I.A. – Aracaju – Sergipe – Brasil.

Telefone: 55 (79) 3218-2701

e.mail: monumentasaocristovao@hotmail.com

6.c Resultados das ações concernentes à conservação do bem

Todas as ações de conservação e preservação exercidas pelo IPHAN na cidade de São Cristóvão encontram-se catalogadas na Superintendência Regional em Aracaju e na sede em Brasília. Anualmente, é expedido para a Presidência do IPHAN um relatório sobre as atividades locais.

7. Documentação

7.a Fotos, diapositivos, filme ou vídeo e direitos autorais

Estão apresentados no Anexo I cartografia, fotos antigas e atuais, fotos comparativas, inventário dos bens imóveis da **Praça São Francisco** e textos complementares. No Anexo II, estão apresentados a Legislação; o extrato do Plano Diretor; o Inventário de Bens Imóveis, de Bens Móveis e Integrados do Centro Histórico; o Quadro dos Direitos Autorais e CD com seleção das fotos em formato JPG.

7.b Cópias de planos de gestão relativos ao bem

Estão apresentados nos Anexos:

Anexo I

A - Cartografia antiga e atual.

B - Proposta e Inventário de bens imóveis.

C - História, Cultura e Paisagem (textos complementares). D - Bibliografia e Créditos.

Anexo II

A - Legislação de proteção e do Plano Diretor.

B - Inventário de Bens Imóveis, Móveis e Integrados.

C - Quadro de Direitos Autorais.

7. c Forma e data dos documentos mais recentes referentes ao bem

O Inventário dos Bens Imóveis realizado no âmbito de um programa nacional do IPHAN está concluído. Foram inventariados em São Cristóvão 450 imóveis na zona tombada. **No Anexo I** pode ser encontrada uma coletânea de imóveis inventariados, públicos, religiosos e privados localizados na **Praça São Francisco**. O Inventário dos Bens Móveis e Integrados, também realizado no âmbito de um programa do IPHAN, compilou o total de 1269 bens, compreendendo 540 bens do Museu de Arte Sacra, 414 bens do Museu Histórico de Sergipe e os demais identificados em igrejas e coleções particulares. **No Anexo II** pode ser encontrado, a título de exemplo, um conjunto representativo de fichas destes bens. Recentemente, o IPHAN cumpriu a primeira etapa do Inventário de Referências Culturais para o Registro do Patrimônio Imaterial no estado. Foram levantados e catalogados os estudos e pesquisas já produzidos sobre as manifestações culturais sergipanas.

7.d Endereço onde estão arquivados inventários e registros do bem

Governo Federal – Ministério da Cultura – IPHAN

Superintendente Regional: Terezinha Alves de Oliva

Endereço: Praça Camerino, 225, Bairro São José – Aracaju/ SE, Brasil.

Telefone: 55 (79) 3211-9363

e-mail:

terezinha.oliva@iphan.gov.br

Departamento de Patrimônio Material – IPHAN

Diretor: Dalmo Vieira Filho
SBN - Ed. Central Brasília – 3º and. - Brasília – DF
Telefone: 55 (61) 3414.6201
e.mail: depam@iphan.gov.br

Prefeitura Municipal de São Cristóvão
Prefeito – Alexsander Oliveira de Andrade
Endereço: Praça Getúlio Vargas nº. 298
São Cristóvão – SE. CEP 49.100-000
Telefone: 55 (079) 3261-1305

7.e Bibliografia

- ABRILSA Cultural e Industrial. **Geografia Ilustrada**. São Paulo, 1975, vol. 2
- ACCIOLI, I e Amaral, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1916, vol. 2
- AMBIENTEC Consultoria. *Relatório Ambiental Simplificado – Consolidado – Ponte sobre o rio Vaza-Barris*. Aracaju: DER/SE, SEINFRA, 2005.
- ALVESFILHO, Ivan. *História dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo. *Brasil, a terra e o homem*. Vol.II. São Paulo: Nacional, 1970.
- _____. *Regiões e Paisagens do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, CEN, 1954.
- _____. *Corografia do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo (coord). *Plano Urbanístico de São Cristóvão*. Vol. I, II e III. Salvador: Governos dos Estados de Sergipe e da Bahia, 1980.
- BAILEY, Gauvin Alexander. *Art of Latin America*. London: Phaidon, 2005.
- BANDECCHI, Brasil. *Caderno de História*. Vol. I. São Paulo: Parma, 1979.
- BAZIN, Germain. *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1956.
- BAYON, Damian e Marx, Murillo. *Historia del Arte Colonial Sudamericano*. Barcelona: Poligrafa, 1989.
- BELUZZO, Ana Maria. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1999.
- BEZERRA, Felte. *Etnia Sergipana*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na Unesco: Ações e Significados*. Brasília: Unesco, 2003.
- BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1991 a 2000.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume IV. Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. Iphan. Arquivo Noronha Santos. *Processo de Tombamento nº 785-T-77 – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão*

BRASIL. Iphan, Monumenta, Unesco, BID. *101 Fichas de Sítios Históricos Urbanos Nacionais*. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2 ed. Brasília, 2003.

BRUNO, Ernani Silva. *Coqueirais e chapadões, Sergipe e Bahia*. São Paulo: Cultrix, 1959.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. 3a ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1966.

CARRAZONI, Ma Elisa. *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CARVALHO, Eliane Maria Silveira Fonseca. *São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de História*. São Cristóvão: Secretaria Municipal de Educação, 1989.

_____. *Museu de Arte Sacra de Sergipe*. Aracaju: Fundação Banco do Brasil/Editora J. Andrade, 1990.

CASAL, Manuel Aires. *Corografia Brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1976.

CASCUDO, Luis Câmara. *Em Sergipe Del Rey*. Aracaju: Mov. Cult. de Sergipe, 1951.

_____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1962.

CAUCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Edeisp, 1997.

CULTURA. Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/imaterial/pimaterial/mostra_documento>. Acesso em março 2006.

CURY, Isabelle (organizadora). *Cartas Patrimoniais (Edições do Patrimônio)*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Alvaciord, 1997.

DIEGUES Jr., Manuel. *O Engenho de Açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: S.I.A./MA., 1952.

DINIZ, Diana M.F. *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS, 1991.

Documentos holandeses coligidos na Holanda pelo Encarregado de Negócios Joaquim Caetano da Silva. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Arquivo, 1, 3, 25.

FONTES, Aglae D'Ávila. *Danças e Folguedos, iniciação ao folclore*. Aracaju: Ed. do autor, 2003.

- FRANCO, Emmanuel. *A Colonização da Capitania de Sergipe D'El-Rei*. Aracaju: J. Andrade, 1999.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1989.
- FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes; Gov. Est. Sergipe, 1977.
- FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia – História da Guerra Brasílica*, Vol. 5. Lisboa:1675. Coleção Pernambucana, vol. V, Recife, 1977.
- GALVÃO Jr., José L. *Patrimônio Cultural Urbano – preservação e desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Brasília: mimeo, 2001.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GUIANET. Mapa do estado de Sergipe. Disponível em <<http://www.guianet.com.br/se/mapase.htm>>. Acesso em março de 2006.
- GUTIERREZ, Ramon. *Cultura Urbana Hispano Americana, in colóquio A Construção do Brasil Urbano, Convento da Arrábida*. Lisboa: ISCTE, 2000.
- HARRY, John H. *Europa y la expansion Del mundo 1415-1715*. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Historia Geral da Civilização: Tomo I, A Época Colonial*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HUMPHREYS, A. L. *Antique Maps and Charts*. Londres: Bracken Books, 1989.
- HUNOLD, Silvia (org.). *Ordenacoes Filipinas: Livro V*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- LIMA, Jackson da silva. *História da Literatura Sergipana*. Vol. I. Aracaju: 1971.
- LIVRODE ATAS e Registros do Convento de São Francisco/ São Cristóvão/SE (cópia xerográfica). SUDOPE, Governo do Estado de Sergipe, 1951.
- LOUREIRO, Katia A. S. *Arquitetura Sergipana do Açucar*. Aracaju: FGu, 2000.
- MAIA, Tom e NASCIMENTO, José Anderson. *Sergipe D'El Rei*. São Paulo: Ed. Nacional/Embratur, 1979.
- MEDINA, Ana M. F. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Graf. J. Andrade, 2005.
- MELO, Clóvis. *Os Ciclos Econômicos do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MENDESDE ALMEIDA, Cândido. *Notas para a História Pátria – Os primeiros povoadores*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol XI, tomo 2, 1877.
- MICELI, Paulo. *O Tesouro dos Mapas. Cartografia na Formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- MORENO, Diogo de Campos (atribuído). *Livro que da razão do estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968.

- NETTO, Antenor de O. Aguiar. *Diagnóstico e Avaliação da Sub-bacia Hidrográfica do rio Poxim – 1º Relatório*. Aracaju: UFS/PROEXAC, 2006.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OTT, Carlos. *História das Artes Plásticas na Bahia (1550-1900)*. Vol. 1. Salvador: Alfa Gráfica Editora, 1991.
- OTT, Carlos. *Igrejas e Conventos da Província Carmelita da Bahia*. Trabalho existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- PEDROI, Imperador do Brasil. *Viagens pelo Brasil-Bahia, Sergipe e Alagoas- 1859*. Prefácio e Notas: Lourenço L. Lacombe, 2ª ed. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 2003.
- PRADO, Clarival Valadares. *Nordeste Histórico e Monumental*. Vol. III. Salvador: Odebrecht, 1983
- PRADO, Ivo do. *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.
- POMBO, Rocha. *Notas de Viagem (norte do Brasil)*. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar, editor, 1918.
- QUIRINO, Manuel. *Artistas Baianos*, p. 41. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.
- REISFILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- REVISTADA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES CÊNICAS DA UFBA. MENDES, Cleide. Salvador: UFBA, 1970
- REVISTADO IPHAN. Números 22, 23, 24 e 25. RJ, Iphan, 1987/98
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Liv. Martins, 1941.
- RODRIGUES, Jose Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.
- RÖWER, OFM, Basílio (Frei). *A Ordem Franciscana no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1947.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário da Província de Sergipe*. Aracaju: Ed. UFS, 2001.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brasil 1500 – 1627*. 6ª Edição. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento - A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: mimeo, 1995.
- SANTANA, Pedro A. de. *Da Bahia a Pernambuco no século 16*. Aracaju: Ed. UFS, 2003.
- SANTOS, Francisco Passos. *João Bebe Água, o Rebelde de São Cristóvão*. (cordel) São Cristóvão: Prefeitura de São Cristóvão/ Ed. J. Andrade Ltda., 2006

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial.in: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1968.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos da Sociedade Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 .

_____. e LOCKHART, J. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SERGIPE. Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos de Sergipe. Aracaju: SEPLANTEC/SRH, 2004.

_____. Política Estadual de Recursos Hídricos. Arcádia: Aracaju: SEPLANTEC/SRH, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Nacional, 1968

SIMASFILHO, Américo. *Plano Urbanístico de São Cristóvão, Volume II - Evolução Urbana*. Salvador: Governos dos Estados de Sergipe e da Bahia, 1979.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. Vol. 10, 7ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ed. Ática, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Os Franciscanos em Sergipe: Santo Antonio, arte e devoção*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Ed. J. Andrade, 1996.

SOUZA, Dom Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe no Ano de 1808* Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

SOUZA, Fabio Silva. *Arqueologia do cotidiano: um flâneur em São Cristóvão*. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: mimeo, 2004.

SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Brasília: Nacional, 1987.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Moncoeiros*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. Cidade: FENAME/DAC, 1975.

TEIXEIRA, Manoel C. *Os Modelos Urbanos Portugueses nas Cidades Brasileiras*. Revista Urban, Lisboa: ISCTE, 1999.

TIRAPELI, Percival; PFEIFFER, Wolfgang. *As Mais Belas Igrejas do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 1999.

TRAVASSOS, José da Silva. *Aspectos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*. Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju, 2004

UNESCO; CAIXAECONÔMICAFEDERAL. *Patrimônio Mundial No Brasil*. 2ª Ed. Brasília, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

VIANADE LIMA, Alfredo F. *Anotações sobre as cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Mal. Deodoro e Penedo*. Trabalho apresentado à Missão ao Brasil, por solicitação da Unesco. Coimbra: 1976.

VIANNA, Helio. *Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

VILELA, Ieda M.L. da SILVA, Maria J. Tenório. *Aspectos Históricos, Artísticos, Culturais e Sociais da Cidade de São Cristóvão*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989.

VILLAR, José Wellington C. e VIEIRA, L.V. L. *Consolidação do Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Sergipe*. Aracaju: MMA/PNUMA II/ADEMA, 2004.

ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

SITES:

<http://www.guianet.com.br/se/mapase.htm>

http://www.unesco.org.br/areas/cultura/imaterial/pimaterial/mostra_documento
www.infonet.com.br/fasc

- SANTOS, Ricardo Evaristo. El Brasil filipino (texto impresso): 60 años de presencia española en brasil (1580-1640). Madrid: Mapfre, 1993
- Sergipe colonial & imperial. São Cristóvão : Ed. UFS, ISBN 978-85-87110-93-0.
- Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640) : Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico / Fernando Jesus Bouza Alvarez. Madrid : Universidade Complutense, 1987.
- Os portugueses e a sua situação de estrangeiros no Império dos Filipes (1580-1640). Lisboa : Edições Brotéria, 1964.
- Spaniards and Portuguese in the Iberian Colonial World : aspects of an ambivalent relationship, 1580-1640 / by C. R. Boxer. Bruges : College of Europe, 1966.
- A cidade e o termo de Lagos no período dos reis Filipes (1580-1640) / Fernando Cecílio Calapez Corrêa. Lisboa : [s.n.], 1991.
- Spanish influence on Portuguese administration [Texto policopiado] : a study of the Conselho da Fazenda and Habsburg Brazil, 1580-1640 / Joyce Joseph Newcombe Jr. ; [ed.] UMI Dissertation Services. Ann Arbor, Michigan : UMI, 1997.
- Brasil durante el gobierno español 1580-1640. 1a ed. Madrid : Fundación Histórica Tavera, 2000. ISBN 8489763-90-9.
- SERGIE. E. (Brasil) (Estado) Mapas generales 1657?. Janssonius, Johannes (material cartográfico)
- SERGIE. E. (Brasil) (Estado) Mapas generales 1662?. Blaeu, Joan ad. (material cartográfico)
- STELLA, Roseli Santaella. O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes, 1580-1640 (texto impresso). São Paulo: Unibero, 2000
- Formação de cidades no Brasil colonial / Paulo F. Santos. Coimbra : [s.n.], 1968
- El Brasil filipino [Texto impreso] : 60 años de presencia española en brasil (1580-1640)
- O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes, 1580-1640 [Texto impresso]

BAILEY, Gauvin Alexander. *Art of Latin America*. London: Phaidon, 2005.

BAZIN, Germain. *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1956.

BAYON, Damian e Marx, Murillo. *Historia del Arte Colonial Sudamericano*. Barcelona: Poligrafa, 1989.

BETHELL, Leslie (org), *América Latina Colonial*. Vol.1. EDUSP, Brasília, 1997.

BRASIL. Iphan. Arquivo Noronha Santos. *Processo de Tombamento nº 785-T-77 – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão*.

CARR AZONI, Ma Elisa. *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Alvaciord, 1997.

MAIA, Tom, Pedro Calmon e Thereza R. de C. Maia. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983.

MAIA, Tom e Nascimento, José Anderson. *Sergipe D'El Rei*. São Paulo: Ed. Nacional/Embratur, 1979.

REVISTA DO IPHAN. Números 22, 23,24 e 25. RJ, Iphan, 1987/98

SAMPAIO, Suzanna. *Memórias do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Scortecci, 2007.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. in: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1968.

SMITH, Robert C. Aspectos da Arte Colonial no Brasil. Recife: MEC. Iphan, 1979

SIMAS FILHO, Américo. *Plano Urbanístico de São Cristóvão, Volume II - Evolução Urbana*. Salvador: Governos dos Estados de Sergipe e da Bahia, 1979.

SOUZA, Alcídio Mafra (org.). Guia dos bens tombados: Bahia. RJ: Expressão e Cultura, 1983

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. Cidade: FENAME/DAC, 1975.

TEIXEIRA, Manoel C. *Os Modelos Urbanos Portugueses nas Cidades Brasileiras*. Revista Urban, Lisboa: ISCTE, 1999.

TIRAPELI, Percival; Pfeiffer, Wolfgang. *As Mais Belas Igrejas do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do Século XVI ao início do Século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó. in História da Arte no Brasil. São Paulo: Inst. Moreira Sales, 1983.

UNESCO; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Patrimônio Mundial no Brasil*. 2ª Ed. Brasília, 2002.

UNESCO: Patrimônio da Humanidade. América Central e do Sul. Baza Planeta, 2002.

ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

SITES : http://www.unesco.org.br/areas/cultura/imaterial/pimaterial/mostra_documento <http://www.iphan.gov.br>

<http://www.monumenta.gov.br>

8. Informações da autoridade responsável 8.a Responsável

Name : Luiz Fernando de Almeida

Title: Presidente do IPHAN

Adress: SBN – Edifício Central Brasília – 6º andar-

City: Brasília – DF - CEP 70.040-904

Tel: 55-(61) 3414-6282; Fax: 55-(61) 3414- 6275

E-mail: gab@iphan.gov.br

8.b Instituição local oficial

Superintendência do IPHAN em Sergipe

Praça Camerino, 225 – Bairro São José

Aracaju- Sergipe- Brasil - CEP 49.010-000

Tel: 55- (79) 3211-9363; Fax: 55- (79) 3211-9363

E-mail: 8sr@iphan.gov.br

8.c Outras instituições locais

8.d Site oficial da web

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12752&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Contato: Maria da Graça Mendes
email: graca@IPHAN.gov.br / webmaster@IPHAN.gov.br
Outros endereços: <http://www.monumenta.gov.br/cidades.php?id=21>

Contato: monumentasaocristovao@hotmail.com

9. Assinatura do responsável pelo Estado Parte na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial

Luis Fernando de Almeida
Presidente do IPHAN

10. ACKNOWLEDGMENTS / CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

Luiz Inácio Lula da Silva – *President of the republic / Presidente da República do Brasil*

Celso Amorim – *Foreign Affairs Minister / Ministro das Relações Exteriores*

João Luiz Silva Ferreira – *Culture Minister / Ministro de Estado da Cultura*

SPONSORED BY GOVERNMENT OF SERGIPE STATE REALIZATION - GOVERNMENT OF THE STATE OF SERGIPE

Marcelo Déda Chagas – *Governor / Governador*

Belivaldo Chagas Silva – *Vice governor / Vice-governador*

José de Oliveira Júnior – *Secretary of State of Civil Affairs - Secretário*

Valmor Barbosa Bezerra – *Secretary of State of Infrastructure - Secretário*

Eloísa da Silva Galdino – *Secretary of State of Culture - Secretário*

Luiz Alberto dos Santos – *Subsecretary of State of Historical and Cultural Heritage - Subsecretário*

INSTITUTIONAL SUPPORT / APOIO TÉCNICO INSTITUCIONAL

Luiz Fernando de Almeida – *IPHAN President / Presidente do IPHAN*

Terezinha Alves de Oliva – *Superintendency of State of Sergipe – Superintendente IPHAN*

Alexsander Oliveira de Andrade – *Municipal Government of São Cristóvão – Mayor / Prefeito*

CONCEPT AND EXECUTION - TECHNICAL STAFF

CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO - EQUIPE TÉCNICA

Carlos Felipe Albuquerque Dantas, Rodrigo Ferreira da Fonseca – *Executive Coordinators / Coordenadores Executivos*

Marco Antonio de Faria Galvão, Vera Lúcia Braun Galvão – *Technical Consultants / Consultoria Técnica*

Bruno Moraes Guimarães, Máira Mendes – *Design Project, desktop publishing and image correction / Projeto gráfico, diagramação e tratamento de imagens*

Tatiana C. Costa – *Technical assistant / Assistente Técnica*

Flor de Lis Cardoso e Isabela Aragão – *Technical Support / Apoio Técnico*

Jenilton Ferreira Santos – *Historical research / Pesquisa histórica*

Daniel Faria Costa – *Reviewing and english version / Revisão e versão em inglês*

SPECIAL THANKS / AGRADECIMENTOS

Superintendência Estadual do Sergipe - IPHAN, Archivo General Simancas - Espanha, Arquivo Noronha Santos/Iphan, Arquivo Público de Sergipe, Biblioteca Epiphânio Dorea, Casa do Folclore de São Cristóvão, Comissão Pró-Candidatura da Praça São Francisco, Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, Lar Imaculada Conceição, Lira de São Cristóvão, Museu de Arte Sacra de S.Cristóvão, Museu Histórico de Sergipe, Museu do Homem Sergipano, Museu de Ex-Votos, Petrobras, Programa Monumenta/MinC – UCG/UEP, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de São Cristóvão, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe.

Ana Conceição Sobral de Carvalho, Augusto Silva Telles, Edinaldo Batista dos Santos, Everaldo Pinto Fontes, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Maria Thetis Nunes, Suzanna Cruz do Amaral Sampaio, Terezinha Oliva, Thiago Fragata, Tom Maia, Vesta Vianna.



Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DO MINISTRA
Em 1º de dezembro de 2014Nº 73 -
Processo/MinC nº 01400.005528/2012-77 (2 volumes)
PRONAC nº 12-1364.

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e do disposto no inciso I, do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, recebo o recurso interposto pelo proponente CiaSantitas Prestações de Serviços em Produções Artísticas Ltda, CNPJ nº 04.324.083/0001-38, as fls. 226/228 dos autos do Processo nº 01400.005528/2012-77 e NEGO PROVIMENTO, adotando as razões contidas no Despacho nº 284/2014-CGEP/DIC/SE-FIC/MinC, de 6 de outubro de 2014, as fls. 229/229v e no Parecer nº 1006/2014/CONJUR-MINC/CGU/AGU, de 27 de novembro de 2014, as fls. 236/236v.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER
IntarinaAGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTODESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 2 de dezembro de 2014

Nº 182 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

09-0328 - A Noite da Virada
Processo: 01580.032189/2009-25
Proponente: O2 Cinema Ltda.
Cidade/UF: Cofa / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total do orçamento aprovado: R\$ 5.579.760,32
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 382.800,00 para R\$ 432.800,00
Banco: 001-agência: 0385-9 conta corrente: 47.055-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 643.790,19 para R\$ 393.790,19
Banco: 001-agência: 0385-9 conta corrente: 47.056-2
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.200.000,00
Banco: 001-agência: 0385-9 conta corrente: 55.816-8
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

12-0254 - Boa Sorte
Processo: 01580.019174/2012-77
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R\$ 3.472.968,13
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 851.634,35 para R\$ 289.319,72
Banco: 001-agência: 1769-8 conta corrente: 08.806-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.500.000,00
Banco: 001-agência: 1769-8 conta corrente: 08.819-6
Prazo de captação: até 31/12/2015.
Art. 3º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, bem como a Portaria nº 92, de 05 de julho de 2012,

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

Considerando as recomendações do Comitê do Patrimônio Mundial, da UNESCO, quando da inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão, no Estado de Sergipe, na Lista do Patrimônio Mundial, expressas na Decisão 34.COM.3B.43;

Considerando a necessidade de estabelecimento de um sistema de gestão no sítio proposto, com base na legislação vigente e na regulação territorial da cidade de São Cristóvão;

Considerando o estabelecimento, em 13/11/14, de Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o IPHAN, o Governo do Estado de Sergipe, através da sua Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural - SUBPAC, e o Município de São Cristóvão, visando a constituição de comissão para a gestão da Praça São Francisco em São Cristóvão;

Considerando a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que busca estabelecer diálogo e articulação entre as três esferas de governo para a gestão do Patrimônio Cultural no país;

Considerando o desafio para seu gerenciamento compartilhado, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Gestora da Praça São Francisco, em São Cristóvão, com os seguintes objetivos:

I - Elaborar, aprovar, implementar e avaliar o Plano de Gestão da Praça São Francisco;

II - Fomentar a ação compartilhada entre os três entes públicos e a sociedade civil, para a implantação do Plano de Gestão da Praça São Francisco;

III - Assegurar e fomentar a participação comunitária no processo de gestão da Praça São Francisco e do seu entorno imediato;

IV - Estabelecer e implementar um sistema de monitoramento, de longo prazo, para a conservação do sítio;

V - Dar apoio às ações que visem identificar, proteger e conservar os bens que compõem a Praça São Francisco e seu entorno imediato;

VI - Promover uma maior coordenação das ações públicas e privadas que venham a ocorrer no sítio, contribuindo para a sua preservação e valorização.

§ 1º Fica estabelecido o prazo de 40 dias, a partir da sua data de instalação, para a elaboração e aprovação do Regimento Interno da Comissão.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de 180 dias, a partir da aprovação de seu Regimento Interno, para o desenvolvimento do Plano de Gestão da Praça São Francisco, sob a coordenação da Presidência desta Comissão.

Art. 2º A Comissão Gestora da Praça São Francisco será composta por:

I - Pela instância governamental federal: Superintendente do IPHAN no Estado de Sergipe, como titular, e o Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão, como suplente;

II - Pelas instâncias governamentais locais: para o seu efetivo funcionamento, a Comissão deverá contar com 1 (um) representante do Governo do Estado de Sergipe e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade estadual competente e 1 (um) representante da Prefeitura Municipal de São Cristóvão e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade municipal competente;

III - Pela sociedade civil: conforme consulta, 1 (um) representante dos Moradores da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE e seu respectivo suplente e 1 (um) representante das instituições sediadas na Praça São Francisco ou de organizações da sociedade civil são-cristóvoense e seu respectivo suplente.

§ 1º - A condução dos trabalhos da Comissão será realizada por seu Presidente e Vice-Presidente, eleitos entre os componentes titulares, para um período de dois anos. Em seus impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º - Encerrado o prazo de exercício das funções de Presidente e Vice-Presidente, deverá ser realizada nova eleição e para período a ser acordado e aprovado entre os partícipes, permitindo-se a recondução dos componentes titulares respectivos.

§ 3º - O trabalho dos membros da Comissão Gestora não será remunerado.

Art. 3º O Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão coordenará, com a colaboração dos demais partícipes, a escolha de representantes da sociedade civil, a instalação da Comissão Gestora da Praça São Francisco e ainda dará apoio ao seu funcionamento.

Art. 4º É facultado a Comissão Gestora da Praça São Francisco convidar especialistas externos para discutir assuntos específicos, assim como solicitar o apoio do IPHAN no envio de técnicos do Instituto, sempre que considerar necessário.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO
A CULTURA

PORTARIA Nº 796, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)

148311 - Instituto Cultural No Palco da Vida

No Palco da Vida

CNPJ/CPF: 14.821.815/0001-46

Processo: 01400040863201483

Cidade: Rio de Janeiro - RJ

Valor Aprovado R\$: R\$ 247.004,01

Prazo de captação: 03/12/2014 a 31/12/2014

Resumo do Projeto: No Palco da Vida é um projeto de inclusão social que atende o bairro da Penha/RJ e adjacências. Tem como objetivo principal capacitar jovens e adultos que são moradores do complexo da penha em formação teatral com intuito de melhorar sua autoestima, autoconhecimento, expressão corporal, estudo da língua portuguesa para uma melhor análise crítica do mundo e formar cidadãos.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)

1410546 - Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira - Temporada 2015

Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira

CNPJ/CPF: 33.639.327/0001-29

Processo: 01400069491201477

Cidade: Rio de Janeiro - RJ

Valor Aprovado R\$: R\$ 32.550.533,27

Prazo de captação: 03/12/2014 a 31/12/2014

Resumo do Projeto: A Temporada 2015 de concertos da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira, tem por objetivo realizar aproximadamente 60 concertos, durante o período de março a dezembro de 2015, no Rio de Janeiro e em mais 3 cidades a serem definidas ao longo da Temporada, previstos também a continuidade do nosso programa de rádio, Rádio OSB na MEC (FM 96,9), além da manutenção do corpo orquestral, Coro de Crianças e do quadro administrativo.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)

1410638 - 1ª Mostra de fotografia sobre desafios globais/Prêmio Syngenta da Fotografia (título provisório)

Tudo Cultural LTDA ME

CNPJ/CPF: 12.423.937/0001-20

Processo: 01400070664201408

Cidade: São Paulo - SP

Valor Aprovado R\$: R\$ 672.100,00

Prazo de captação: 03/12/2014 a 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto "1ª Mostra de fotografia sobre desafios globais" prevê a realização de uma exposição fotográfica formada por imagens dos fotógrafos premiados no concurso Prêmio de Fotografia Syngenta 2014. A exposição será composta por aproximadamente 60 imagens que tratam do tema Escassez e Desperdício, apresentando uma panorâmica imagética desta relação na sociedade contemporânea. A exposição principal será realizada em São Paulo, com itinerâncias para o Rio de Janeiro e Brasília.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)

142256 - Capela Bom Pastor - Restauração e Oficinas de Artesãos (Etapa 1)

Defensor - Defesa Civil do Patrimônio Histórico

CNPJ/CPF: 04.890.904/0001-90

Processo: 01400004565201420

Cidade: Cachoeira do Sul - RS;

Valor Aprovado R\$: R\$ 830.021,60

Prazo de captação: 03/12/2014 a 31/12/2014

Resumo do Projeto: Elaboração do projeto arquitetônico de restauração da Capela Bom Pastor, localizada no interior do Prédio Fátima Madre Protetora em Porto Alegre, tombada como Patrimônio Cultural do RS; Projetos Complementares e realização de oficinas de capacitação com donos que participaram das etapas de realização do projeto como forma de ação restauradora. O PRESENTE PROJETO diz respeito a PRIMEIRA FASE de um PROJETO GLOBAL. A segunda fase se refere a execução da restauração do prédio histórico.

PORTARIA Nº 797, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)

14 0194 - Caixa Show: Agora se combõe!

Gera Produção Artística Ltda

CNPJ/CPF: 09.225.262/0001-29

CE - Fortaleza

Período de captação: 02/12/2014 a 31/12/2014

14 7439 - FITO-Festival Internacional de Teatro de Objetos

ALIANÇA COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA

CNPJ/CPF: 10.841.500/0001-00

PE - Recife

Período de captação: 01/12/2014 a 31/12/2014

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)

13 7790 - Projeto Arte Para a Vida - Artes Integradas Parte 1

ELIDA ROGERIA RIBEIRO MIRANDA

CNPJ/CPF: 036.598.386-16

MG - Santa Luzia

Período de captação: 01/12/2014 a 31/12/2014

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

13 8206 - Os Geranos de Minas

CABECUDAS - REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO, MUSEOLOGIA E PRODUCOES ARTÍSTICAS LTDA ME

CNPJ/CPF: 08.365.385/0001-55

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 03/10/2014 a 31/12/2014